



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FERNANDO DA SILVA

**A INSERÇÃO DE SÃO JOSÉ E PALHOÇA NA REGIÃO METROPOLITANA DE
FLORIANÓPOLIS**

FLORIANÓPOLIS, SC

2020

FERNANDO DA SILVA

**A INSERÇÃO DE SÃO JOSÉ E PALHOÇA NA REGIÃO METROPOLITANA DE
FLORIANÓPOLIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano.

Professor Orientador: Dr. Carlos José Espíndola

FLORIANÓPOLIS, SC

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

SILVA, FERNANDO DA
A INSERÇÃO DE SÃO JOSÉ E PALHOÇA NA REGIÃO METROPOLITANA
DE FLORIANÓPOLIS / FERNANDO DA SILVA ; orientador, Carlos
José Espíndola, 2020.
166 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Expansão urbana. 3. Dinâmica
socioespacial. 4. Políticas públicas. 5. São José e Palhoça.
I. Espíndola, Carlos José. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III.
Título.

Fernando da Silva

**A INSERÇÃO DE SÃO JOSÉ E PALHOÇA NA REGIÃO METROPOLITANA DE
FLORIANÓPOLIS**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. José Messias de Bastos
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof(a). Dr.(a): Giselli Ventura de Jesus
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Dr.(a): Patrícia Volks Schatz
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Geografia

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Carlos José Espíndola
Orientador(a)

Florianópolis, 2020.

Dedico este trabalho a minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao apoio financeiro recebido da Capes no desenvolvimento dessa pesquisa, sem o qual não teria sido possível a consecução da mesma.

À minha família, por todo o apoio durante estes dois anos e meio de mestrado. Especialmente ao meu filho Moisés pelos auxílios prestados e a minha companheira Elizabeth pela ajuda emocional, o suporte durante os finais de semana de estudo e motivação diária ao sempre me mostrar a importância da minha pesquisa e o grande futuro que ela trará.

Aproveito e agradeço também aos meus amigos e familiares, que entenderam os mais de dois anos de muito estudo e dedicação e muitas vezes limitação de encontros. Ao meu orientador, Carlos, pela orientação, revisão e pela oportunidade de ingressar na pós-graduação como seu orientando. Agradeço aos ilustres mestres com os quais tive contato durante a minha jornada pela pós-graduação. À Giselli, agradeço pelas críticas construtivas e as diversas sugestões feitas no início. Ao Messias, pelas diversas sugestões e críticas feitas no início do trabalho.

À UFSC, minha casa, o melhor lugar neste mundo, espaço de conhecimento e crescimento que me possibilitou aproveitar desde 2018 todos os recursos possíveis para o meu amadurecimento.

RESUMO

O presente trabalho aborda a expansão urbana nos municípios de São José e Palhoça, sobretudo nas quatro últimas décadas do século XX e no período de 2003-2020. Para isso, inicialmente é feita uma análise do processo de ocupação e formação socioespacial desses territórios desde sua gênese até o princípio do século XX, objetivando explicar a evolução urbana nesse período. Dado o momento de relativa letargia urbana dos anos 1930 aos anos 1950 nesses dois municípios, preferiu-se fazer uma análise do quadro socioeconômico e sua relação com a forte expansão urbana, que ocorreu no período pós 1960. No processo de análise dessa expansão, são buscadas causas de cunho econômico-sociais que embasem uma explicação dessa evolução urbana. O Estado, nesse sentido, desempenha um papel fundamental no crescimento das cidades. Por fim, como parte constituinte do espaço urbano, são examinados os fluxos pendulares ocorridos a partir dos anos 1980, os quais evidenciam a dinamicidade desses dois municípios da região metropolitana de Florianópolis.

Palavras-chave: São José. Palhoça. Dinâmica socioespacial. Expansão urbana.

ABSTRACT

The present work addresses urban expansion in the municipalities of São José and Palhoça, especially in the last four decades of the 20th century and in the period 2003-2020. For this, initially, an analysis of the process of occupation and socio-spatial formation of these territories is made from its genesis to the beginning of the 20th century, aiming to explain the urban evolution in this period. Given the moment of relative urban lethargy from the 1930 s to the 1950 s in these two municipalities, it was preferred to make an analysis of the socioeconomic situation and its relationship with the strong urban expansion, which occurred in the post-1960 period. In the process of analyzing this expansion, economic-social causes are sought that support an explanation of this urban evolution. The State, in this sense, plays a fundamental role in the growth of cities. Finally, as a constituent part of the urban space, the pendulum flows that occurred from the 1980 s are examined, which evidence the dynamics of these two county in the metropolitan region of Florianópolis.

Keywords: São José. Palhoça. Socio-spatial dynamics. Urban sprawl.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mesorregiões de Santa Catarina.....	25
Figura 2 - Localização dos municípios de Palhoça e São José na Mesorregião de Florianópolis.....	25
Figura 3 - Casa comercial da família Petry: início do século XX.....	38
Figura 4 - Limitações físicas da ocupação na área conurbada de Florianópolis.....	65
Figura 5 - Kobrasol no final dos anos 1980, crescimento horizontal e vertical.....	67
Figura 6 - Foto aérea - área assinalada ao longo da BR 101 no trecho dos municípios de Palhoça e São José no final dos anos 1970.....	71
Figura 7 - Vista aérea do Firenze Business Park, bairro Pachecos, Palhoça.....	95
Figura 8 - Área preparada para o cultivo à direita e ao fundo expansão da malha urbana na Guarda do Cubatão, Palhoça.....	109
Figura 9 - Área que está servindo como reserva de valor no bairro Pagani, nos arredores do Shopping Via Catarina.....	110
Figura 10 - Imagem de satélite do bairro Aririú da Formiga, Palhoça, à direita e parte do bairro de Forquilha em São José.....	111
Figura 11 - Mapa de localização dos empreendimentos do MCMV.....	114
Figura 12 - Fluxo de pessoas que trabalham em Florianópolis.....	118
Figura 13 - Anúncio de venda de terrenos em Palhoça, nas proximidades do anel viário.....	119
Figura 14 - Anúncio de venda de lotes em São José, próximo ao anel viário.....	120
Figura 15 - Obras paradas desde 2016 do empreendimento do MCMV Residencial Recanto da Guarda II, no bairro Guarda do Cubatão, Palhoça.....	123
Figura 16 - Verticalização no Pagani, Palhoça.....	128
Figura 17 - Centro Histórico, São José.....	129
Figura 18 - Centro de Palhoça.....	129
Figura 19 - Área próxima à Via Expressa (BR 282) em Campinas, São José.....	130
Figura 20 - Área, onde funcionou a distribuidora de Medicamentos Dimed até Abril de 2016 no Kobrasol, São José.....	130

Figura 21 - Imagem do Google Earth mostrando, em evidência, o eixo da Avenida das Torres com as ruas que a prolongam até a BR 101, São José.....	133
Figura 22 - Supermercado Bistek na Avenida das Torres, São José.....	134
Figura 23 - Ocupação irregular nas proximidades da Avenida das Torres, em Areias, São José.....	134
Figura 24 - Construção da Avenida Beira Mar de São José, em 2001.....	135
Figuras 25 e 26 - Espaços segregados de lazer, Beira Mar de São José.....	136
Figura 27 - Congestionamento na Avenida Beira Mar de São José.....	137
Figura 28 - Um trecho da Transpotecas: Rua Kiliano Hames, São José.....	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da população urbana e rural de São José e Palhoça de 1950 a 2010.....	74
Tabela 2: Número de empresas e empregos em São José e Palhoça em 2016.....	81
Tabela 3: Evolução do PIB em São José e Palhoça de 2003 a 2017.....	89
Tabela 4: População em Florianópolis, São José e Palhoça em 2000, 2010 e 2020.....	103
Tabela 5: Atividades econômicas, equipamentos coletivos, espaços públicos e infraestruturas.....	115
Tabela 6: Valores médios por m ² de área construída de alguns bairros de São José e Palhoça.....	131
Tabela 7: Valor Adicionado Fiscal de Florianópolis, São José, Palhoça e Região Metropolitana.....	142
Tabela 8: Instituições de Ensino Superior na Região Metropolitana de Florianópolis..	144
Tabela 9: Deslocamentos intra metropolitanos referentes a São José e Palhoça, 2000.....	145
Tabela 10: Deslocamentos Intra Metropolitanos Referentes a São José e Palhoça, 2010.....	147
Tabela 11: Local de residência dos trabalhadores de algumas empresas de São José e Palhoça.....	148

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Exportação pelos portos de Santa Catarina.....	44
Gráfico 2: Evolução da população dos municípios de São José e Palhoça de 1960-2020.....	73
Gráfico 3: Participação dos setores na economia de São José e Palhoça.....	80
Gráfico 4: Número de empregos formais em São José em 31 de dezembro de 2018.....	83
Gráfico 5: Número de empregos formais em Palhoça em 31 de dezembro de 2018.....	83
Gráfico 6: Evolução do PIB do Brasil e de Santa Catarina de 2003 a 2018.....	88
Gráfico 7: Evolução do número de admitidos e demitidos na economia palhocense de 2004 a 2018.....	97
Gráfico 8: Evolução do número de admitidos e demitidos na economia palhocense de 2004 a 2018.....	98
Gráfico 9: Arrecadação de impostos municipais em Palhoça de 2003 a 2018.....	99
Gráfico 10: Arrecadação de impostos municipais em São José de 2003 a 2018.....	100
Gráfico 11: Arrecadação municipal de ICMS no período de 2003 a 2017.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIP – Associação Comercial e Industrial de Palhoça

APL – Arranjo Produtivo Local

BNH – Banco Nacional da Habitação

BESCRI – Banco do Estado de Santa Catarina de Crédito Imobiliário

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CEF – Caixa Econômica Federal

COHAB – Companhia de Habitação Popular

EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FOB - Free on Board (Livre a Bordo)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, e é um imposto brasileiro que incide sobre a movimentação de mercadorias em geral.

INOCOOP – Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais

IPEA – Instituto de Pesquisa Economia Aplicada

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ISS – Imposto sobre Serviços

ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos

MCMV – Minha Casa Minha Vida

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MEI – Microempreendedor individual.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PEA -População Economicamente Ativa

PLAMUS - Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis

PMHIS/SJ -Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de São José

PMISB/FPOLIS – Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de Florianópolis

RAIS – Relação Anual de Informações Anuais

RM – Região Metropolitana

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEF/SC – Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

SEPLAN/SC – Secretaria de Planejamento de Santa Catarina

SFH – Sistema Financeiro da Habitação

SJ – São José

VAB – Valor Adicionado Bruto

VAF – Valor Adicionado Fiscal

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	16
2 – O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E A FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL DE SÃO JOSÉ E PALHOÇA	
2.1 – O papel da Pequena Produção Mercantil.....	24
2.2 – Ascensão e queda da Pequena Produção Mercantil.....	36
2.3 – O processo de industrialização.....	46
2.4 – O processo de urbanização.....	55
3 – A DINÂMICA GEO URBANA DA ÁREA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS NO PERÍODO PÓS 2003 NOS MUNICÍPIOS DE SÃO JOSÉ E PALHOÇA	
3.1 – O dinamismo econômico e o papel das políticas públicas.....	80
3.2 – A dinâmica urbana.....	103
3.3 – Dinâmicas urbanas na atualidade de São José e Palhoça	
3.3.1 – Os fluxos populacionais.....	139
4 – Conclusão.....	150
REFERÊNCIAS.....	154

1 – INTRODUÇÃO

Os municípios de São José e Palhoça, objetos do presente estudo, estão localizados na microrregião de Florianópolis e juntamente à capital e Biguaçu fazem parte de uma área conurbada com uma população projetada para 2020 de 1.003.785 habitantes de acordo com a Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais – DPE/COPIS do IBGE.

Essa área urbana passou por um processo de rápida expansão a partir dos anos 1970 em consonância com o que já vinha ocorrendo em Santa Catarina e no Brasil, mas em uma velocidade maior. Em São José, de acordo com o censo de 1960, a maior parte (86%) da população ainda residia no campo. Depois de 10 anos, a maior parte dos josefenses já moravam na cidade (69%). Já o município de Palhoça registrava no censo de 1970 68,5% da população vivendo no campo. Mais tarde, no censo de 1980, a maior parte (92,2%) já era urbana.

As duas unidades territoriais levaram apenas 10 anos para que a maioria fosse transferida do campo para a cidade, enquanto em proporções semelhantes, Santa Catarina e o Brasil levaram cerca de 5 e 8 décadas, respectivamente. Esse crescimento se fez de forma desenfreada e com pouco planejamento, resultando em espaços urbanos, periféricos e, muitas vezes, divididos, o que vem dificultando a circulação entre eles.

Nesse sentido, Campos (2009), ao tratar da expansão urbana na Região Metropolitana¹ de Florianópolis, sobretudo nas quatro cidades conurbadas, busca explicá-la a partir do crescimento e desenvolvimento da indústria da construção civil e da contribuição das políticas estatais, especialmente as do setor habitacional.

¹ De acordo com Soares (2015), a região metropolitana é uma ferramenta política de intervenção no território, estabelecidas de acordo com a decisão do ente federativo (estadual ou federal), baseadas em critérios técnico-científicos visando o ordenamento territorial. O que caracteriza a região metropolitana, atualmente são as fortes relações existentes entre o núcleo metropolitano e o seu entorno (deslocamento para trabalho, estudos, lazer, dentre outros). Essa conceituação vai ao encontro do que diz o Estatuto da Metrópole, lei n.º 13.089, em seu segundo artigo, inciso VII, como “aglomeração urbana que configura como uma metrópole”, anteriormente, no inciso V, esclarece o que é Metrópole: “espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”. Desde os anos 1960, o IBGE usa como critérios básicos para delimitar regiões metropolitanas: população, atividade e integração. Até a promulgação da Constituição de 1988, cabia a União a instituição de região metropolitana, essa delegou aos estados, mediante lei complementar, a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações e microrregiões.

Já Sugai (2002), analisa a relação entre a localização dos investimentos do Estado e a distribuição espacial das classes sociais na região conurbada de Florianópolis. Na visão dessa autora, a alocação dos investimentos públicos produziu desigualdades e estruturou espaços segregados.

Tratando especificamente do município de São José, o trabalho de Simas (2016) faz uma análise das transformações ocorridas no município desde sua gênese aos dias atuais, abordando as dinâmicas socioeconômicas e sua importância para o crescimento urbano josefense. Na visão do autor, as políticas públicas e os interesses econômicos são responsáveis pela configuração urbana de São José.

A respeito de Palhoça, há dois trabalhos importantes sendo o primeiro, o de Souza (2011), que aborda os fatores internos e externos que explicam a inserção de Palhoça na dinâmica socioespacial da região polarizada por Florianópolis. Segundo o mesmo, o município passava até os anos 1960 pela decadência da pequena produção mercantil, somente a partir dos anos 1970 que ocorre uma inserção na expansão urbana da capital. Para o autor, é a partir desse momento que há um desenvolvimento do mercado interno com a atração de imigrantes. E, a partir dos anos 1990, há uma infinidade de empresas que se instalam em Palhoça, aproveitando-se de amenidades, como a localização, mão de obra, dentre outros. O outro trabalho é o de Oliveira (2011), que é um estudo de caso da comunidade Frei Damião. O autor parte de uma análise histórica dos fatores econômicos, políticos e sociais que contribuíram para a expansão urbana da região metropolitana de Florianópolis e a formação socioespacial de Frei Damião.

Em que pese a importância desses trabalhos para a compreensão do processo de expansão urbana dos municípios de São José e Palhoça, eles não contemplam uma visão de conjunto dos processos geoeconômicos desses dois municípios, e ainda nesses trabalhos analisados não há uma investigação dos fluxos populacionais entre esses e a capital.

Sendo assim, a presente dissertação parte de uma análise da formação socioespacial litorânea, da qual esses dois municípios fazem parte, dado que a pequena produção mercantil foi importante na formação desses núcleos. Assim, também, a incipiente industrialização e sua grande dependência econômica em relação à capital colaboraram por essa formação. Esse processo é desigual nos dois municípios, mais adiantado na formação de um mercado interno em São José que em Palhoça. Por isso, a urbanização ocorre de forma mais rápida em São José, visto que a maior parte de sua

população já era urbana de acordo com o censo de 1970. Palhoça só vai se urbanizar de forma rápida ao longo dos anos 1970, registrando a maior parte de sua população morando na cidade, no censo de 1980.

Nas últimas cinco décadas, São José e Palhoça foram os municípios que mais tiveram incremento populacional da região metropolitana de Florianópolis. Esse crescimento está associado à valorização imobiliária da capital, aos contextos macroeconômicos nacional e internacional e às dinâmicas socioespaciais desses dois municípios. Estas estiveram atreladas às políticas públicas executadas pelo poder público, sobretudo, municipais. Há uma relativa autonomia desse crescimento, logo, não se pode mais considerar essas cidades como dormitórios.

Além disso, o trabalho analisou os fluxos pendulares recentes por motivo de trabalho e estudo desses municípios para a capital de modo a evidenciar a relativa dependência desses em relação a Florianópolis. E, ainda, a partir de dados coletados de algumas empresas no diz respeito a moradia dos trabalhadores, mostrou-se a dinamicidade atual das economias de São José e Palhoça.

Desse modo, a dissertação aqui exposta tem como objetivo geral desvendar o desempenho dos processos geoeconômicos dos municípios conurbados de São José e Palhoça que contribuíram para sua expansão urbana. Especificamente:

Avaliar o impacto das políticas públicas e dos investimentos privados na expansão urbana dos municípios São José e Palhoça.

Verificar as direções da expansão urbana nos municípios de São José e Palhoça no período recente, sobretudo pós 2003.

Verificar as aglomerações produtivas e sua contribuição na expansão urbana dos municípios de São José e Palhoça.

Analisar os processos de segregação socioespacial dos municípios de São José e Palhoça.

Compreender as relações existentes entre a expansão urbana e a mobilidade nos municípios de São José e Palhoça.

Para alcançar os objetivos gerais e específicos, o presente trabalho parte do princípio que toda realidade é produto histórico, fruto das ações sociais realizadas em um determinado sistema econômico. Logo, o urbano é resultado de fatores sociais e econômicos produzidos ao longo da história. Portanto, a explicação do surgimento e desenvolvimento dos núcleos urbanos está calcado na ideia de formação econômico-social de Marx e Engels. Santos (1977) aproveitou essa ideia de Marx e Engels para criar

a categoria de formação socioespacial, pois ele via que as formações econômicas e sociais são geograficamente localizadas. Os processos econômico-sociais criam as formas espaciais e é transformado por estas. O que é resultado, é também condição. Sociedade e espaço para Santos (1985) são indissociáveis, para estudar o espaço (o urbano) é necessário analisar a sociedade que nela reside. Daí, o espaço urbano sendo a expressão materializada da sociedade geograficamente localizada, isto é, formações socioespaciais. Desse modo, um dos referenciais desta pesquisa é a categoria de formação socioespacial de Santos.

As dinâmicas nos espaços urbanos são influenciados pelo que ocorre no contexto nacional e internacional. Assim sendo, a teoria dos ciclos longos de acumulação capitalista de Kondratiev² ajuda a compreender o que ocorre na economia e seus reflexos no espaço urbano.

A peculiaridade da economia brasileira conforme nos mostra Rangel (1982) faz com que o país reaja de forma ativa aos ciclos longos de Kondratiev. Nas fases expansivas voltamos para fora (mercado externo) aumentando nossas exportações e importações, crescemos puxados pela demanda externa. Mas nas fases depressivas voltamos para dentro, substituindo importações, crescemos via mercado interno. Tanto nas fases expansivas, quanto nas depressivas as cidades brasileiras se expandiram. A leitura rangeliana da economia brasileira e a teoria dos ciclos longos de Kondratiev trará subsídios a compreensão da expansão urbana.

Ademais, torna-se de suma importância as contribuições de Corrêa (2005), de Villaça (2001), Santos (2005) para o entendimento teórico da estrutura urbana e das dinâmicas do espaço urbano brasileiro, sobretudo da área de estudo. Estes autores buscam explicar o crescimento a partir de uma perspectiva endógena, através das dinâmicas socioeconômicas locais, intraurbanas, sem negar a importância das migrações.

Ainda se tratando de referenciais teóricos cabe ressaltar que o Estado é um dos agentes produtores, consumidores e modeladores do espaço urbano, como coloca Corrêa (2005, p. 26). Ele age diretamente produzindo habitações e infraestruturas viárias e de serviços, consumindo espaço urbano. E indiretamente, financiando através de suas instituições, o setor privado na produção do espaço. Além disso, é o agente que

²O economista russo Nikolai Kondratiev ao estudar o sistema capitalista percebeu que seu desenvolvimento não era linear, ocorria em ciclos de longa duração de cerca de 50 anos, nos quais se alternavam em fases de expansão e fases de depressão econômicas, de cerca de 25 anos cada uma.

regula/modela o uso do solo urbano através de seus instrumentos legais de zoneamento, código de obras, Plano Diretor e normas gerais (como o Estatuto da cidade).

A ação do Estado no espaço urbano não é neutra. Ele representa os interesses das classes dominantes de cada época que estão no poder ou de alianças entre essas classes. E visa precipuamente: “A sua ação visa criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, viabilizando o processo de acumulação e reprodução das classes sociais” (Corrêa, 2005, p. 26).

Ao longo da história do Brasil, o Estado atuou direta ou indiretamente na formação e transformação dos núcleos urbanos. Ao promover o desenvolvimento das atividades produtivas ou das infraestruturas, o Estado cria condição para o surgimento ou expansão urbana.

As atividades produtivas, sobretudo, as indústrias, o comércio e os serviços foram muito importantes para a urbanização brasileira. À medida que a industrialização impulsionava/impulsiona a expansão urbana, é por ela impulsionada, ou seja, o desenvolvimento industrial promoveu o crescimento urbano e a modernização do campo, reduzindo a população rural, criando um enorme mercado para seus produtos, que por sua vez impulsiona a industrialização.

A população urbana brasileira aumentou de modo significativo após 1960, quando o país registrava altas taxas de crescimento econômico e de industrialização. Em apenas 5 décadas de acordo com os censos do IBGE, houve um incremento de mais de 120 milhões de pessoas às áreas urbanas, sobretudo, àquelas entre 100 mil a 500 mil habitantes (apenas 276 municípios) que concentram um quarto da população. Dentro desse grupo situam-se as cidades de São José e Palhoça, que são as cidades que mais crescem na região metropolitana de Florianópolis.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa foi realizada precipuamente a partir de uma abordagem exploratória por meio de levantamento bibliográfico e documental pertinente a temática em livros, tccs, dissertações, teses, artigos. Posteriormente foi feito levantamento de dados estatísticos no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), no Ministério do Trabalho e Emprego (na RAIS e CAGED), no Tribunal de Contas do Estado (TCE), no DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde), na Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, na Secretaria de Educação de Santa Catarina e dados fornecidos por empresas através de meio eletrônico. Enfim, foram feitas visitas à

Secretaria de Habitação do município de Palhoça para a coleta de informações a respeito das políticas de habitação do município e saídas a campo de modo a constatar o que foi aferido nas investigações teóricas.

Assim, o trabalho está composto por quatro partes: a introdução, dois capítulos e a conclusão. No primeiro capítulo, é abordado o processo de ocupação e formação socioespacial de São José e Palhoça de maneira conjunta, haja vista que no decorrer do mesmo é tecida as semelhanças e diferenças entre esses dois núcleos no que diz respeito às dinâmicas socioespaciais. Para tanto, inicialmente, são considerados os interesses portugueses sobretudo em relação à colonização açoriana no sul do Brasil, ocorridas a partir dos séculos XVII e XVIII, especialmente no espaço estudado. Estes interesses condicionaram a organização socioespacial na sua gênese.

Os colonos ao aportarem em território josefense e palhocense passaram a se dedicar a pequena produção de alguns produtos agrícolas e algumas

agromanufaturas, com destaque para a farinha de mandioca. Essa pequena produção nos seus primórdios estavam voltadas a atender a sua subsistência. Posteriormente, passa a atender o comércio local e regional. Dessa forma, a pequena produção suscita a formação dos primeiros povoados que se organiza para atender as demandas da atividade comercial.

Durante esse período que se estende até princípio do século XX, o crescimento urbano de São José e Palhoça foi muito pequeno, pois a produção industrial, mesmo que de forma rudimentar era feita no campo. O crescimento das cidades estava condicionado à ampliação comercial, uma vez que as profissões citadinas visavam atender às necessidades da atividade comercial e de gestão do município. Não houve, nesse momento, condições para a formação e consolidação de um mercado interno de consumo capaz de alavancar o crescimento urbano.

Com isso, o crescimento urbano de São José e Palhoça eram pífios, chegando mesmo a entrar em um período de letargia, dos anos 1930 a 1950, devido a construção da Ponte Hercílio Luz. Mais tarde, a partir dos anos 1960, um conjunto de investimentos públicos planejados nos grandes planos estatais, ao nível nacional e estadual, junto a políticas fiscais e creditícias estaduais e municipais, vieram alavancar o crescimento econômico local.

Esse crescimento impulsionou a expansão urbana, que por sua vez demandou uma variedade de mercadorias e serviços, atraindo mais urbanização. Com isso, houve pressões sociais por moradia fazendo com que o governo federal criasse um sistema de

financiamento à habitação. Para isso, foram criados o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) em 1964, e ainda um fundo do trabalhador que poderia ser usado para financiar a habitação, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em 1966. Estaria dessa forma institucionalizado, mecanismos de financiamento de longo prazo à habitação no país e, injetando recursos no setor da construção civil, contribuindo para a expansão das cidades.

Nesse processo de expansão, a valorização das áreas centrais da região metropolitana de Florianópolis pelo Capital imobiliário foram fundamentais para empurrar a mancha urbana para a periferia das cidades do entorno da capital, favorecendo deste modo uma urbanização espalhada, com espaço urbano fragmentado, desarticulado e periférico como disse Santos (2009).

Combinado a isso, a partir da década de 1960 houve um conjunto de investimentos na modernização do campo, o que levou a um movimento migratório contínuo campo – cidade, contribuindo sobremaneira para o surgimento e ampliação dos loteamentos legais, ilegais e os bolsões de pobreza na área conurbada de Florianópolis, especialmente São José e Palhoça.

Ao longo desses espaços periféricos se formaram grandes vazios urbanos, áreas que ficam em pousio de modo a ganhar valor, e depois serem urbanizados. Assim, espaços que poderiam amenizar o custo socioeconômico de uma urbanização espalhada, atendem os interesses do Capital imobiliário a espera de valorização.

Ainda nesse processo de expansão urbana analisou-se a importância da construção de vias de circulação, como foi o caso da BR 101, BR 282 dentre outras para a urbanização bem como para a orientação desse processo. Ao atrair urbanização, essas vias regionais se transformam em vias urbanas, conforme coloca Villaça (2001).

No segundo capítulo há duas partes. Na primeira, será dado mais ênfase nas políticas públicas, sobretudo, as municipais e sua relação com o dinamismo econômico local no período de 2003 a 2019. Em um contexto nacional, tivemos, dentro desse período, um momento de crescimento econômico que vai de 2003 a 2014 com reflexos positivos ao nível local. A expansão da renda e do emprego e as políticas de estímulo ao consumo, aliadas a um quadro de crescimento econômico internacional contribuíram de forma significativa para a expansão urbana. Localmente, principalmente, em Palhoça, as políticas fiscais e creditícias instigaram o desenvolvimento econômico local e a expansão urbana. Cabe ainda destacar a relevância da criação do programa federal de habitação

Minha Casa Minha Vida (MCMV) para a expansão urbana, especialmente nas periferias de São José e Palhoça.

Em um segundo momento, referente aos anos de 2015 e 2016, o país passou por uma crise econômica, cuja origem está relacionado a deterioração do quadro macroeconômico interno (redução do consumo das famílias e do governo, nos investimentos, dentre outros) e externo (redução da demanda por commodities, por exemplo) que já vinha ocorrendo desde 2014. Esta crise provocou a redução dos financiamentos habitacionais, afetando o espaço urbano local. Nessa época muitos empreendimentos, em fase de construção ou projetados, foram paralisados, fazendo com que aumentasse o deficit habitacional.

No período recente, de 2017 a 2019, a economia brasileira tem passado por um período de estagnação, com taxas de crescimento irrisórias com reflexos diretos na economia local, principalmente no setor da construção civil, dependente de financiamentos. A retração dos financiamentos, sobretudo no MCMV fez com que diminuíssem a quantidades de empreendimentos, influenciando a dinâmica de expansão do período pós 2014.

Foram abordados também, a constituição de alguns bairros periféricos e centrais em suas características genéricas, colocando em relevo, questões como segregação socioespacial e suas relações com os interesses econômicos e políticos locais, produzindo espaços privilegiados de infraestruturas e no outro extremo uma periferia carente de infraestruturas e distante dos locais onde concentram os serviços públicos e privados.

Na segunda parte do segundo capítulo será tratado sobre os fluxos populacionais entre Palhoça e São José e a capital. Como coloca Santos (2008), a cidade é formada por fixos e fluxos. Os fluxos são a alma da cidade e revelam como o espaço urbano foi estruturado, o qual se mostra fragmentado: o local de moradia, na maioria das vezes, não é o local de trabalho, lazer, compras e estudo. Por ser fragmentado, acarretam custos socioeconômicos públicos e privados, que passa a ser suportado por toda a sociedade.

Apesar de haver uma significativa parte da população que se desloca de São José e Palhoça para Florianópolis, e que São José passa a atrair cada vez mais esses movimentos pendulares de outros locais, a proporção desses fluxos em relação aos que trabalham no mesmo município é minoritária.

2 – O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL DE SÃO JOSÉ E PALHOÇA

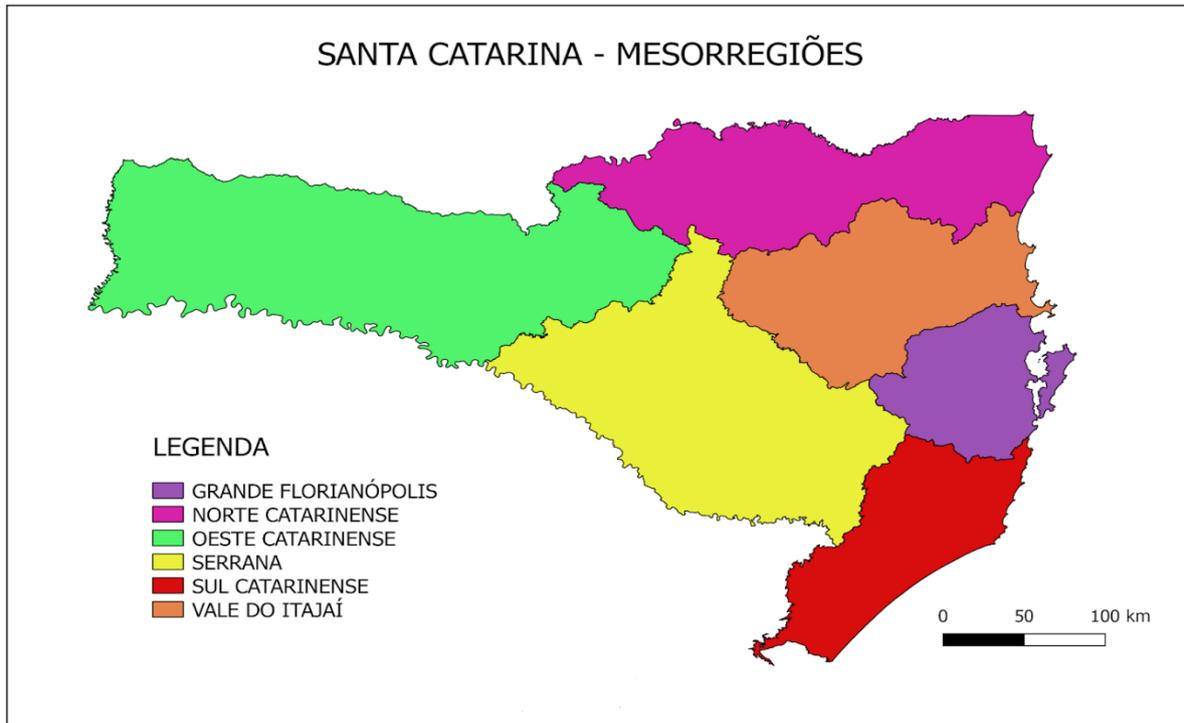
2.1 - O papel da pequena produção mercantil

Os municípios de São José e Palhoça estão situados na Microrregião³ de Florianópolis, na porção leste desta, conforme pode ser observado na figura 2. Essa microrregião é constituída por nove municípios: Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara, que por sua vez está inserida na Mesorregião⁴ da Grande Florianópolis, conforme a regionalização do IBGE que pode ser vista na figura 1.

³Segundo o Glossário do IBGE, 2010 (disponível no sítio: https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209_213_Glossario_ATLASDEMO%202010.pdf), microrregião “Área definida como parte da mesorregião que apresenta especificidades, quanto à organização do espaço, o que não significa uniformidade de atributos, nem confere à microrregião autossuficiência e tampouco o caráter de ser única, devido a sua articulação a espaços maiores, quer mesorregiões, quer Unidades da Federação, ou mesmo a totalidade nacional.”

⁴Segundo o Glossário do IBGE, 2010 (disponível no sítio: https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209_213_Glossario_ATLASDEMO%202010.pdf), mesorregião “Área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico, definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial.” Em 1989 o IBGE publicou a Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas que substituíram as Mesorregiões e Microrregiões Homogêneas. Ver IBGE (1990). Em Santa Catarina a divisão estabeleceu as Mesorregiões: Oeste, Norte, Serrana, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul. Entretanto, segundo Cunha e Farias (2019, p. 145), “o IBGE apresentou uma nova divisão regional no Brasil, vinculada aos processos sociais, políticos e econômicos sucedidos em território nacional desde a última versão da Divisão Regional do Brasil, publicada na década de 1990. As unidades mesorregionais e as microrregionais recebem, respectivamente, os nomes de regiões geográficas intermediárias e regiões geográficas imediatas. O recorte dessas incorpora as mudanças ocorridas no Brasil ao longo das últimas três décadas. O processo socioespacial recente de fragmentação/articulação do território brasileiro, em seus mais variados formatos, pode ser visualizado em vários estudos desenvolvidos no IBGE. O recurso metodológico utilizado na elaboração da presente Divisão Regional do Brasil valeu-se dos diferentes modelos territoriais oriundos de estudos pretéritos, articulando-os e interpretando a diversidade resultante”. Nessa pesquisa foram considerados os novos critérios; porém, foi adotado o nome da Mesorregião da Grande Florianópolis. A Mesorregião da Grande Florianópolis é uma das 6 Mesorregiões, e possui três Microrregiões: Tijucas, Florianópolis e Tabuleiro, nas quais estão situados 21 municípios: Angelina, Canelinha, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista, Tijucas, Antônio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São José, São Pedro de Alcântara, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Anitápolis, Rancho Queimado e São Bonifácio.

Figura 1: Mesorregiões de Santa Catarina



Fonte: Adaptado do IBGE, 2019

Figura 2: Localização dos municípios de Palhoça e São José na Grande Florianópolis



Fonte: Adaptado do IBGE, 2019

O município de Palhoça com uma extensão territorial de 395,133 km² está situado nas coordenadas geográficas 27.º 38' 42" S de latitude e 48.º 40' 04" O de longitude, está a 15 km da capital do Estado. Faz limite ao sul com o município de Paulo Lopes, a oeste com Santo Amaro da Imperatriz, a norte com São José e São Pedro de Alcântara e a leste com a Baía Sul e o oceano Atlântico. Seu território está dividido em dois distritos administrativos: Sede e Enseada de Brito.⁵

Já o município de São José, com uma extensão territorial um pouco menor de 113,6 km² está situado nas coordenadas geográficas 27.º 36' 55" S de latitude e 48.º 37' 39" O de longitude, faz limite ao sul com o município de Palhoça, a oeste com São Pedro de Alcântara, Antônio Carlos e Santo Amaro da Imperatriz, a norte com Biguaçu e a leste com Florianópolis e com as Baías Norte e Sul. Sua área territorial está dividida em três distritos: Sede, Campinas e Barreiros.⁶

Esses dois municípios formam um aglomerado⁷ urbano de 425.453 habitantes de acordo com a estimativa do DPE/COPIS do IBGE de 2020 e, com a capital chega a mais 1 milhão de habitantes (1.003.765). Estão inseridos em uma área urbana contínua/descontínua que se estende desde Palhoça, passando por Santo Amaro da Imperatriz a oeste, São José a norte e Florianópolis, a leste, chegando a Biguaçu a norte.

⁵ Ao todo há 33 bairros nos dois distritos do município de Palhoça: No Distrito da Enseada de Brito: Enseada de Brito, Praia do Meio, Praia do Sonho, Passagem do Maciambú, Mar Azul, Ponta do Papagaio, Guarda do Embaú e Pinheira; Distrito sede: Alto Aririú, Aririú, Aririú da Formiga, Barra do Aririú, Bela Vista, Brejaru, Caminho Novo, Centro, Cidade Universidade Pedra Branca, Guarda do Cubatão, Jardim Coqueiros, Jardim Aquarius, Jardim das Palmeiras, Jardim Eldorado, Pachecos, Passa Vinte, Ponte do Maruim, Praia de Fora, Pontal, Furadinho, Rio Grande, Pagani, Madri, Nova Palhoça e São Sebastião.

⁶ Os bairros pertencentes a esses distritos são: Distrito Sede: Centro, Ponta de Baixo Fazenda Santo Antônio, Distrito Industrial, Picadas do Sul, Flor de Nápolis, Forquilha, Praia Comprida, São Luiz, Roçado, Bosque das Mansões, Potecas, Forquilhas, Sertão do Maruim e Colônia Santana; Distrito de Campinas: Campinas e Kobrasol; Distrito de Barreiros: Barreiros, Nossa Senhora do Rosário, Bela Vista, Jardim Cidade de Florianópolis, Ipiranga, Pedregal, Jardim Santiago, Areias, Serraria, Real Parque, Procasa.

⁷ Aglomeração Urbana, segundo Koiti e Magon (2005), se define por ser “[...] um processo de expansão de núcleos urbanos distintos com produção e intensificação de fluxos que extrapolam os limites políticos/administrativos dos municípios”. Esta definição vai ao encontro do que diz o Estatuto da Metrópole (lei n.º 13.089 de 12 de janeiro de 2015) no art. 2, inciso I: “aglomeração urbana: unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais Municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas”. Segundo o Glossário do IBGE, 2010 (disponível no sítio: https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209_213_Glossario_ATLASDEMO%202010.pdf), o aglomerado urbano envolve a metropolização, que segundo Cadaval e Gomide (2002) apud Paese (2015, p. 43) é: “[...] o processo de expansão urbana caracterizado pela intensificação dos fluxos econômicos e sociais e dos vínculos culturais entre cidades vizinhas, que desenvolvem relações mais ou menos intensas de interdependência. Geralmente, esse processo é presidido por um núcleo urbano principal que exerce dominante influência econômica e social sobre as áreas adjacentes. Quase sempre, a metropolização implica maior diferenciação espacial e especialização das áreas urbanas envolvidas, o que, por sua vez, gera novos fluxos e novos conflitos na gestão urbana.”

A ocupação e o povoamento do município de São José e de Palhoça estão ligados à história da colonização do litoral e, especialmente de Florianópolis, e que estão todos associados aos interesses de Portugal de ocupar o Sul para proteger o território conquistado das invasões estrangeiras.

Antes da chegada dos portugueses, o Sul era povoado por indígenas: os tupis-guaranis – no litoral, centro-norte do Rio Grande do Sul e oeste; os jês no centro de Santa Catarina e Paraná, e os charruas no sul do Rio Grande do Sul. Especificamente em Santa Catarina havia os guaranis no litoral e os descendentes dos jês (Xokleng e kaingang) no interior. A ocupação definitiva pelos colonizadores se deu:

A ocupação definitiva de Santa Catarina começou no século XVII. Como o território já era conhecido pelos bandeirantes, os vicentistas paulistas, organizados sob forma de bandeiras colonizadoras, iniciaram a ocupação do espaço fundando três núcleos ao longo do litoral: São Francisco em 1645, Desterro (Florianópolis) em 1651 e Laguna em 1676. (Corrêa, 1999, p. 3)

De início, esses núcleos se comunicavam somente através da navegação de cabotagem⁸, pois não havia estradas que ligassem esses núcleos. Eles permaneciam isolados, dificultando o fortalecimento do povoamento junto a costa. Além disso, o relevo acidentado da serra geral e do mar impediam a expansão da urbanização rumo ao interior.

Diferentemente de grande parte das cidades brasileiras que se expandiram devido ao desenvolvimento industrial⁹, as cidades litorâneas de Santa Catarina se desenvolveram inicialmente com base na pequena produção mercantil, na pesca e no

⁸Navegação de cabotagem, segundo o portal da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (<http://portal.antaq.gov.br/index.php/navegacao/maritima-e-de-apoio/perguntas-frequentesnavegacao-maritima/>), se subdivide em cabotagem de pequeno e longo curso. A de pequeno curso é aquela realizada entre os portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima ou estas e as vias navegáveis interiores. Esse tipo de transporte era muito utilizado no litoral catarinense na época da colonização, pois a economia desta porção do território catarinense esteve voltado sobretudo para o mercado interno e, havia insuficiência de estradas ligando os principais aglomerados. A outra é a cabotagem de longo curso, na qual as escalas são realizadas em portos de mais de um país.

⁹De acordo com Decca (1991) apud Galvan e Flávio, (2006) a industrialização desde os seus primórdios suscitaram núcleos de povoamento. Muitos núcleos urbanos surgiram e cidades se expandiram próximo às indústrias. À medida que a industrialização em nosso país avançava a passos largos a partir dos anos 1950, a população se urbanizava cada vez mais.

comércio¹⁰, inserindo-se como atividades complementares na economia colonial brasileira agroexportadora.

As primeiras ligações do litoral com o interior, rompendo a barreira natural se deu com as estradas de gado no século XVIII, ligando o litoral ao interior, chegando às áreas de criação do Rio Grande do Sul e às áreas de abate em São Paulo. Desse modo, Santa Catarina era território de descanso e passagem das tropas de gado. Muitas cidades surgiram como consequência desse processo como, por exemplo, Lages, Curitiba e outras dentre outras.

O território de São José e Palhoça até o ano de 1651 era habitado por indígenas carijós da etnia tupi-guarani. Estes eram caçadores, coletores e se dedicavam à pesca, mas também dedicavam ao cultivo da mandioca e do cará. Eram, portanto, seminômades, não havia possibilidade de desenvolver um núcleo de povoamento. Assim como no restante do Brasil, a chegada do homem branco colonizador levou a quase extinção dessa etnia, seja pela escravização, doenças ou lutas de resistência.

Nos séculos XVI e XVII, famílias de São Vicente (SP) se estabelecem na Enseada de Brito e em São José. Em 1651, o bandeirante Francisco Dias Velho chegou à ilha de Santa Catarina e fundou o pequeno povoado que deu o nome de Desterro. Mais tarde, em 1653, Domingos de Brito Peixoto se instalou com sua família na Baía de Enseada de Brito. Porém, problemas enfrentados com índios e a malária fizeram-no abandonar esse empreendimento e se deslocar mais ao sul, onde fundou Laguna. A região ficou quase desabitada por quase 100 anos.

A colonização somente se efetivaria com a chegada dos açorianos e madeirenses no século XVIII¹¹, entre os anos de 1748 a 1756. Com a promessa de receberem terras e instrumentos para cultivá-las, casais de açorianos aportaram em São José, Palhoça e Desterro através do Porto de Desterro. A vinda desses casais fazia parte da estratégia da Coroa portuguesa de assegurar a posse sobre as terras brasileiras da porção meridional e alcançar a margem esquerda do rio da Prata (Hubener, 1979).

Como prioridade da Coroa Portuguesa era assegurar a posse e a defesa das terras meridionais, a questão econômica acabou ficando em segundo plano. Acrescentam-se a isso, a falta de interesse em desenvolver a região e a proibição de

¹⁰O crescimento e desenvolvimento urbano inicial de São José e Palhoça estiveram influenciados pelos fluxos comerciais que se estabeleciam entre estes e a capital e o planalto.

¹¹ As difíceis condições que se depararam os casais de açorianos e madeirenses em terras brasileiras (mata fechada, solos arenosos, poucos instrumentos oferecidos pela coroa dentre outras) associadas as muitas promessas da Coroa que não se cumpriram (tamanho de terras, por exemplo) limitaram a produção agrícola e o desenvolvimento urbano.

construir fábricas em solo brasileiro, pois a Coroa não queria que a colônia crescesse e se desenvolvesse.

Levando-se em conta que o interesse da Coroa aqui no Sul era pela manutenção de sua posse territorial, o povoamento era primordial. Por isso, as glebas concedidas pela Coroa possuíam pequena dimensão. O que se produzia nessas não interessava diretamente a Coroa, logo a produção se organizou para atender o mercado interno, principalmente.

Ao aportarem em São José da Terra firme (atual São José) e Enseada de Brito (Palhoça) em 1750, os colonos açorianos, inicialmente se dedicaram a agricultura de subsistência, a pecuária, a pesca e o artesanato. E, complementarmente, a caça da baleia.¹² Cada casal de açorianos recebia da Coroa uma Sesmaria (pequeno lote de terra), um mosquete (arma de fogo), duas enxadas, um machado, um martelo, duas facas, um podão, duas tesouras, um serrote, duas verrumas (furador), dois alqueires de sementes, duas vacas, uma égua e uma porção de farinha para um ano.

O contato entre esses núcleos e Desterro (atual Florianópolis) se dava através do mar pela navegação de cabotagem devido à falta de estradas. Consequentemente, os núcleos iniciais de povoamento se desenvolveram junto a costa, próximos ou junto às áreas de trapiches. É o caso de Enseada de Brito (Palhoça) e nas imediações do atual Centro Histórico de São José.

Havia, portanto, desde os primórdios, uma forte ligação marítima entre São José e Desterro, como coloca Sugai (2002, p. 51):

A dependência da ligação marítima entre o continente e a capital foi o fator que garantiu durante dois séculos a economia de São José. Além da produção agrícola e de pesca, em São José também se desenvolviam outras atividades importantes para a capital, como serraria e o matadouro [...] era um entreposto comercial, pois todos os passageiros que se deslocavam para a capital, obrigatoriamente passavam ou pernoitavam em São José. (Sugai, 2002, p.51)

¹² A caça da baleia era uma atividade econômica, na qual retiravam o óleo para uso na iluminação pública. Este óleo era usado nos núcleos próximos e exportado para outros locais. Segundo Bastos (1997, p.16) essa atividade de pesca e extração do óleo despertou o interesse do capital comercial português, pois o óleo de baleia era o petróleo dos séculos XVIII e XIX.

Posteriormente, os açorianos ocuparam a orla marítima no sentido norte-sul e as imediações do rio Maruí¹³ (limite natural atual entre São José e Palhoça). Em Palhoça, buscaram terras mais secas e férteis como nas imediações dos atuais bairros do Passa Vinte, Aririú e Guarda do Cubatão.

O povoamento em Palhoça efetiva-se a partir de 1793 com a construção de galpões e depósitos cobertos de palhas pelo sesmeiro Caetano Silveira de Matos e seus empregados, conforme destacou Oliveira (2011, p. 38):

As primeiras estruturas de armazéns e residências na localidade eram feitas de pau-a-pique e sua cobertura era de palha, acredita-se que o nome da cidade se deu por este motivo. Com o tempo, a ocupação territorial migrou mais para a região sul da cidade, o que formou hoje o Centro definitivo. (OLIVEIRA, 2011, p. 38)

Com a chegada de militares, cabia aos colonos açorianos o fornecimento de gêneros alimentícios para os contingentes e servir como recrutas (soldado). Deixando de ser uma economia tipicamente de subsistência para atender a um pequeno mercado de consumo, conforme coloca Campos (1989, p.36):

Mais interessante para a Coroa era a formação de um colono soldado, que serviria tanto as necessidades das milícias (soldados) quanto às necessidades de produção e abastecimento de setores não produtivos (milícias, corpo administrativo, etc.), e do comércio, o que seria possível sob uma pequena produção mercantil. (Campos (1989, p.36)

Desde suas fundações até início do século XIX, os núcleos urbanos de São José e Palhoça foram geridos pelos comandos militares enviados pelas administrações das capitânicas, pois o objetivo maior era manter a posse e defender as terras conquistadas.

Posteriormente, os comandos militares passaram a ser trocados pelos comerciantes de grande influência política, aqueles que eram donos das embarcações que faziam o transporte de cabotagem. Assim, a elite econômica passou a ser também a

¹³ Isso ocorreu porque eram áreas mais férteis para os cultivos de subsistência. Na área do atual centro nesse momento, fins do século XVIII e início do XIX, era um verdadeiro atoleiro, tanto é que os fluxos comerciais voltados a atender o planalto ou no sentido inverso, passava pelo Passa Vinte ou Enseada de Brito.

elite política desses núcleos. É o caso das famílias: Schmidt, Filomeno, Kretzer, dentre outros, que foram donos de casas comerciais, trapiches, embarcações e eram influentes na política local sendo que por diversas vezes, integrantes dessas famílias foram superintendentes e prefeitos em São José.

Os diversos núcleos urbanos fundados no litoral, próximo ao mar, por razões estratégicas (facilidade de transporte) formavam ilhas urbanas, sem comunicação por terra. O planalto estava isolado do litoral por razões geográficas, ou seja, as grandes elevações da Serra Catarinense impunham um certo isolacionismo entre essas duas macrorregiões: litoral e o interior catarinense.

O isolacionismo inicial, levaram os núcleos recém-criados de São José e Palhoça a depender das trocas comerciais realizadas com Desterro. Assim, esses núcleos urbanos cresceram à sombra de desterro¹⁴. Isso duraria até recentemente, quando passaram a ter uma relativa autonomia no seu desenvolvimento urbano.

A produção inicial açoriana era de produtos que os colonos já plantavam em suas terras, como trigo, aveia, centeio. Aqui, o clima (subtropical úmido) e solos pobres em nutrientes impedia tais cultivos. Logo, o contato com os nativos propiciou a adoção de produtos já cultivados por eles, como a mandioca, milho, feijão, cana-de-açúcar, abóbora, amendoim, arroz, algodão e frutas como a melancia.

Os açorianos, de modo a preparar o solo para o cultivo, fazia-se uso da coivara, prática herdada dos índios que consistia em atear fogo ao roçado para limpar o terreno e adubá-lo com as cinzas. Diferentemente dos índios que deixavam o solo em pousio logo após a colheita, o solo era imediatamente reutilizado para a plantação da mesma cultura ou de outra cultura. Dessa forma, o solo se desgastava mais rápido perdendo sua fertilidade e refletindo na diminuição da produção.

A policultura e o pescado foram a base inicial do desenvolvimento desses núcleos. Com o passar do tempo, os excedentes eram trocados com desterro e outros núcleos urbanos, através do transporte marítimo. Havia entre Palhoça e Desterro, trapiches, onde atracavam embarcações levando e trazendo mercadorias.

À medida que a demanda por excedentes aumentava, estimulava a ocupação de novas áreas. Foi assim que áreas mais secas e férteis, propícias para a agricultura, em Palhoça e também em São José foram exploradas. Assim, Cubatão, Passa vinte, Aririú, Barra, Maruim em Palhoça e imediações do rio Maruim, Roçado, Capoeiras, Coqueiros,

¹⁴Mesmo que muitos núcleos litorâneos tenham se originado a partir de estratégias político-militares da Coroa portuguesa, seu crescimento inicial esteve atrelado à pequena produção mercantil.

Estreito e Barreiros em São José passaram a ser ocupadas para atender as demandas para produção mercantil.

Além dos excedentes agrícolas, os açorianos dedicavam a algumas agromanufaturas como a produção de farinha, açúcar, cachaça em seus engenhos, alambiques e artesanato. Essas manufaturas eram produzidas nas áreas rurais e levadas aos trapiches para o transporte até Desterro.

Havia ainda, o comércio de gado em pé e seus subprodutos como o charque que vinham do planalto através das antigas estradas das tropas para serem vendidos nos nascentes núcleos litorâneos, principalmente, em Desterro. Os territórios de Palhoça e São José era caminho de passagem dos tropeiros e, especialmente São José área de descanso e pouso das tropas¹⁵. Ao longo desse caminho desenvolveram pequenas vilas e comércios para abastecer as tropas, sobretudo em São José.

O tropeirismo,¹⁶ assim como a cabotagem de pequeno curso foram responsáveis pelos fluxos comerciais entre o planalto, os núcleos de São José, Palhoça e Desterro. Até as primeiras décadas do século XIX, o crescimento urbano desses núcleos esteve ligado a atividade comercial comandada pelos capitais comerciais de Desterro sobre os capitais locais e o pequeno produtor.

A atividade tropeira se tornou tão importante economicamente para a capitania de Santa Catarina que o governo contratava assassinos de aluguel, os bugreiros¹⁷, para assassinar os “hostis” índios Xoklen. Os índios eram considerados um perigo às atividades das tropas que era uma grande fonte de arrecadação de taxas e impostos. Desse modo, o império passou a incentivar a vinda de imigrantes alemães, por exemplo, para ocupar o caminho das tropas, protegendo o território conquistado contra esse perigo.

¹⁵De acordo com Simas (2016), esta atividade suscitou a origem de bairro como, por exemplo, o bairro de Campinas em São José, que até meado passado ainda tinha amplas áreas de descanso dos animais que vinha do planalto e se destinava ao matadouro do Estreito para abastecer o mercado da capital.

¹⁶O Tropeirismo, segundo Jesus (2009, p. 14) foi um “movimento histórico e social fundamental para o desenvolvimento comercial que interligou diferentes e longínquas áreas da colônia e sobreviveu até o século XX [...]. Abastecia cidades, vilas e fazendas ao transportarem mercadorias variadas em lombo de muares, burros e mulas.” A atividade tropeira se tornou muito significativa para a fundação de muitos núcleos urbanos, como é o caso de Lages e Curitiba.

¹⁷De acordo com Peres (2009), bugreiro era um indivíduo, caboclo, contratado pelos governos provinciais para caçar e exterminar indígenas. Eles atuavam em bandos que variavam de 8 a 15 indivíduos, destruindo e arrasando aldeias indígenas. O termo bugreiro originou da palavra bugre, como eram chamados pejorativamente os índios do Sul do Brasil.

Segundo Simas (2016, p. 46, 47) o fato de São José possuir maior proximidade com Desterro, entreposto comercial¹⁸ entre dois importantes mercados regionais, Rio de Janeiro e Buenos Aires, e por possuir a maior parte dos trapiches da porção continental trazia muitas vantagens, pois a seu território convergia muitos fluxos comerciais. Ademais, São José era território de passagem entre a porção continental e Desterro.

Em São José, no núcleo urbano, surgiram uma série de serviços visando a atender essa engrenagem econômica, como: ferreiros, pedreiros, carpinteiros, seleiros, construtores de embarcações, oleiros, cartorários, artesãos, sapateiros, padeiros, classificados como artistas, comerciantes, militares e funcionários públicos. Desse modo, a pluralidade de atividades econômicas josefenses seria uma ancora à decadência da pequena produção mercantil¹⁹.

O núcleo urbano josefense passou por um acentuado desenvolvimento econômico e cultural ao longo do século XIX, conforme aponta Machado; Gerlach, 2007, p. 27 apud Simas, 2016, p. 63, 64:

[...] São José passaria a contar com uma série de equipamentos urbanos que evidenciavam seu destaque não apenas econômico, mas cultural durante o século XIX. Dentre estas melhorias incluíam-se: a existência de vários trapiches pela costa josefense, desde a Ponta de Baixo, passando pela Sede, Praia Comprida, Coqueiros, Estreito, até a Serraria, já na Baía Norte; a criação da Banca do Pescado em 1839; a construção da Carioca, em 1840, destinada para o consumo de água potável e para as lavadeiras; a inauguração de um Matadouro, em 1842, existente no Estreito (antigo distrito de João Pessoa que pertenceu a São José até 1944) destinado ao abate do gado que vinha por meio das tropas; além da construção de um Teatro, em 1854. (MACHADO; GERLACH, 2007, p.27 apud SIMAS, 2016, p.63, 64)

Devido sua importância sociocultural e econômica, São José foi elevada a categoria de vila²⁰ em 1833 por resolução do presidente da província de Santa Catarina Feliciano Nunes Pires. Mais tarde, apenas 23 anos depois, a vila se emancipou de

¹⁸Mesmo com a inauguração da Ponte Hercílio Luz, ligando a porção continental a insular, a precariedade de estradas e o pequeno número de veículos, contribuíram para que o transporte marítimo continuasse importante por mais de uma década.

¹⁹ De acordo com Schmidt e Zen (2019), uma economia diversificada se torna mais resiliente em momentos de crise. Isso explica por que São José não entrou em decadência, quando a pequena produção mercantil entrou em declínio no princípio do século XX.

²⁰Elevado à categoria de vila com a denominação de São José, pela resolução do conselho do governo de 01-03-1833. Instalado em 04-05-1833, conforme IBGE, disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/saojose.pdf>, acesso em 03/03/2020.

Florianópolis, se tornando município através da lei provincial n.º 415 de 3 de maio de 1856.

Por outro lado, em Palhoça²¹ houve menos diversificação econômica do que São José, isso acabou refletindo na sua evolução política mais tardia. Somente em 1894, a Freguesia do Senhor Bom Jesus de Palhoça é elevada a categoria de vila com a denominação de Palhoça,²² sendo desmembrada do Município de São José. Mais tarde, no ano de 1919 é elevada a condição de município.

A fundação de Lages, em 1766, trouxe a necessidade da construção de vias de comunicação que ligassem o litoral ao planalto, de modo a assegurar a posse dessas terras à Coroa. Na última década, anos 1790, foi construída uma via de ligação com o planalto, estimulando o comércio dos núcleos de São José e Palhoça e, com isso levou ao desenvolvimento desses núcleos.

Essa ligação viária construída entre Lages e Desterro passava por São José. Ao longo dessa via surgiram uma série de núcleos de povoados promovidos pela Coroa, seja de açorianos ou de germânicos, como foi o caso de São Pedro de Alcântara (1829), Angelina (1859), Colônia Militar de Santa Teresa (1853). Dedicavam a produção de gêneros agrícolas como também algumas manufaturas simples.

A ligação rodoviária com o planalto impulsionou os fluxos comerciais entre o planalto e o litoral. Os comerciantes açorianos e, posteriormente os alemães levavam principalmente farinha de mandioca para o planalto e trazia gado e seus subprodutos. Exportavam também através do porto de Desterro para o Rio de Janeiro.

Posteriormente, em 1880, foi construída outra estrada ligando o litoral ao planalto, mas esta passava por Palhoça. Com isso, as antigas colônias construídas ao longo da “antiga estrada” entraram em decadência levando a migração de muitos colonos para a Praia Comprida e imediações, em São José, Desterro e Biguaçu²³. Concomitantemente, ao longo dessa “nova estrada” surgiram muitos povoados, que mais tarde dariam origem aos atuais municípios de Santo Amaro, Águas Mornas, Rancho Queimado e Alfredo Wagner.

²¹Elevado à categoria de Vila com a denominação de Palhoça, por Decreto estadual n.º 184, de 24-04-1894. Elevado à condição de município, por Lei estadual n.º 1.245, de 22-08-1919.

²² O nome do município está ligado a sua história: o governador da província enviou um ofício ao vice-rei, pedindo a colonização do continente próximo. Nesse momento, o Donatário Caetano Silveira começou a construir galpões e depósitos cobertos de palha para armazenar farinha. Essas construções ficaram conhecidas por palhoças, daí o nome do município.

²³Apesar de ter sido uma causa importante, a mudança do trajeto da estrada ligando o litoral ao planalto não foi a única causa. Houve outros elementos que ajudam também a explicar essa migração para outros lugares, como a baixa fertilidade e promessas do governo imperial que não foram cumpridas.

Havia segundo Simas (2016) uma complementaridade econômica entre o litoral e o planalto, sendo que o primeiro produzia farinha, açúcar e outros artigos alimentícios e o segundo carne para atender o litoral e as áreas de mineração em Minas Gerais e no Centro-Oeste.

Com o crescimento do comércio litorâneo no século XIX, na fase ascendente do 2.º Kondratiev, formou-se um comércio de importação-exportação em Florianópolis, que passou a articular a produção mercantil do litoral catarinense a outros lugares como, por exemplo, o Rio de Janeiro. Esse desenvolvimento do comércio impulsiona o processo de urbanização do litoral catarinense, conforme coloca Corrêa 1999, p. 33:

O comércio de importação-exportação, centralizado em Florianópolis, fez do porto o meio de contato entre as regiões litorâneas produtoras e os mercados consumidores, destacando-se como o principal comprador dos produtos catarinenses a cidade do Rio de Janeiro, na época capital do país. (CORRÊA, 1999, p.33)

Os produtos josefenses e palhocenses chegavam aos mercados nacionais e ao exterior através do porto de Desterro²⁴. Ele era de suma importância como meio de contato entre os diversos pontos do litoral. Percebe-se que desde o início do processo de colonização açoriana, a cidade de Desterro polarizava o desenvolvimento econômico dos demais núcleos vizinhos.

Apesar de os produtos mercantis terem sido exportados até para países latino-americanos, a maior parte da produção (três quartos) ficavam no mercado interno, conforme dados referentes ao período de 1850-1854 citados por Hubener (1979, p. 43). Diferentemente do que ocorria na maior parte do Brasil que estava voltado a atender o mercado externo, a economia litorânea catarinense estava voltada a abastecer o mercado interno.

Enfim, o processo de ocupação e formação socioespacial de São José e Palhoça é a parte do todo, que é a formação socioespacial litorânea, sobretudo açoriana. Fundados com o propósito de proteger e garantir a posse das terras sulinas, esses núcleos açorianos desenvolveram uma pequena produção mercantil, principalmente

²⁴O porto de Desterro, segundo Bastos (1997), por se situar entre as duas cidades mais importantes da fachada atlântica sul, Rio de Janeiro e Buenos Aires, se tornou um ponto estratégico para o Capital Comercial do Rio de Janeiro e de Desterro. Em meados do século XIX chegou a ser o mais importante porto de Santa Catarina, exportando 90% das mercadorias da Capitania de Santa Catarina em meados do século XIX, conforme dados colocados no trabalho de Hubener (1979).

farinha de mandioca, açúcar e outros produtos alimentícios. Estes eram levados tanto ao planalto quanto a Desterro. Do planalto traziam gado e subprodutos e de Desterro diversos produtos importados a partir do porto do Rio de Janeiro. Havia, dessa forma, como demonstrado nessa primeira seção um fluxo mercantil entre o planalto, São José, Palhoça e Desterro, que permitiu o desenvolvimento inicial desses núcleos. Como a maior parte do movimento comercial visava atender às demandas do mercado desterrense e do planalto, isso limitou o crescimento urbano inicial desses núcleos. Apesar disso, essa pequena produção mercantil cresceu no século XIX, produzindo diversificação produtiva e crescimento urbano, mas alguns reveses inerentes a essa formação socioespacial levou no século XX a sua derrocada, trazendo impactos no espaço urbano, como será demonstrado na próxima seção.

2.2 – Ascensão e queda da Pequena Produção Mercantil

A pequena produção para o mercado do litoral de Santa Catarina ganha relevância no século XIX²⁵ pela abertura do caminho até Lages e pelas demandas de exportação do porto de Nossa Senhora do Desterro. Ressalta-se que esse crescimento das demandas ocorre porque se vivia em um momento de expansão do comércio mundial.

Os gêneros alimentícios, principalmente farinha de mandioca, eram transportados através dos trapiches existentes em São José e Palhoça até o Porto de Desterro e, daí exportados para o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, províncias do (Prata), Pernambuco dentre outras. E, em contrapartida, importava bebidas, algodão, lã, linho, ferramentas, cal, máquinas, combustíveis e alimentos em geral, que abasteciam Desterro e as vilas próximas, incluindo São José e Palhoça.

As cidades de Palhoça e São José cresciam graças a sua proximidade geográfica com a capital e por ter atracadouros marítimos e fluviais que possibilitava os fluxos comerciais entre esses núcleos com o planalto e com a capital. Desse modo, o

²⁵Nesse século ocorreram fatos políticos e econômicos que facilitaram direta ou indiretamente a atividade comercial: em 28 de janeiro de 1808 foi assinado em decreto de abertura dos portos, dando acessibilidade ao mercado europeu; a Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, ampliando as possibilidades mercantis; tivemos duas fases expansivas da economia mundial, sendo uma iniciada em 1790, abrangendo uma parte da primeira metade do século XIX (até 1815) e a outra iniciada em 1850 indo até 1873; Abolição da Escravatura em 1888 e Proclamação da República em 1889.

crescimento desses núcleos ficou por mais de um século dependente entre a ligação marítima com a capital e, secundariamente com o planalto.

Na primeira metade do século XIX, após a independência do Brasil, o governo imperial dando continuidade a prioridade à segurança territorial e econômica, dá início a uma política de incentivo à imigração europeia. Era necessário continuar a ocupação do Sul, adentrando mais ao interior, garantindo a posse e a segurança das atividades econômicas que já haviam, especialmente entre litoral e o planalto.

Em 1828, para incrementar as levas de açorianos e madeirenses que já estavam aqui, vieram germânicos. O propósito do governo imperial era povoar a estrada que ligava Desterro a Lages, de modo a proteger as tropas contra os perigos representados' pelos índios xoklen²⁶.

Segundo Schurhaus (2007, p. 5, 6), eles ficaram na ociosidade durante meses, em Desterro, no campo do Manejo, junto aos quartéis e na praia da Armação da Lagoinha, pois dependiam da morosidade das decisões administrativas da província para demarcar as terras da colônia. Ao todo se somavam 635 pessoas.

Em 1829, os germânicos recém-chegados partiram para São José, onde se instalariam em 36 palhoças provisórias. O local, mais tarde ficaria conhecido por São Pedro de Alcântara. Os lotes recebidos eram pequenos, as terras de pouca fertilidade e o relevo acidentado. Além disso, muitas promessas feitas pelo governo imperial não foram cumpridas (ferramentas, recursos financeiros). Em 1880, com a construção da nova estrada para o planalto afetaria de sobremaneira a permanência dos imigrantes. Diante disso, os colonos desanimaram e partiram para as proximidades do rio Maruim e outras localidades, Praia Comprida, em Desterro, Biguaçu e Palhoça.

Na Praia Comprida, muitos germânicos se dedicaram ao comércio e às feiras semanais em Desterro (Brandt, 2018, p.8). Abriram várias casas comerciais, como a que pode ser vista na figura 3 da família Petry²⁷. Outros se dedicaram às demais atividades urbanas (ferraria, hospedaria, selaria, sapataria, marcenaria) e à agricultura.

Apesar de a presença germânica em Palhoça não ter sido tão pujante quanto em São José ou Florianópolis, há grandes exemplos de iniciativas de empreendimentos citadas no trabalho de Cruz que foram importantes para o desenvolvimento local:

²⁶Além disso, como já citado anteriormente era contratado bugreiros para exterminar os indígenas.

²⁷Além da família Petry, se destacam em iniciativas germânicas em São José, os Michels, os Schmit, os Bunn.

[...] a firma Luz & Luz, ocupando a antiga casa Costa & Cia, que possuía grande estocagem de fazenda, ferragens, armarinho, depósitos de sal, querosene, açúcar, arroz, etc, no atendimento dos compradores da região serrana [...] Nicolau José Rosa – secos e molhados, e sapataria, Frederico Rühl – casa de fazendas e armarinho, Nicolau Simão Sobrinho – secos e molhados, José Estefano Koerig – fazendas e armarinho, Jacó Schaidt – casa de hospedagem, secos e molhados e duas lanchas para transporte até a ilha, Gustavo Fenner – hospedagem, embarcação e ferraria, Martinho Ferreira da Silva – sapataria, Teodoro Hacmanig – ferraria de 1ª ordem,[...] (CRUZ, 2008, p.45)

Figura 3: Casa comercial da família Petry: início do século XX



Fonte: <https://www.saojose.sc.gov.br/index.php/turista/pontos-turisticos/p6> acesso em: 20/10/2019

O contato dos germânicos com os indígenas e açorianos possibilitou a absorção de práticas e costumes como, por exemplo, a dedicação ao cultivo da mandioca e do milho e à transformação daquela em farinha e a adoção em sua dieta alimentar. Por outro lado, os açorianos também absorveram em sua dieta a carne de porco da dieta germânica.

Diferentemente de grande parte dos açorianos²⁸, os germânicos, devido a sua experiência de ter vivido em uma Europa capitalista em processo de industrialização estavam familiarizados com o empreendedorismo, segundo colocou Simas (2016, p.76).

²⁸Quando os açorianos emigraram para o Brasil, Portugal era ainda feudal, a Alemanha já passava pelo desenvolvimento capitalista.

Não era comum entre os germânicos ter hábitos aristocratizantes e consumistas como os açorianos, como apontou Campos (1991, p. 37) apud Simas (2016, p. 64). Entre os germânicos havia o hábito de poupar e investir (Cruz, 2008) típico de um comportamento capitalista. Acrescenta-se a isso que em famílias numerosas, muitos filhos se dedicavam também a atividade comercial, impedindo a fragmentação acelerada da propriedade como acontecia entre os açorianos.

Houve uma ascensão dos pequenos capitais germânicos, a partir da produção primária ou industrial rudimentar, muitas vezes diversificando suas atividades. O agricultor em muitos casos tinha uma venda, onde vendia seus produtos, e outros advindo do comércio regional/local. Posteriormente, acabava deixando o campo e indo para a cidade, dedicando à atividade comercial ou industrial/construção civil.

Muitas famílias começaram a investir seus ganhos da agricultura no comércio varejista, principalmente a partir dos anos 1950, aproveitando-se da fase de ascendência do 4.º Kondratiev, no qual o país teve um crescimento médio na década de 7,1%, segundo o IBGE. Assim, nasceu muitas lojas de varejo como a rede de supermercados Imperatriz, as lojas Koerich, dentre outras.

Em muitos casos, como é o da família Koerich, os investimentos não ficaram restritos a atividade comercial, mas investiram em outros setores como o da construção civil. Aproveitando-se dos financiamentos habitacionais do antigo BNH criaram com a Cassol e Brasilpinho, o bairro Kobrasol nos anos 1970. Percebe-se que capitais oriundos da atividade comercial passa a ser investido na construção civil, contribuindo com a expansão urbana em São José.

Surfando na onda da expansão urbana dos anos 1970, diversas empresas foram constituídas a partir de capitais advindos da atividade comercial ou mesmo surgindo a partir de grandes construtoras, ou ainda já atuavam como prestadoras de serviços para essas construtoras. Dentre as inúmeras construtoras que surgiram com essa expansão urbana de São José e Palhoça que ainda se encontra em atuação no mercado, cabe destacar: AM Construções, RDO, Deschamps, Santana. Muitas destas são de propriedade de descendentes de alemães.

Os alemães se encontravam numa formação socioespacial capitalista quando vieram ao Brasil. Logo, trouxeram contribuições significativas à formação de um mercado interno e à diferenciação social, levando ao desenvolvimento econômico e social. Por outro lado, os açorianos vieram de uma formação socioespacial feudal, por isso entre eles não havia muita diferenciação social.

Em outras palavras, é perceptível essa diferenciação não somente dentro de São José e Palhoça²⁹, mas entre estes. Nesse momento, século XIX e início do XX, São José se desenvolve mais do que Palhoça. Por isso coloca Souza (2011, p.65):

Neste caso Palhoça permaneceu como um lugar rural, fornecedora de produtos agrícolas e manufaturas com pouco valor agregado (tijolos e telhas) agora não mais para os grandes comerciantes de Florianópolis e Rio de Janeiro, mas apenas abastecer o restrito mercado da capital.(SOUZA, 2011, p.65):

Ainda, como constata o mesmo autor, havia no município de Palhoça, comerciantes intermediários que fazia o intercambio entre as áreas mais interioranas, inclusive com o planalto de Lages e o litoral, diminuindo a lucratividade dos pequenos agricultores, inibindo a acumulação, e restringindo assim a diferenciação social desses.

Como reflexo desse desenvolvimento econômico diferenciado de São José em relação à Palhoça, o núcleo urbano josefense em princípios do século XX já contava com diversas edificações administrativas, comerciais, culturais, hotéis e escolas. A primeira usina de produção de energia elétrica foi implantada no interior de São José, no bairro Colônia Santana, em 1910, a usina Gustavo Richard, abastecendo grande parte do núcleo josefense, Palhoça e Florianópolis.

Além da Praia Comprida e Distrito Sede de São José, o núcleo urbano contava com o distrito do Estreito, que por estar próximo à ilha, desenvolveu-se muito. Até a inauguração da ponte Hercílio Luz todo fluxo de passageiros e mercadorias entre o continente e a ilha ocorria através do Estreito. Conseqüentemente outras atividades também se desenvolveram no estreito como matadouro, serrarias, armazéns tanto para abastecer a ilha como para a exportação como coloca Cruz (2008, p.90):

[..] o bairro Estreito se desenvolvia sob a forma de apêndice do centro da cidade, abrigando depósitos de exportação como uma espécie de doca para as manobras de carga e descarga, nos cais Rita Maria e Badaró, ou seja, as imediações da extensão portuária da Rua Conselheiro Mafra, principal eixo comercial no início do século XX. Estes depósitos se diferenciavam pela gama de manufaturas para exportação direta à Alemanha (Hamburgo, Havre e Triest), chegadas por terra do planalto serrano, litoral próximo e das antigas áreas de colonização alemã e

²⁹O núcleo urbano de Palhoça permaneceu por muito tempo pequeno e pouco diversificado, pois não houve acumulação o suficiente para levar a uma diferenciação social significativa, capaz de formar um mercado interno precoce.

nacional lindeiras a Florianópolis, principalmente couros, café, cêra de abelha, crina de cavalo, chifres, tapioca, mamona, cereais, peixe e camarão secos, etc. (CRUZ, 2008, p.90)

Em momentos de baixa nas exportações do principal produto, a farinha de mandioca, os germânicos investiam seus recursos na produção de outros gêneros ou até mesmo de agromanufaturas e artesanatos. Nas pequenas propriedades alemãs era comum produzir mais de um determinado gênero ou apresentar a produção de pequenas manufaturas como é o caso do açúcar, aguardente, o artesanato³⁰.

Com isso, os germânicos se diferenciaram economicamente de muitos açorianos e contribuíram para uma diversidade produtiva em São José. Essa diversidade se torna muito importante, funcionou como uma âncora ao declínio da pequena produção mercantil de base açoriana em fins do século XIX e início do XX. Segundo Souza (2011, p. 61), esta diferenciação emerge: “[...] no próprio modelo da pequena produção camponesa, ou seja, são agricultores que se tornam relativamente prósperos em relação aos demais camponeses.”

Ainda que em fins do século XIX, o comércio de Palhoça tenha tido um crescimento admirável, chegando a enfraquecer algumas casas comerciais de São José (Simas, 2016), porém não era suficiente para alcançar em quantidade e diversidade o comércio josefense.

Por outro lado, o porto de Desterro era de suma importância para o desenvolvimento do comércio local e para o desenvolvimento desses núcleos urbanos. Convergiam a ele o comércio de pequena cabotagem, oriundo dos portos da província, sobretudo de Laguna, e daí exportados. Logo:

[...] o porto da vila era movimentado, pois até o final do século XIX era o principal escoadouro dos produtos, tanto os vindos da parte sul e central do município como os vindos do planalto, principalmente o charque. Além disso, também era o ponto de desembarque de mercadorias diversas, procedentes da capital e de outras partes. [...] em seu território ficavam os abatedouros que abasteciam de carne fresca a cidade de Florianópolis, e que produziam charque e os subprodutos do couro. (FARIAS, 1999, p.125-126)

³⁰A diversificação produtiva permitia acumular capital e a investir em outras atividades, como o comércio, por exemplo. Muitas famílias de alemães eram agricultores e comerciantes em simultâneo, isso permitia eliminar os atravessadores e aumentar a margem de lucro.

Também havia a partir de Desterro o comércio de grande cabotagem, principalmente do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e outras províncias e o de longo curso, mas este fluxo era ínfimo.

Segundo dados citados por Hubener (1979), o porto de Desterro no exercício de 1837-1838 chegou a uma receita de 85,62% dos portos da província e no exercício seguinte (1839-1840) a 92,47%. As atividades portuárias em Desterro eram responsáveis por empregar 16% da força de trabalho.

Na segunda metade do século XIX, na fase expansiva do 2.º Kondratiev, chamada de fase A, que começou em 1848, houve uma expansão do comércio mundial que beneficiou o litoral catarinense. Nesse momento, houve uma grande expansão do comércio de pequena e grande cabotagem e também de longo curso. Porém, dados de Hubener (1979, p. 53-54) apontavam que esse crescimento esteve concentrado no porto de Desterro. No exercício de 1872-1873, Desterro alcançou 67,7% de todas as entradas dos portos catarinenses (pequena e grande cabotagem) e saídas de 70,15%. Desse modo, é visível a polarização exercida pela capital desde o período imperial.

Na década de 1860, a demanda por gêneros alimentícios pelo esforço de guerra contra o Paraguai³¹ impulsionou o crescimento comercial da província de Santa Catarina, aumentando a quantidade de mercadorias que passava pelo porto de Desterro, beneficiando a economia josefense e palhocense que exportava através desse porto.

As exportações de Desterro no período 1866-1868 cresceram 65%, segundo a autora supracitada, sendo seu principal produto de exportação a farinha de mandioca. Chegou a ser a maior exportadora desse gênero para a capital do Império no exercício fiscal de 1880-1881.

Em Desterro, o comércio import-export possibilitava seu desenvolvimento urbano e dos vilarejos mais próximos: São José, Palhoça, Biguaçu. O aumento mais intenso dos fluxos comerciais do Porto de Desterro foi no período de 1830 a 1880, acompanhando na maior parte desse período o crescimento do comércio da colônia e do comércio mundial. Nesse momento, muitos descendentes de alemães constituíram negócios no ramo comercial, na capital. Dentre eles se destacam a família Hoepecke, Moritz e Busch, que além da atividade comercial investiram em outras atividades como a industrial. Esses capitais de origem alemã eram importantes na estrutura da pequena produção mercantil

³¹A guerra do Paraguai veio contribuir para o incremento do comércio litorâneo, porém, é necessário destacar que nesse momento o comércio mundial estava se expandindo, era a fase A do 2.º Kondratiev, as exportações do comércio litorâneo cresceriam independente desse conflito.

de São José e Palhoça, atuando como intermediários aos grandes capitais do Rio de Janeiro ao comércio local.

Por outro lado, Hubener (1979) mostra em seu trabalho que a exportação do principal produto do Porto de Desterro (também dos núcleos de São José e Palhoça), a farinha de mandioca oscilava muito, sempre dependente das demandas de outras províncias, que variava de acordo com as condições naturais (secas, por exemplo) ou de produção.

Segundo a autora supracitada, o comércio de exportação do Porto de Desterro oscilou bem mais do que as importações, que se mantiveram constantes de 1830 a 1880³². Apesar de alguns momentos de picos de exportação da farinha no período citado, os de baixa exportação foram maiores.

A farinha de mandioca, que durante o século XIX foi de longe o principal produto de exportação do Porto de Desterro, começa a perder importância na segunda metade desse. Mesmo assim, muitos núcleos litorâneos, como Palhoça, permanece por muito tempo como produtores de importância de manufaturas rudimentares (farinha de mandioca e açúcar). Segundo dados do censo de 1950, citados no trabalho de Souza (2011, p. 31), o município de Palhoça liderava a produção dessas manufaturas na região, cerca 50% de farinha de mandioca e 37% de açúcar.

Na segunda metade do século XIX, outros produtos como o mate, milho em grãos, charuto, açúcar mascavo e semimanufaturados das colônias alemãs e italianas começam a ganhar destaque. De cerca de 80% de exportações em farinha de mandioca em meados do século XIX passou para cerca de 23% no final deste, de acordo com dados de Hubener (1979).

A perda de importância da exportação da farinha de mandioca, principal produto da pequena produção mercantil de base açoriana reside em múltiplas determinações (Marx).

A primeira está relacionada com parte da destinação da farinha. Uma parte dela era destinada a alimentar os escravos, e com a abolição da escravatura, em 1888, não havia mais essa destinação. Outra parte da produção que era “tomada” pelo governo imperial, no sistema de embargo, para alimentar os regimentos, mas os colonos tinham dificuldades de receber da Coroa sentindo-se desestimulados a produzir.

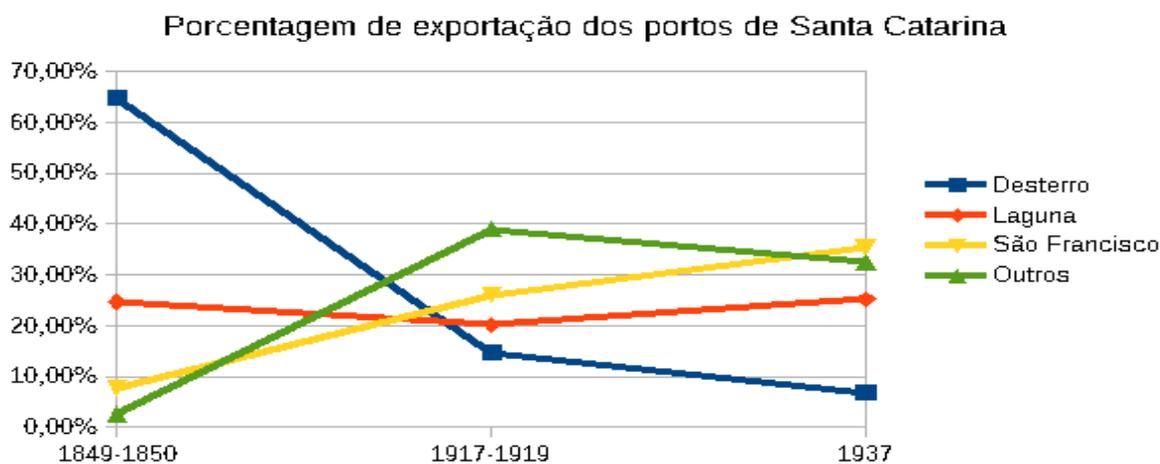
³²A maior parte dos produtos industrializados que abasteciam as classes abastadas de São José chegava da Europa através do porto do Rio de Janeiro e de Desterro. A constância nas importações no século XIX se explica devido ao fato que ainda não havia uma produção interna de manufaturas capaz de abastecer o litoral.

A partir do final do século XIX, a pequena produção mercantil litorânea de base açoriana, passou a concorrer diretamente com as colônias de italianos e alemães dos vales litorâneos³³. Os colonos italianos e alemães trouxeram da Europa, técnicas mais modernas que os açorianos, fazendo com que sua produção fosse de melhor qualidade e com preço menor. Isso explica em parte porque a exportação pelo porto de Desterro caiu tanto, enquanto portos próximos a essas colônias prosperaram.

Cabe ressaltar que esse momento de prosperidade para as colônias europeias dos vales atlânticos está inserido numa conjuntura favorável da economia mundial: período de expansão capitalista, fase ascendente do 3.º ciclo longo de Kondratiev, e internamente vivia-se um contexto de aumento nas exportações e importações.

A exportação de gêneros alimentícios, sobretudo a farinha de mandioca começa a declinar como pode ser mostrado na diminuição da exportação feita pelo porto de Desterro e o aumento considerável da participação do porto de São Francisco e Itajaí (colocado dentro de outros) no gráfico, abaixo:

Gráfico 1 – Exportação pelos portos de Santa Catarina



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados Hubener (1979)

A perda de importância do porto de Desterro também se explica por problemas técnicos ligados a pequena profundidade das baías Norte e Sul³⁴ que impossibilitava a

³³Essa ascensão das colônias alemãs e italianas ocorre em um momento de depressão da economia mundial, fase B do 2.º Kondratiev, que “obrigou” um ciclo de substituição de importações. É desse período, a fundação de empresas de renome nacional e internacional: Hering(1880), Karsten (1882), Dohler (1881), Renaux (1892), Buettner(1898), dentre outras.

³⁴Mamigonian (2003, p.31) ao abordar o papel de Cholley na Geografia destaca que os fatos geográficos são resultantes de “combinações de influências variadas, físicas, biológicas, humanas, mentais, etc., cujas interações são tão complexas que, às vezes tocarem num elemento da combinação consiste em modificar o

entrada de embarcações de grande calado, restringindo o comércio. Enquanto outros portos da província dado sua maior profundidade da entrada no porto possibilitava embarcações maiores.³⁵

Segundo a autora supracitada, o comércio da província de Santa Catarina fora, durante o século XIX, muito afetado pelos impostos incidentes sobre a exportação. Os impostos aduaneiros eram uma importante fonte de renda para o governo da província, mas dilapidavam os ganhos dos comerciantes e dos pequenos produtores.

Além disso, o papel concentrador e aristocratizante dos capitais comerciais de Desterro e do Rio de Janeiro permitia apenas uma pequena fração dos excedentes nas mãos dos pequenos produtores e impedia a entrada de novos, como aponta Bastos (2000, p. 131) apud Conceição (2014, p. 91):

[...] papel concentrador e aristocratizante desempenhado pelos capitais comerciais do Desterro e do Rio de Janeiro. Estes capitais não só permitiram que parte muito pequena do excedente ficasse nas mãos dos pequenos produtores diretos, como trataram de orquestrar uma série de barreiras ao surgimento de novos empreendimentos. A principal delas foi a de promover o retrocesso da região de influência direta através da importação de produtos similares ao produzido pelo artesanato açoriano. (BASTOS, 2000, p.131 apud CONCEIÇÃO, 2014, p. 91)

Consequentemente, muitos produtores não tinham capital suficiente para investir no aumento e melhoramentos da produção. Não havia nenhuma instituição financeira³⁶ que investisse na produção e na comercialização.

As práticas de cultivo dos gêneros alimentícios, principalmente da mandioca eram rudimentares e o fato de adotarem a coivara para limpeza e preparação do solo, levava a diminuição da fertilidade e com o passar do tempo, recaía sobre os ganhos já diminutos dos produtores.

todo”. Diante disso, as restrições de ordem natural no porto de Desterro se torna importante para compreendermos sua decadência e ascensão de outros portos no estado no fim do século XIX e na primeira metade do XX como, por exemplo, São Francisco.

³⁵Com a descoberta do petróleo em meados do século XIX, a tecnologia de navegação avançou, criando o motor a combustão movido a derivado de petróleo. Concomitantemente a técnica de construção naval evolui, produzindo embarcações cada vez maiores. Porém, o porto bem como as áreas das baías norte e sul eram relativamente rasas, não permitindo a navegação dessas.

³⁶cf. Biléssimo (2010, p.84-85): “como não existem instituições de fomento e de oferta de crédito, ao menos não de grande vulto, dependem de uma rede de relações sociais que passa pelo acesso a uma elite que detém esses recursos”.

Outra situação negativa para os pequenos produtores destacada por Campos (1991, p. 34-36) apud Conceição (2014, p. 51) fora a concorrência oligopolista entre Santa Catarina e as outras províncias promovidas pelo Rio de Janeiro que refletia sobre os lucros³⁷:

[...] concorrência oligopolista entre Santa Catarina e as demais Províncias produtoras, promovida pelo Rio de Janeiro, principalmente, formando-se uma cadeia de ação-reação: a cada pressão externa (do comerciante carioca sobre o comerciante local) havia uma resposta interna (do comerciante local sobre o pequeno produtor), ou seja, o pequeno produtor tinha certo abatimento nos lucros de sua produção/acumulação em momentos de prosperidade comercial, enquanto em momentos de baixas transações tinha-lhe imputado o ônus das mesmas, pelo comerciante. (CAMPOS, 1991, p. 34-36 apud CONCEIÇÃO, 2014, p.51)

A estrutura fundiária das pequenas glebas também contribuiu para a decadência da pequena produção mercantil açoriana, pois, quando da repartição entre os herdeiros, cada descendente ficava com uma parte ínfima levando a inviabilização da produção agrícola. Essa situação levava a sua transformação em assalariados rurais ou a migração para os núcleos urbanos.

Enfim, a transição da pequena produção mercantil para o modo de produção tipicamente capitalista ocorre mais precocemente no município de São José que em Palhoça. Graças, principalmente a diversificação produtiva maior em São José, o processo de acumulação ocorreu com mais intensidade que em Palhoça.

Nesta seção procurou-se demonstrar que no século XIX, uma conjuntura favorável de crescimento do comércio internacional, as demandas de exportação do porto de Desterro e a abertura de vias ligando o litoral ao planalto fizeram com que a pequena produção mercantil ganhasse relevância. O fato de São José e Palhoça estarem situados próximo de Desterro e terem atracadouros marítimos e fluviais possibilitava que os fluxos comerciais entre esses núcleos com o planalto e com a capital passassem obrigatoriamente pelos seus territórios, estimulando o crescimento desses municípios. Com a chegada dos germânicos em São José, houve uma diversificação na produção mercantil com reflexos diretos e indiretos no espaço urbano. Ademais, também foi demonstrado que o comércio de import-export que se formou em Desterro foi importante

³⁷Portanto, muitos pequenos produtores que se dedicavam somente ao cultivo e a produção da farinha de mandioca acabavam sendo expropriados e desaparecendo enquanto produtores.

no crescimento urbano desses núcleos vizinhos a capital. No entanto, fatores inerentes ou não à formação socioespacial açoriana levaram a decadência da pequena produção mercantil, dentre os quais, a concorrência com as colônias italianas e alemãs dos vales atlântico e com outras províncias, impostos aduaneiros elevados que diminuía o rendimento dos pequenos comerciantes e produtores, técnicas rudimentares de produção e manejo do solo e estrutura fundiária açoriana inviabilizava a produção quando da repartição entre os descendentes. Apesar disso, muitos desses capitais, inicialmente ligados a agropecuária ou a agromanufatura, passaram a ser investidos na atividade comercial, industrial e de construção civil, contribuindo para a expansão urbana, como será demonstrado nas próximas seções.

2.3 – O processo de industrialização

Os primórdios da industrialização josefense e palhocense estão ligados a diversificação produtiva no bojo da pequena produção mercantil de base açoriana.

Muitos pequenos produtores em momentos de aumento nas exportações de gêneros alimentícios acumulavam capital que eram investidos em atividades diversas, principalmente em engenhos de farinha, açúcar e melado, alambiques de cachaça e até no comércio³⁸. Muitas famílias tinham sua pequena produção e sua casa comercial na cidade. Por isso, mesmo com a decadência da pequena produção mercantil açoriana no século XX, o núcleo urbano josefense não entrou em declínio.

Aqueles que conseguiam acumular capital e investir na diversificação produtiva acabavam se tornando capitalistas comerciais ou industriais, enquanto a maioria continuaria como pequenos produtores, fornecendo matéria-prima para os novos capitalistas ou se tornariam trabalhadores rurais, ou urbanos, como coloca Souza, 2011, p. 61:

Esta diferenciação faz com que um pequeno grupo de agricultores se torne paulatinamente em capitalistas comerciais ou industriais, enquanto a maioria viraria trabalhadores destes ou continuariam como pequenos produtores rurais, geralmente produzindo insumos agrícolas para estes novos capitalistas. (SOUZA, 2011, p.61)

³⁸ Segundo Filho (2002) a diversificação da pequena produção mercantil possibilitou o processo de acumulação inicial, mesmo que no litoral de Santa Catarina tenha sido um processo mais lento que em muitos lugares do Brasil.

A produção manufatureira de São José e Palhoça, nos séculos XVIII e XIX, em sua maioria era feita no meio rural, haja vista que os núcleos urbanos desses municípios eram pequenos e a maior parte de suas populações moravam nas pequenas glebas. A principal manufatura que se destacou por quase dois séculos foi a farinha de mandioca que atendia principalmente o mercado de Desterro ou era exportada para outras províncias e mercados platino através do porto de Desterro.

Outra manufatura produzida em São José eram as cerâmicas³⁹. Havia desde a chegada dos açorianos no século XVIII, diversas olarias no bairro Ponta de Baixo, que retirava sua matéria-prima principal, a argila, do bairro Roçado, também em São José. Adicionava ao barro azul, retirado dos mangues de Palhoça, nas imediações da Igreja Nossa Senhora do Parto e ao local que hoje é o estádio do Guarani, e com isso produziam utilitários para casa. Essas explorações, perduraram até os anos 1960, quando a especulação imobiliária⁴⁰ expulsou a retirada dessas matérias-primas para os bairros de Bela Vista (São José) e São Sebastião (Palhoça). A produção josefense saía em barcos dos trapiches em São José para atender a demanda na ilha e outras partes de São José⁴¹. A Ponta de Baixo chegou a ter 19 olarias, hoje só conta com 3.

No Distrito de João Pessoa (atual Estreito) devido a sua proximidade com o Centro da capital da província se implantaram abatedouros do gado que vinha do planalto, fábricas de charque e serrarias, para atender o mercado de consumo. Ainda se fabricava subprodutos de couro do gado abatido.

Em Palhoça, se desenvolveu a produção de telhas e tijolos, açúcar mascavo e de farinha de mandioca⁴². Esses produtos saíam dos trapiches da Palhoça com destino ao mercado público da ilha. De volta, essas embarcações traziam produtos importados de outras províncias ou do exterior, através do comércio import-export de Florianópolis.

A produção manufatureira de São José e Palhoça permaneceu por quase dois séculos em uma base rudimentar, pois, a maioria não dispunha de capital suficiente para realizar investimentos industriais, haja vista, o que já foi dito antes que por muito tempo

³⁹As cerâmicas utilitárias produzidas em São José, assim como a cerâmica vermelha (tijolos e telhas), produzida, principalmente, em Palhoça foram afetadas pela expansão urbana, pois, as áreas de exploração de matérias-primas passaram a atender os interesses do Capital imobiliário.

⁴⁰ Segundo Rangel (2005, p.91), a terra é convertida em mercadoria, ou seja, em preço, e eventualmente em reserva de valor. Logo a terra passa a ser um ativo financeiro, o que Rangel chama de quarta renda da terra.

⁴¹As cerâmicas eram transportadas pelos pescadores, que acumulavam as duas profissões e ganhava uma porcentagem do que era vendido.

⁴²Conforme dados do IBGE referentes ao censo de 1950 citados por Souza (2011, p.31), o município de Palhoça chegou a ser o líder na produção de farinha de mandioca (com mais da metade, 50,3%) e açúcar (36,5%) da região fisiográfica de Florianópolis.

havia uma grande pressão dos capitais comerciais do Rio de Janeiro e de Desterro sobre os lucros dos comerciantes e produtores locais. Não havia instituições financeiras para financiar nem o capital comercial, nem iniciativas industriais.

Apesar de São José e Palhoça terem entrado em período de estagnação econômica das décadas de 1930-1950, havia segundo Cruz (2008) um expressivo número de indústrias. Dados citados pela autora referente a 1941 dava conta de haver 35 indústrias de calçados em Palhoça e 85 de bebidas e latas de conservas em São José.

Na década de 1950, no bojo do ciclo expansivo da economia capitalista e de políticas econômicas de cunho desenvolvimentistas, sobretudo nos governos de Vargas e Kubitschek, a capital do Estado passou por uma acelerada urbanização, tanto na área central da ilha quanto no continente. Nesse momento, as atividades urbanas em Florianópolis representavam segundo o IBGE 83% contra 17% das atividades primárias. Isso demandou mais produtos primários e manufaturas simples produzidas em São José e Palhoça. Nesses dois municípios as atividades primárias e secundárias simples continuava sendo importantes, representando juntas, 76,5% e 79%, respectivamente.

De acordo com o censo de 1960 do IBGE, a maioria da População Economicamente Ativa (PEA) em São José e Palhoça continuava trabalhando em atividades primárias, sendo respectivamente, 53% (4331) e 72% (5242). Enquanto as atividades industriais eram de 11% (882) e 8,5% (618), as terciárias, 36% (2854) e 19,5% (1414), respectivamente. Esses dois municípios ainda tinham sua base econômica predominantemente rural, contrariamente da capital que já tinha 67% de sua PEA em atividades terciárias e apenas 15% nas primárias e 18% nas secundárias.

Nesse sentido, Souza (2011) tem razão em considerar que Palhoça nesse momento estivesse situada numa divisão social do trabalho, como fornecedora de bens primários e manufaturas rudimentares ao comércio da capital. Semelhantemente, São José em menor proporção estava inserido nessa lógica econômica.

Segundo Campos (1991, p. 37) apud Conceição (2014, p. 64), essa primariedade da economia de São José e Palhoça se explica em parte, porque os açorianos adquiriram hábitos aristocráticos e consumistas de outras classes, avessos a iniciativas industriais.

Apesar disso, Souza (2011, p. 31) ao citar dados relativos ao censo econômico de 1960, afirma que em Palhoça se destacava pela produção de águas minerais⁴³, caixas de

⁴³O município de Palhoça foi pioneiro na exploração de água mineral para envasamento, na região sul do país. Em 1927, é fundada a primeira empresa de envasamento de água mineral, a Santa Catarina, na

madeiras, compensados e pela abundância de mandioca e cana-de-açúcar que eram transformados na indústria artesanal. Cerca de 20 toneladas de farinha de mandioca para cerca de 7 toneladas em Biguaçu, o segundo colocado. Em Cana-de-açúcar era de 17 para 15, respectivamente. Mas com as emancipações de Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, Anitápolis em 1957, as produções desses dois produtos principais reduziram-se drasticamente.

Outra atividade citada anteriormente que Palhoça foi grande destaque dos anos de 1970 até os anos 1990 foi a cerâmica vermelha⁴⁴. Nesse momento, a indústria palhocense atendia às necessidades de expansão urbana da capital e São José. A abundância de matéria-prima que dispunha o município de Palhoça e a farta mão de obra migrante, que já era presente neste propiciou o desenvolvimento dessa indústria. Outro fator importante no desenvolvimento dessa indústria em Palhoça foi a concessão de redução e parcelamentos de taxas de licenças para a produção, comércio e prestação de serviços e isenção de tributos municipais relativos ao setor cerâmico⁴⁵.

Esse segmento entrou em declínio nos anos 1990, perdendo espaço para as cerâmicas do Vale de Tijucas, principalmente. Nesse momento, o Brasil passava por políticas econômico-fiscais e creditícias restritivas, impactando os investimentos no setor. Adicionalmente, a expansão urbana de São José e Palhoça vai acarretando uma diminuição de áreas de exploração de matérias-primas, como ocorreu com o bairro de Roçado, em São José.

Nas décadas anteriores, anos 1960 e 1970, uma série de medidas político-institucionais e econômicas implantadas pelos governos estadual e federal, num contexto de estabilização macroeconômica e de expansão do crédito internacional favorável trouxeram efeitos positivos no crescimento econômico brasileiro.

Nesse momento, o país teve crescimento do PIB em média de 11,1% ao ano. Foram realizados pesados investimentos estatais em siderurgia, petroquímica, transporte, construção naval, energia elétrica, mineração, agricultura, saúde, educação, saneamento básico e pesquisa científica. Esses investimentos contribuíram direta e indiretamente para o crescimento urbano de Florianópolis e municípios adjacentes, conforme coloca Bastos (1996) apud Campos (2009, p.92).

Guarda do Cubatão, em Palhoça. Atualmente, é o município que mais explora esse recurso da área conurbada de Florianópolis, de acordo com o trabalho de Fraga (2013).

⁴⁴Esse segmento produz tijolos furados e maciços, tabelas ou lajes, blocos de vedação e estruturais, telhas, manilhas e pisos rústicos. Especificamente em Palhoça esse segmento produzia tijolos e telhas.

⁴⁵Leis municipais: n.º 1084/1970; n.º 34/1973; n.º 899/1973; n.º 131/1975.

Grandes investimentos públicos realizados nesse período na região metropolitana, principalmente em Florianópolis, contribuíram significativamente para o crescimento da indústria da construção civil. Um desses empreendimentos fora a construção das pontes Colombo Sales⁴⁶ e Pedro Ivo Campos⁴⁷, que fez uma ampliação dos fluxos diários continente ilha e vice-versa. Isso possibilitou a expansão urbana de áreas dos municípios vizinhos, pois, se tornou factível para uma proporção crescente de trabalhadores, residir na periferia e trabalhar em Florianópolis.

Esses investimentos, principalmente na construção civil e na estrutura administrativa de serviços públicos geraram muitos empregos diretos e indiretos tanto a montante (segmento cerâmico de Palhoça), na construção civil e a jusante (administração pública, por exemplo).

Aproveitando esse momento positivo, principalmente para a indústria da construção civil, muitos capitais acumulados em outras atividades passaram a investir na construção, dando ensejo ao surgimento de muitas construtoras. Muitas surgiram de capitais acumulados na atividade comercial, como, por exemplo, Newton Ramos, sócio da Ceisa construtora, que era de uma família de comerciantes como apontou Campos (2009). Outras, eram prestadores de serviços para construtoras e resolveram “surfear” nesse crescimento.

Outro fator importante para o crescimento do setor da construção civil foi a criação do BNH, do SFH, em 1964 e o FGTS, em 1966⁴⁸. Esses instrumentos combinados a criação da Companhia de Habitação de Santa Catarina - Cohab/SC (1965), Banco do Estado de Santa Catarina de Crédito Imobiliário - Bescr (1979) e crédito associativo foram fundamentais para o crescimento do setor da construção civil na área conurbada de Florianópolis. Muitos conjuntos habitacionais de São José e Palhoça surgiram nesse período, dentre os quais, Bela Vista I, II, III e Procasa, em São José e Ivo Silveira, em Palhoça.

1. ⁴⁶Construída durante o governo de Colombo Sales (1971-1975), foi inaugurada em 8 de março de 1975 com 1.227 metros de extensão. Sua capacidade inicial era de 60 mil veículos/dia, atualmente (2020) passa por ela e pela Pedro Ivo Campos cerca de 180 mil veículos/dia. (informações disponíveis: <https://floripacentro.com.br/ponte-colombo-salles-completa-45-anos-o-dia-em-que-a-ilha-entrou-para-a-modernidade-viaria/>; acesso em 02 já. 2021).

⁴⁷Esta ponte começou a ser construída em 1982 no governo de Jorge Borhausen (1979-1982) e atravessou o mandato de cinco governadores, tendo sido inaugurada ainda inacabada em 8 de março de 1991. (informações disponíveis: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/miguel-orofino-suspeito-de-desviar-27-milhoes-de-dolares-de-obra-em-ponte-em-florianopolis>; acesso em 02 jan. 2021)

⁴⁸De acordo com dados citado por Miranda (2007), de 1967 até 1997 foram construídos 7.833 unidades habitacionais financiadas, em São José e Palhoça, sendo que a maioria dessas, nas décadas de 1960 e 1970.

Segundo dados citados no trabalho de Rocha (2016) as unidades habitacionais produzidas com recursos provindos da COHAB/SC no período de 1964 a 2000 se concentraram na parte continental da região conurbada de Florianópolis (73%), sendo que em São José e Palhoça esses empreendimentos representaram 70,5% do total. Como esses empreendimentos estavam voltados a atender a uma clientela de renda de 1 a 5 salários-mínimos era necessário procurar terrenos mais baratos na porção continental. Desse modo se torna evidente a contribuição desse instrumento estatal para a expansão urbana dos referidos municípios.

Consequentemente, os dados dos censos de 1970 e 1980 do IBGE vão evidenciar mudanças em relação à participação de setores tipicamente urbanos, como é o setor secundário e terciário, na PEA de São José e Palhoça. No censo de 1970, em São José, as atividades secundárias e terciárias respondiam por 27% e 59,5%, respectivamente, enquanto em Palhoça esses indicadores eram de 35,5% e 39,5%.

A proximidade de São José em relação à capital induz a uma maior urbanização no decorrer dos anos 1960 e 1970 que em Palhoça. Muitos investimentos realizados na capital, beneficiaram direta ou indiretamente o município josefense. Logo, pelos dados elencados do censo de 1970 é nítida a diferença do peso do setor agropecuário tem na economia desses dois municípios: 13,5% contra 25% de Palhoça.

Posteriormente, o censo de 1980 mostrará um aprofundamento da urbanização com ampliação da participação de atividades secundárias e terciárias em detrimento de primárias. Em São José, a participação da PEA em atividades terciárias ampliou para 69% enquanto nas secundárias permaneceu em 27%. Já em Palhoça, houve uma ampliação da participação do setor secundário (37,6%) e também do terciário (55,4%).

A construção da BR 101 atraiu a instalação do Distrito Industrial de São José⁴⁹ nos anos 1970 às suas margens, no bairro Fazenda Santo Antônio em São José, dando um alento a economia josefense. Isso provocou uma reorganização espacial nas proximidades levando à expansão do comércio atacadista e varejista e das habitações, ou seja, expansão urbana. Nessa direção Nunes (2008, p. 25) afirma:

⁴⁹Segundo Silva (2006, p. 72,73), o Plano de Desenvolvimento Integrado da Grande Florianópolis (PDI), elaborado entre 1969 e 1971 já previa a instalação do Distrito Industrial de São José, enquanto Florianópolis ficaria destinado a abrigar as atividades turísticas. Nesse sentido, em 1974, a lei Ordinária n.º 928/1974 de 16/07/1974 de São José, definiria onde estaria situado o distrito industrial e, mais tarde, em 1976, Plano Diretor de Florianópolis de 1976, lei n.º 1440/1976, proibiria que atividades poluidoras se instalassem na capital.

[...] a infraestrutura de transportes, principalmente o rodoviário, no caso brasileiro, exerce grande influência no desenvolvimento do país, sobretudo por sua participação na alocação dos recursos produtivos, na atração e disposição da atividade industrial, na organização do arranjo espacial, na integração entre os povos e no crescimento econômico. (NUNES, 2008, p.25)

Além do sistema viário, outros incentivos/benefícios explica a instalação do Distrito Industrial de São José: incentivos fiscais (isenção dos impostos - IPTU⁵⁰ e ISS⁵¹, por 5 anos), falta de controle de poluição, proximidade com a capital e terrenos serem mais baratos⁵².

O Distrito Industrial de São José não apresenta nenhum polo industrial predominante, pois, em sua instalação houve iniciativa da prefeitura em atrair segmentos diversificados. Dentre os principais segmentos que se destacam são artefatos para construção civil, produtos alimentícios, móveis, eletrônicos e de telecomunicações. Além de estabelecimentos industriais, instalaram também empreendimentos comerciais e de serviços.

A instalação do Distrito Industrial trouxe para São José uma intensificação e uma diversificação das atividades industriais⁵³ que já ocorria desde a década anterior com a implantação da fábrica de rendas e bordados Hoepcke, Madeireira Cassol, Intelbras dentre outras. Com isso, trouxe crescimento e desenvolvimento do espaço urbano josefense, mas também poluição e desmatamento às margens do rio Maruim e, indiretamente o aumento da quantidade de esgoto doméstico lançado no rio. De acordo com o trabalho recente de Souza e Moecke (2016) sobre o rio Maruim, os trechos mais poluídos são aqueles nas proximidades do Distrito Industrial.

A finalização da BR 101 no trecho sul de Santa Catarina trouxe vantagem de fácil escoamento da produção e acesso aos insumos, impelindo a expansão de diversas

⁵⁰De acordo com a Constituição de 1988, artigo 156, inciso IV, parágrafo 1º, IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano: § 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: I – ser progressivo em razão do valor do imóvel; e II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

⁵¹A Constituição de 1988 no artigo 156, inciso III, parágrafo 3º diz que o ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza será disciplinado em lei complementar e esta deve: I – fixar as suas alíquotas máximas e mínimas; II – excluir da sua incidência nas exportações de serviços para o exterior; III – regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

⁵²Acrescenta-se a esses fatores elencados, a proibição de atividades industriais na área urbanizada de Florianópolis dada pela lei n.º 1440/1976 (Plano Diretor de Florianópolis) no art.8, inciso III, alínea d, e: d) qualquer tipo de atividade industrial permanente no setor Oceânico-Turístico, excetuadas as atividades de artesanato que caracterizam a região e que poderão contribuir para o desenvolvimento do Turismo; e) qualquer tipo de atividade industrial ou comercial nas áreas de uso institucional, principalmente no Centro Metropolitano. Devido a isso, muitas indústrias se transferiram para a área continental, principalmente para o município de São José.

⁵³Segundo Sugai (2002, 94, 95), entre 1970 e 1975 São José e Palhoça teve um incremento em 21,2% nas atividades industriais.

atividades às suas margens⁵⁴. Com isso, lançando essas áreas à especulação imobiliária, inclusive no distrito industrial de São José como afirmou Isoppo et al. (2005, p. 4).

A crise econômica dos anos 1980, que iniciara no final da década anterior, trouxe reflexos negativos sobre a economia local. Um dos exemplos significativos da influência desse contexto negativo (inflação elevada, arrocho salarial, aumento da inadimplência, redução do financiamento, elevado endividamento e moratória dentre outros) foi na indústria da construção civil, como apontou Bertelli (1995, p. 29): “Os períodos recessivos, principalmente com a compressão salarial, taxas de juros elevadas e inflação alta, repercutem negativamente sobre as empresas de edificações, trazendo à tona a vulnerabilidade no desempenho do setor.”

Ainda de acordo com a autora supracitada das 12 construtoras atuantes em São José, em 1980, somente 4 continuaram atuando em 1992, 8 foram eliminadas pelo quadro econômico adverso. Enquanto, na capital, os efeitos adversos foram mais intensos, tendo sobrado somente 30 construtoras em 1992 das 157 que existiam em 1980. Além disso, algumas das construtoras que conseguiram resistir o momento crítico, migraram de Florianópolis para o promissor mercado josefense devido às exigências legais no tocante ao uso e parcelamento do solo urbano.

No município de Palhoça, nessa época, não havia um mercado capitalista consolidado no setor da construção civil. A participação das construtoras de Palhoça em 1980 era de 3, o que representava apenas 1,7% da área conurbada. Mesmo após doze anos, em 1992, o percentual era ínfimo, apenas 8, representando apenas 2,6%. Apesar de a crise dos anos 1980⁵⁵ ter afetado muitas empresas principalmente na indústria da construção civil, com a falência de construtoras ou redução de algumas, muitas empresas de pequeno porte iniciaram suas atividades construindo edifícios menores em áreas periféricas e em Campinas e no Kobrasol, em São José.

⁵⁴Com a duplicação do trecho sul em Santa Catarina (e a construção de marginais) nos anos 2000, as atividades industriais, comerciais e de serviços nas suas laterais se multiplicaram, pois, as marginais trouxeram acesso fácil a essas laterais.

⁵⁵Com a situação macroeconômica adversa dos anos 1980: inflação elevada, arrocho salarial, redução do crédito dentre outros, levou a diminuição de unidades financiadas (562.400 unidades habitacionais (UH) em 1980 para 214.000 em 1984) e aumento da inadimplência 26,1% em 1980 para 54,60% em 1984 dos contratos de financiamento. Isso impactou aqui, na região conurbada de Florianópolis com a redução da construção de conjuntos habitacionais, principalmente a partir de 1983, conforme dados elencados por Miranda (2007): neste ano foram 1728 e em 1985, apenas 186, uma redução abrupta de 89,2%. A maior parte dos anos da década de 1980 ficou abaixo de 900 conjuntos construídos. No entanto, apesar dessa situação, dados elencados por Campos (2009) apud Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de São José (PMHIS/SJ), consta que houve um crescimento de unidades financiadas pelo Bescr, sendo que nos anos 1970, 370 ampliando nos anos 1980 para 1626, injetando grandes somas de recursos financeiros na construção civil.

Nesse momento, segundo Campos (2009) houve uma transformação da Indústria da construção civil tanto na sua estrutura quanto na área de atuação de muitas delas. Surgiram inúmeros loteamentos em Florianópolis, São José e Palhoça. Houve, dessa forma, uma expansão horizontal nesses três municípios, combinado com verticalização e densificação na porção mais central de Florianópolis.

A partir de 1989, Palhoça ganhou um novo dinamismo com a criação do Distrito industrial às margens da BR 101. Inicialmente, se instalaram empresas de pequeno porte dos ramos de cerâmica, olaria, serrarias, confecções, artefatos de cimentos, calçados, produtos odontológicos, móveis e esquadrias de alumínio. Essas receberam incentivos fiscais e terrenos.

Posteriormente, nos anos 1990, a duplicação da BR 101 no trecho norte de Santa Catarina, com a construção das marginais contribuíram de sobremaneira para a intensificação econômica em suas margens, tanto no município de São José quanto de Palhoça. Diversas atividades industriais, comerciais e de serviços surgiram às suas margens. Isso atraiu urbanização para as proximidades, e empurrou a mancha urbana em áreas cada vez mais afastadas a oeste da BR 101. Muitos loteamentos privados ou financiados surgiram nesta década, instigando os investimentos na construção civil.

Todo esse processo gerou uma expansão no emprego e na renda dos municípios da região metropolitana de Florianópolis. Ademais, viabilizou o fácil deslocamento de turistas, que viriam de diversas partes do Brasil e do exterior para as praias catarinenses.

Ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990, a economia de São José e Palhoça foi se consolidando nos setores da indústria, comércio e serviços. Vivia-se um período de crescimento com impactos significativos sobre as atividades econômicas secundárias e terciárias e, conseqüentemente, sobre a urbanização.

Assim sendo, nesta seção procurou tecer algumas considerações sobre o processo de industrialização nos municípios de São José e Palhoça desde sua gênese ao final do século XX. Ficou evidente que os capitais industriais e comerciais da região foram provenientes do processo de acumulação da pequena produção mercantil. Em momentos de alta nas exportações dos gêneros agrícolas, os recursos acumulados eram investidos, inicialmente, em agromanufaturas (farinha de mandioca, açúcar, aguardente) e depois em outros setores industriais, na atividade comercial e de construção civil. Tanto São José quanto Palhoça desenvolveram sua atividade industrial para atender as demandas do mercado Florianopolitano, principalmente após os anos 1950, como é o caso da cerâmica vermelha, em Palhoça e a de utensílios, em São José. Na trajetória do desenvolvimento

industrial local, é incontestável a importância de medidas político-institucionais, econômicas e infraestruturais implantadas pelos governos, municipal, estadual e federal, sobretudo, em momentos de ascendência dos ciclos de Kondratiev, como foram os anos 1960 e 1970, por exemplo. Nesse momento, desenvolveu-se a indústria da construção civil, contribuindo com a expansão urbana desses municípios, que por sua vez impulsionava esse setor. Esta expansão, como veremos na próxima seção se ocorreu, principalmente no período pós 1960.

2.4 – O processo de urbanização

As primeiras tentativas de fixar povoados em São José e Palhoça iniciam-se com os vicentistas, no século XVII. Vindos da Capitania de São Vicente fixaram em alguns lugares da região. De acordo com Santos, 2004, p. 54: “Com os bandeirantes são iniciados o processo de ocupação [...] do litoral catarinense, com a concessão de sesmarias e a fixação de sesmeiros, com seus estabelecimentos agrícolas e pastoris.”

É o caso de Domingos de Brito Peixoto que estabelece residência com sua família, em 1675, em uma propriedade na baía de Enseada de Brito. Porém, dificuldades enfrentadas o fizeram abandonar esse intento.

Mais tarde, entre 1748 a 1756, levas de açorianos e madeirenses foram enviados pela Coroa portuguesa para assegurar a posse das terras conquistadas. Fundaram vários núcleos na Ilha de Santa Catarina e continente próximo⁵⁶. Essa estrutura urbana polinucleada vai ser mantida na paisagem da ilha e do continente.

Em Palhoça, conforme apontado anteriormente, o povoamento efetivamente ocorre a partir da construção de palhoças, galpões e depósitos construídos e cobertos de palhas para guardar a farinha, ao longo da estrada que ligava Desterro a Lages.

No início, os açorianos tiveram muitas dificuldades devido à região ter muitos banhados e manguezais. Então, buscaram ocupar áreas mais secas e férteis nas proximidades do rio Cubatão (atual Guarda do Cubatão), Passa Vinte, Aririu, Barra do Aririu e Maruim (atual Ponte do Maruim).

⁵⁶ Em 1750 chegaram de Açores 182 casais (com um total de 1859 pessoas), que começaram a construir as primeiras casas na Baía Sul na localidade que viria a ser denominado de São José da Terra Firme. No mesmo ano, 496 açorianos chegaram a localidade de Enseada de Brito, consolidando a ocupação.

A implantação desses núcleos açorianos se deu por meio da criação de freguesias, que eram pequenas comunidades que se organizavam sob o comando da capitania no qual era destinada um vigário. As normas de construir e organizar o espaço urbano seguia os ritos eclesiásticos: direções das vias, parcelamento dos terrenos e as construções principais.

Geralmente, os núcleos de povoamento açoriano consistiam basicamente de um vigário, alguns soldados e alguns colonos. Eram estabelecidos em lugares altos, onde se construía a praça e nesta, a igreja e o palácio do governo, voltadas perpendicularmente ao mar. A partir das praças (em formato retangular), partiam as ruas em forma perpendicular, interceptadas por outras no sentido contrário.

As casas, eram construídas de pau-a-pique, cobertas de palhas ou feitas de barro com armação de taquara com a cobertura de telhas, “coladas” umas às outras com testadas exíguas e de duas águas, alinhando-se em ruas estreitas, partindo da área central.

Esses núcleos eram de pequena dimensão, de algumas quadras, contíguas a uma praça. Isso se devia ao fato de a economia estar baseada na pequena produção de gêneros alimentícios, algumas agromanufaturas e artesanatos. Geralmente, nesses núcleos, viviam pequenos comerciantes, militares, funcionários públicos, ferreiros, pedreiros, carpinteiros, seleiros, construtores de embarcações, oleiros, cartorários, artesãos, sapateiros, padeiros, classificados como artistas.

A imigração germânica em São José veio a contribuir para a diversificação das construções josefenses e incremento urbano. As construções germânicas em solo josefense seguiram o estilo de sua pátria, enxaimel, predominando grandes casarões em volta de uma praça como em São Pedro de Alcântara.

À medida que os fluxos comerciais de São José e de Palhoça se ampliavam com Desterro e, posteriormente com o planalto, no século XIX e início do XX, esses núcleos urbanos se adensavam. Esse crescimento era lento, pois, a maioria trabalhava nas atividades agrícolas, sobretudo, no cultivo e produção da farinha de mandioca.

As iniciativas industriais nessa época, século XIX, eram rudimentares e, se desenvolviam no campo. Portanto, a quase inexistência de iniciativas industriais na cidade inibia o aprofundamento da divisão social do trabalho e a constituição de um mercado de consumo mais pujante, capaz de ampliar o espaço urbano numa velocidade maior.

Até início de 1920, o crescimento de São José e Palhoça ficou condicionado a esses fluxos comerciais que se estabeleciam com Desterro e com o planalto. O fato de

esses dois núcleos se situarem entre o planalto e a capital da província, portanto, entreposto para pessoas e mercadorias que se dirigiam a capital possibilitavam o crescimento urbano.

Nesse período, século XIX e início do XX, as ligações entre esses núcleos e a capital da província ocorriam por via marítima. Isso permitiu o desenvolvimento de muitas firmas com frota de barcos de transporte. Os locais na orla marítima ou fluvial desses núcleos se desenvolveram mais, como é o caso da Praia Comprida, Centro Histórico, Estreito (pertencente a São José até 1944)⁵⁷, Ponta de Baixo, Barreiros e Serraria em São José e Enseada de Brito, Barra do Aririú e imediações do rio Cubatão (Aririú, Guarda do Cubatão).

Com a construção da ponte Hercílio Luz e sua inauguração em 1926, muitas empresas de transportes marítimos faliram, pois, os fluxos comerciais e de pessoas poderiam agora serem feitos diretamente com a capital. Essa situação, aliada a perda de territórios com a emancipação de vilas, no final do século XIX e XX, fez que São José e Palhoça entrassem em uma fase de letargia urbana, e conseqüentemente muitas pessoas migraram desses municípios.⁵⁸

Esse período Gomes (2014) define como de decadência para esses núcleos, principalmente para Palhoça, e Silveira (1980) apud Sugai (2002, p. 67) resume esse período, que vai até os anos 1960: “Palhoça perdeu as firmas de transporte, as indústrias, assim como parte de sua população em busca de emprego.”

Além da decadência econômica, durante esse período o município de Palhoça perdeu territórios: em 1922 cedeu territórios à Alfredo Wagner e Ituporanga; em 1958, Santo Amaro se emancipou de Palhoça; em 1961, Garopaba e Paulo Lopes se emancipou; em 1962 foi a vez de São Bonifácio. Desta forma, é notável que houve uma redução enorme do município de cerca de 88 % (de sua área original de 3.145 km² para 395,13 km²) ao que era, perdendo grande parte da capacidade arrecadatória.

Igualmente, Simas (2016) coloca que a perda de territórios com as emancipações no município de São José⁵⁹ enfraqueceu ainda mais a economia do município⁶⁰. As

⁵⁷Em 1º de janeiro de 1944, o Distrito do Estreito foi anexado ao Município de Florianópolis, através do Decreto-Lei estadual n.º 951/44 que estabeleceu os novos limites do Município de Florianópolis. Com isso, São José perdeu uma das principais fontes de renda, que eram os abatedouros de gado.

⁵⁸De acordo com Mamigonian (1966, p. 36) apud Souza (2011, 59), “as áreas de colonização alemã e italiana, em virtude da industrialização, passaram a ser um polo de atração de mão de obra luso-brasileira”. Isso explica o baixo crescimento demográfico para a região de Palhoça e São José, na primeira metade do século XX: 1,2% (1900-1920) e 1,4% (1920-1940).

⁵⁹Tanto o Município de São José quanto o de Palhoça estiveram entre os maiores municípios de Santa Catarina no século XIX e início do XX. Além da diminuição da aludida capacidade arrecadatória, a

emancipações dos séculos XIX e XX refletiram na diminuição na capacidade de arrecadação e investimentos do município. A principal perda territorial do município foi Palhoça, que se emancipou no ano de 1894.

Sua área territorial chegou a ser uma das maiores de Santa Catarina com 10.000 km², englobando os atuais municípios de Garopaba, Paulo Lopes, Anitápolis, São Bonifácio, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Bom Retiro, Alfredo Vagner, Urubici, Angelina, São Pedro de Alcântara e Palhoça. Com a emancipação destes municípios ao longo da história de São José, o território reduziu-se a 113,6 km², ou seja, teve uma redução de cerca de 99%.

Por outro lado, desde os anos 1930, mesmo antes do Estreito deixar de ser bairro de São José, havia interesse do Capital imobiliário em lotear as terras para as classes médias, haja vista existir uma perspectiva de instalação de um porto no Estreito e, juntamente a ligação feita à ilha pela ponte Hercílio Luz nos anos 1920 promoveriam valorização destas terras.

Segundo Cruz (2008) a construção da Ponte Hercílio Luz nos anos 1920 atraiu um grande número de comerciantes que se dirigiam ao Estreito para negociar os produtos vindos da Serra e de diversos lugares do litoral. Com isso, muitos comerciantes passaram a investir seus capitais na abertura de ruas e loteamentos. Havia dentre esses muitos de origem germânica, como Antônio Augusto Lehmkuhl, Ernest Riggerbach, João Müller e Herbert Janing.

Outros ainda dos que estiveram ligados à aquisição de terras para investimentos imobiliários possuíam relações diretas ou indiretamente com o poder político estadual, ou municipal. É o caso de Fúlvio Adulci, que adquiriu terras no Estreito para investimentos imobiliários. Ele foi deputado estadual cinco vezes, secretário do governo estadual, duas vezes deputado federal, duas vezes secretário de estado, uma vez vice-governador e uma vez governador.

Desse modo, é evidente a ligação entre o Estado e o Capital imobiliário, fazendo com que este muitas vezes se “antecipe” à construção/implantação de infraestruturas, ou ainda aproveitando das infraestruturas construídas/implantadas apodera-se das terras próximas na expectativa de ganhos futuros. Essa ligação permite que informações

emancipação territorial também significou o surgimento de concorrentes na produção de gêneros agrícolas e agromanufaturas, como é o caso da farinha de mandioca.

⁶⁰Apesar desse enfraquecimento econômico josefense dos anos 1930-1960, o município ainda contava com importantes iniciativas industriais, como as que foram citadas no trabalho de Cruz (2008, p. 62): as fábricas Stahelin e Koerich, atuantes na produção de banha, embutidos e carnes, localizadas no território hoje pertencente a São Pedro de Alcântara e São José.

privilegiadas sejam apoderadas pelo Capital imobiliário com o intuito de amealhar vastas porções de terras que poderão se valorizar. Foi o que ocorreu com a expansão urbana nos anos 1960 em direção à porção sul-continental⁶¹, nos atuais bairros de Coqueiros, Itaguaçu, Bom Abrigo, antecipando à construção das pontes.

À medida que o Capital imobiliário se apoderou de partes da porção continental, ele empurrou as camadas mais pobres para localidades cada vez mais afastada na região continental em direção a São José e Palhoça levando a um processo de conurbação⁶² em simultâneo, de periferização das classes mais baixas. Logo, não há um processo de escolha consciente para as classes mais baixas, elas são realocadas para áreas cada vez mais longínquas da região metropolitana, onde a menor acessibilidade⁶³ ao centro permite a aquisição da casa própria ou mesmo pagar um aluguel.

No período de 1940-1950, o crescimento urbano foi significativo para Florianópolis (5,58%), principalmente por conta da expansão imobiliária no Estreito. Enquanto Palhoça teve um incremento de 1,5% e São José de apenas 0,46%. É notável a grande diferença na taxa de crescimento urbano da capital para seus municípios vizinhos. Havia nesta época muitas propriedades rurais entre a capital e São José e desta para Palhoça.

Até os anos 1960, os investimentos estatais privilegiavam a capital. Os municípios vizinhos recebiam poucos investimentos, logo apresentavam baixos índices de urbanização, conforme já referido acima para o período 1940-1950. Conforme dados citados por sugai (2002, p. 62) do censo de 1960 São José e Palhoça apresentavam índices de urbanização de 13,94% e 15,02% respectivamente. Essas taxas ficavam muito atrás da capital com 79,31%. Nota-se que o índice de urbanização da capital em relação aos dois municípios citados eram respectivamente cerca de seis e cinco vezes.

A partir dos anos 1960, a instalação de órgãos públicos e estatais em Florianópolis⁶⁴ dentro de um contexto de integração do território nacional idealizado nos

⁶¹Esta porção continental que atualmente são os bairros de Coqueiros, Bom Abrigo, Itaguaçu que pertencera a São José até 1944 fora muito usado com função Balneária entre 1950 e 1970 por famílias abastadas, muitas das quais ligadas a política local como é o caso da família Amin.

⁶²Conurbação de acordo com Villaça (2001) é quando ocorre a absorção de núcleos urbanos com intensas vinculações socioeconômicas, que crescem de maneira contínua ou descontínua em torno de uma cidade maior, ou central.

⁶³De acordo com Villaça (2001) podemos definir a acessibilidade como a capacidade de alcançar a um determinado lugar no espaço urbano. Ela vai variar de acordo com o trabalho socialmente gasto para produzir a cidade. Logo, os distintos lugares terão diferentes acessibilidades.

⁶⁴ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC; Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE; Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul – CODESUL; Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina – FUNDESC; Banco do Estado de Santa Catarina – BESC; Telecomunicações de Santa Catarina – TELESC; Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER; ELETROSUL;

planos e programas governamentais e, principalmente a construção viária: BR 101 (trecho sul), BR 282 (inclusive via expressa) intensificou o fluxo populacional para a capital.

Os maciços investimentos realizados pelos governos estadual e federal nos anos 1960 e 1970 contribuíram para o crescimento urbano de Florianópolis e municípios adjacentes, conforme coloca Bastos (1996) apud Campos (2009, p.92). Esses investimentos, principalmente na construção civil e na estrutura administrativa de serviços públicos geraram muitos empregos diretos e indiretos e ampliaram os cargos na administração pública. Por outro lado, transformações no campo, como a modernização e a alteração da estrutura fundiária lançavam às cidades um grande contingente populacional. Conseqüentemente, os municípios da região metropolitana de Florianópolis acabaram recebendo uma grande leva de migrantes do campo, de outras cidades menores do estado e de outros estados.

Contrariamente, ao que se pensa, as migrações para a Grande Florianópolis não decorreram somente da modernização do campo, mas de dois processos conjugados: as transformações no campo e os grandes investimentos no meio urbano que geram uma dinâmica econômica positiva de emprego e geração de renda no âmbito de um projeto nacional desenvolvimentista, que se inicia nos anos 1930 e se acelera na segunda metade dos anos 1950 até o começo dos 1980⁶⁵.

As obras viárias levadas a cabo na capital pelos entes estatais nos anos 1960 em diante, levaram uma forte valorização imobiliária da região central. Exemplo desses feitos foi a construção da Avenida Beira Mar Norte, ligando as imediações da cabeceira da ponte Hercílio Luz ao norte da península. Esta ligação deu acessibilidade ao norte e a bairros centrais como a Agrônômica e a Trindade. Com isso, promoveu a verticalização da orla da península ao longo dessa Avenida. Havia muito interesse do Capital imobiliário pela valorização da região central.

Companhia Catarinense de água e Saneamento – CASAN; Companhia de Processamento de Dados de Santa Catarina - PRODASC, Instituto Técnico Profissional de Santa Catarina – ITEP/SC; Companhia Catarinense de Armazenamento – COCAR; Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina - CODISC; Companhia de Habitação de Santa Catarina - COHAB/SC, Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, dentre outras.

⁶⁵De 1930 a 1980, chamado de período de políticas desenvolvimentistas, as ações do Estado foram imprescindíveis para o crescimento econômico e a expansão urbana. A crise de 1929 impeliu o Estado brasileiro num processo substitutivo de importações objetivando promover o desenvolvimento econômico, reduzindo a dependência do exterior. Nesse período, o Estado atuou incentivando a produção do setor privado nacional (posteriormente, também das multinacionais) e ainda criou uma série de empresas para a produção de bens e serviços ou mesmo para financiar o esforço de desenvolvimento econômico. Segundo dados do IBGE sobre o PIB nesse período, o crescimento médio da economia esteve em cerca de 6% ao ano.

Com a valorização imobiliária, muitas pessoas com baixo poder aquisitivo, que moravam no Centro de Florianópolis, foram repelidas para os morros do maciço da Cruz ou para São José e Palhoça, contribuindo para a expansão urbana, principalmente, da periferia metropolitana:

Este processo de crescimento dos municípios vizinhos da capital [...], através da expansão territorial de ocupação, já que a capital apresenta altos custos para a aquisição de casas e terrenos nas áreas já urbanizadas, forçando a ocupação nos municípios vizinhos e nas suas periferias.” (HENRIQUE, 2007, p. 55)

Nos anos 1960⁶⁶, portanto, houve uma continuidade da expansão urbana no bairro do Estreito em simultâneo, um adensamento do tecido urbano da área central da ilha em direção ao norte da península. Nessa mesma década, a franja urbana entre Florianópolis e São José foi sendo empurrada cada vez para mais longe.

O bairro de Barreiros, parte do antigo Distrito Sede de São José, que cresceu intensamente, desde os anos 1940 como consequência da expansão urbana do Estreito, se separou, em 1959, constituindo o Distrito de Barreiros. Com Campinas foram os que mais cresceram nos anos 1960 em São José. Nas décadas seguintes, o crescimento se acelerou ainda mais, passando a ser a área mais populosa de São José, segundo dados do censo de 2010 do IBGE, com 121.824 habitantes, ou seja, 58% da população do município.

Os municípios de São José e Palhoça se expandem, nos anos 1960 a taxas de 6,38% e 3,42% anuais respectivamente, conforme dados da autora supracitada. Nesse momento, a expansão maior ocorre na área central, nos bairros josefenses mais próximos de Florianópolis. Em Palhoça, o crescimento estava muito restrito ao Centro e a Ponte do Maruim.

Diante do crescimento urbano, havia muita demanda e pressões por habitações tanto ao nível nacional como local. Em 1964, o governo militar cedendo às pressões populares por moradia, criou o BNH e o SFH. Estaria dessa forma institucionalizado mecanismos de financiamento de longo prazo à habitação no país e, injetando recursos no setor da construção civil.

⁶⁶A verticalização que já ocorria no Centro da capital impeliu o Capital imobiliário a buscar terras mais baratas na porção continental, sobretudo no Estreito.

Mais tarde, em 1966, mais um instrumento foi criado para atender as demandas da habitação, o FGTS, um depósito de 8% numa conta vinculada do trabalhador, em substituição à estabilidade no emprego após dez anos. Desta forma, se flexibilizava o mercado de trabalho, permitindo ao empresariado demitir empregados a qualquer tempo. Apesar disso, com a criação do FGTS houve mais uma fonte para financiamento habitacional ao lado da poupança e outros fundos.

Essas e outras medidas político-institucionais e econômicas implantadas no período 1964-1968 preparou o país para um novo ciclo de crescimento econômico. Segundo o governo militar da época, Castelo Branco, era necessário “arrumar a casa” para fazer o Brasil crescer novamente.

Com a implantação do I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento de 1969-1974) no governo Médici, substituto de Castelo Branco, num contexto de estabilização macroeconômica e internacional favorável e de expansão do crédito, trouxeram efeitos positivos no crescimento econômico brasileiro. Esse período que ficou conhecido como “milagre econômico”, teve crescimento do PIB em média de 11,1% ao ano.

Até os anos 1970, as cidades que mais cresciam eram as grandes, com população superior a 500 mil. A partir dessa década há uma inversão, as pequenas e médias cidades passaram a crescer mais do que as grandes⁶⁷. Há uma desconcentração econômica em favor de cidades menores, principalmente do entorno metropolitano, reconfigurando a rede urbana. Nesse contexto, estão as cidades da região metropolitana de Florianópolis, especialmente São José e Palhoça, que passaram a crescer vertiginosamente.

Havia nesse momento, contextos favoráveis, tanto externamente, quanto internamente. Externamente, a economia mundial estava na fase ascendente do 4.º Kondratiev, com média de crescimento em torno dos 5% ao ano. Internamente, um conjunto de planos ao nível federal (Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG⁶⁸, I e II PND) e ao nível estadual Plano de Metas do Governo de Santa Catarina -

⁶⁷ cf. Santos (2009)

⁶⁸ Ao assumir o comando da nação, os militares trataram de reorganizar as instituições e a política econômica. Emergiu do primeiro governo militar de Castelo Branco, o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), que visava a estabilização econômica e realizar reformas para viabilizar o crescimento econômico. Segundo Silva (2017, p. 23, 24) o programa tinha como objetivos principais: i) Combater a inflação (que, em 1964, era muito alta); ii) Aumentar os investimentos estatais (principalmente em infraestrutura); iii) Reformar o Sistema Financeiro Nacional; iv) Diminuir as desigualdades regionais (Norte-Sul); v) Atrair investimentos externos.

PLAMEG⁶⁹ I e II), injetaram muitos investimentos na economia, principalmente em obras infraestruturais, colocando o país na esteira do crescimento. Nesse momento, segundo Matos (2002, p. 45, 53), a taxa de investimentos variou de 13,1% do PIB em 1961 a 23,3%, em 1979.

Nesse ambiente de crescimento econômico, a população também aumentou, impulsionando a demanda por moradias. Neste momento, nasceram muitos empreendedores na construção civil, construindo com recursos próprios ou através de financiamentos concedidos via BNH. Começou a proliferar por toda São José e Palhoça empreendimentos voltados para a classe média e para as classes menos favorecidas, em forma de conjuntos habitacionais, loteamentos e prédios de apartamentos.

Decorrente desse quadro econômico favorável, de instrumentos criados ao nível nacional, BNH e FGTS, da influência exercida pela capital e pelas novas infraestruturas viárias, ocorre a expansão urbana de São José no final da década 1960, décadas de 1970 e 1980. Segundo Campos (2013) apud Brandt (2018, p.12, 13) essa expansão passa a ocorrer pelo crescimento do bairro da Praia Comprida, surgimento dos bairros Kobrasol, Forquilha e Campinas nas proximidades viárias (BR101 e Via Expressa), Flor de Nápoles, Conjuntos habitacionais do BNH Bela Vista I, II, III, Distrito Industrial e Fazenda Santo Antônio.

A implantação do Distrito Industrial de São José às margens da BR 101, nos anos 1970, como já dito anteriormente, favoreceu a expansão do comércio⁷⁰, serviços e a expansão habitacional nas adjacências. A industrialização ao criar empregos e demanda a montante e a jusante⁷¹, induz a expansão das cidades, como coloca Decca, 1991 apud Galvan e Flávio, 2006.

Nesse período de grande expansão imobiliária, ocorreu o lançamento do Parque Residencial Kobrasol⁷² nos anos 1970, na área onde ficava o Aeroclube de Santa

⁶⁹O Plano de Metas do Governo Catarinense (PLAMEG) foi criado no governo de Celso Ramos – 1961 a 1965 (PLAMEG I) e de Ivo Silveira – 1966 a 1970 (PLAMEG II) consistia num conjunto de investimentos nas áreas de energia, educação, transporte, sistema de crédito e sistema produtivo, dentre outras.

⁷⁰Adicionalmente, a instalação das Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S/A - CEASA em 29 de setembro de 1976, disponibilizando a infraestrutura para que agricultores, comerciantes, cooperativas e empresas do agronegócio realizem operações comerciais no atacado de produtos hortifrutigranjeiros e outros atípicos alimentícios e não alimentícios contribuiu intensamente para intensificação da atividade comercial atacadista e varejista no município.

⁷¹ A montante, qualquer atividade comercial, industrial ou de serviços que forneça algum bem ou serviço à indústria para que esta completar seu ciclo produtivo. A jusante, comércio atacadista ou varejista, ou mesmo uma atividade de serviço, atuante, por exemplo, junto a consumidores, como é o caso de assistência técnica.

⁷²O nome do loteamento que depois se tornaria bairro se refere aos nomes das três empresas envolvidas nesse empreendimento: Ko de Koerich, Bra de Brasilpinho e Sol de Cassol. O projeto original tinha: 569 mil

Catarina, uma planície situada nas proximidades do bairro Campinas. Esse empreendimento contou com a associação de capitais das empresas Koerich, Brasil Pinho e Cassol criando a empresa Kobrasol Empreendimentos Imobiliários, que pretendia inicialmente lotear para a construção de casas de 2 pisos para a classe média.

Desse modo, nos anos 1970 evidencia-se uma densificação das áreas preexistentes a partir da área central de Florianópolis e expansão em direção ao nordeste e Sudeste do município de São José, a Biguaçu e ao sul em direção à Palhoça ao longo da BR 101 e da BR 282.

Posteriormente, nos anos 1980, com a flexibilização do Plano Diretor, passou-se a construir prédios no Kobrasol. A localização estratégica, em uma área entre duas vias importantes de acesso à capital, a BR 101 e o início da BR 282 (via expressa) trouxeram um adensamento rápido e valorização imobiliária do bairro, contribuindo para a conurbação do município de São José com Florianópolis.

Assim sendo, houve nos anos 1980, assim como nas décadas posteriores, continuidade da densificação de bairros josefenses próximos à capital como, por exemplo, Barreiros, e expansão ao longo da BR 101 e para o interior de São José e Palhoça.

Um dado interessante e, que vai evidenciar um extravasamento da urbanização de Florianópolis sobre o município de São José é o que foi citado no trabalho de Bertelli (1995, p. 53-54) referente ao número de empresas da construção civil na área conurbada da região metropolitana de Florianópolis, em 1980 e 1992. A participação de Florianópolis e São José nesses anos eram respectivamente, 90,7%, 73,3% e 6,9%, 22,5%. O crescimento do número de empresas no setor, nesse período, foi de 35,7% e, incríveis, 441,7%.

A existência de muitas áreas baratas e passíveis de urbanização, a proximidade de São José e as maiores restrições impostas pelo Plano Diretor de Florianópolis de 1976 e regramentos posteriores⁷³, explicam de certa forma, o interesse da construção civil pelo mercado promissor josefense.

Por outro lado, nesse processo de crescimento urbano, muitas áreas de preservação condicionaram a expansão da mancha urbana. Mesmo, ao considerar-se as invasões em áreas de preservação permanente, há limitações naturais ao avanço da

metros quadrados disponíveis, sendo 290 mil metros quadrados para a construção de 70 quadras e 781 lotes, com área média de 400 m² cada, além de 127.700 m² para o complexo viário e 17.640 m² para áreas verdes e recreação.

⁷³Leis municipais de Florianópolis: n.º 1215/1974; n.º 1828/1981, dentre outras.

mancha urbana rumo ao oeste no município de São José, oeste e sul de Palhoça, conforme pode ser observado na figura 4.

Figura 4: Limitações físicas da ocupação na área conurbada de Florianópolis



Fonte: Naspolini (2017)

Essa expansão condicionada⁷⁴ como é evidente no mapa da figura 4 forma um arco metropolitano, cuja extensão sudoeste, em Palhoça, tende a se encontrar com o núcleo urbano de Santo Amaro da Imperatriz, e na direção sul do mesmo município, a mancha urbana vai margeando na porção leste a BR 101, dado sua restrição a oeste pelo Parque Estadual Serra do Tabuleiro. No sentido oposto, ao norte, no município de São José, o arco urbano vai sendo limitado a oeste pelos morros do Avaí, Pedregal, Serraria e Potecas. Dessa forma, a mancha urbana fica limitada a uma estreita faixa a leste da BR 101 nas imediações do bairro Areias até Biguaçu e uma extensão um pouco maior a oeste da mesma rodovia na porção mais ao sul.

⁷⁴Segundo o Projeto de Revisão do Plano Diretor do município de São José (2004, p.58), 17,8% da sua área territorial era de APP – Área de Preservação Permanente e APL – Área de Preservação Limitada. Enquanto no município de Palhoça essa restrição totaliza mais da metade de sua área territorial, ou seja, 54,4%, de acordo com o Zoneamento do município (lei n.º 16/1993). Dentro dessa área se destaca um importante manancial de água, que é o rio Cubatão, responsável por abastecer grande parte da área metropolitana de Florianópolis.

Ainda, essa expansão rumo ao oeste, se dá de forma limitada ao longo do eixo viário da Transpotecas, Rua Antônio Jovita Duarte⁷⁵ e da SC 281⁷⁶. Ao longo dessas duas vias há enormes vazios potencialmente urbanizáveis, demonstrando como já salientado anteriormente que o espaço urbano de São José e Palhoça à medida que se expande, principalmente para o oeste, vai se fragmentando. Por outro lado, é provável que o contorno viário da grande Florianópolis venha intensificar a urbanização ao longo dessas vias, densificando a malha urbana para o oeste.

Tendo sido projetado para ser um bairro residencial voltado para as classes médias e alta com muitas áreas verdes e de recreação, o Kobrasol, assim como Campinas, passa a receber uma infinidade de estabelecimentos comerciais e de serviços a partir dos anos 1980, levando-os a se transformar no principal centro comercial e de serviços de São José. Isso acelerou o processo de valorização, reduzindo as áreas verdes e de recreação.

Outro fator importante na verticalização de Campinas e Kobrasol foram as mudanças no gabarito de construção feitos no Plano Diretor do município a partir dos anos 1980, ampliando de 2 para os atuais 17 de modo a atender os interesses imobiliários na região. Mesmo com a crise econômica que o país atravessou nos anos 1980, o Kobrasol crescia horizontal e verticalmente, como pode ser observado na figura 5. Nesta mesma figura é possível perceber que o lado oeste da BR 101, há também uma intensa urbanização, começando a se formar o bairro do Roçado.

Figura 5: Kobrasol no final dos anos 1980, crescimento horizontal e vertical

⁷⁵Esta rua com as Ruas: Francisco Inácio do nascimento e João José Martins conecta grande parte das áreas de expansão urbana do oeste à Avenida das Torres e a BR 101.

⁷⁶Essas vias são dois eixos importantes de integração do interior do município.



Fonte: <https://mapio.net/pic/p-25351409/>

Ao alterar as legislações, não somente no caso dos gabaritos de construções, mas também, no zoneamento da cidade, os vereadores, agem não como representante do povo, mas de “um povo”, a elite. Há uma infinidade de modificações no uso de certas áreas do Kobrasol para atender os interesses do setor comercial e de serviços. Desse modo, tem razão Albino (2017, p. 27) ao citar Saldanha (1993):

O espaço urbano, deste modo, é estruturado, não é organizado ao acaso, responde então à projeção da sociedade que nele vive. Assim, as formas espaciais serão produzidas pela ação humana e expressarão os interesses da classe dominante ou de seus governantes, de determinado modo de produção, dentro de um modelo de desenvolvimento específico, e da maior ou menor participação da população nas decisões.(SALDANHA, 1993 apud ALBINO, 2017, p.27)

No começo dos anos 1980, a Zanellato empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. lançou o loteamento Jardim Zanellato. Localizado em Serraria, São José, próximo a BR 101, foi destinado a pessoas de classes média-baixa. Mais tarde, a loteadora abandonou o empreendimento e, a área foi invadida e loteada.

Em decorrência disso, o bairro Jardim Zanellato, segundo Isoppo (2005, p. 10) apresenta dois perfis: a parte próxima, a BR 101, que possui terrenos com preços mais altos, tem casas de alvenaria com quatro cômodos ocupadas com famílias de poder

aquisitivo mais alto e aquela que foi invadida próxima ao morro, com casas de madeira pequenas, ocupadas com famílias de baixo poder aquisitivo.

Diferentemente do Kobrasol, que possui uma boa infraestrutura em serviços para os seus moradores, o Jardim Zanellato carece de serviços básicos como, por exemplo, segurança. Não há nenhum posto policial no bairro, conseqüentemente aumenta o índice de criminalidade, deixando sua população vulnerável. Outros serviços são deficitários, não dão conta de atender a população do bairro.

Por outro lado, tanto no Kobrasol quanto no jardim Zanellato há carência de áreas de lazer públicas⁷⁷, no primeiro caso, a especulação imobiliária tomou áreas que originalmente seriam dedicadas ao lazer e, no segundo caso, o descaso do poder público com este bairro periférico, não provendo áreas de lazer adequadas e suficientes para seus moradores.

No outro extremo do espaço urbano josefense está o Bosque das Mansões. Lançado no final dos anos 1970, esse loteamento se localiza no Morro do Avaí, próximo a BR 101 e a Via Expressa (que dá acesso à capital). Este loteamento com cara de condomínio (tem guaritas, portões, seguranças) se destinou a classe média-alta. São habitadas pela elite política e econômica de São José. Um terreno padrão, de 450 m² pode chegar a custar o dobro de um bairro periférico.

As casas construídas em um padrão arquitetônico de luxo e sofisticação estão localizadas na encosta do Morro do Avaí, com uma vista privilegiada de Florianópolis. Quanto mais alto, ou seja, quanto mais acima na encosta, maior é o valor do lote. Estar na encosta é privilégio, o contrário do que se pode dizer das encostas ocupadas por habitações irregulares, próximo dali, no bairro São Luiz.

Em Palhoça, desde quando foi criado a COHAB/SC, em 1965 e o BNH, em 1964, vários conjuntos habitacionais já foram produzidos através de várias instituições: Companhia de Habitação, Instituto de Orientação as Cooperativas Habitacionais, Caixa Econômica Federal e Crédito Associativo. No período de 1964 a 2001, de acordo com Miranda (2007, p. 59) foram 1966 unidades produzidas no município, sendo que somente da COHAB foram 5 condomínios de casas: Caminho Novo (1993), Governador Ivo Silveira (1968), Padre Réu (1982), Tomaz D. Silveira (1982), Brejarú II (1986). Outros como Portal da Serra (2001), Ilha da Madeira (2001), Rua D. Afonso (2001), Res. Tiradentes (1999) foram projetos realizados pela CEF, sendo o último pelo INOCOP⁷⁸. A

⁷⁷Pelo Projeto original do Kobrasol estava reservado 17.640m² para áreas verdes e de lazer.

⁷⁸CEF: 500 unidades (25, 5%); COHAB: 1386 unidades (70,5%) e INOCOOP: 80 unidades (4%).

maior parte desses empreendimentos (6) foram feitos fora da área central, o que mostra que desde os anos 1960, sob a chancela ou a direção do poder público, uma expansão da periferia.

No mesmo período, em São José, de acordo com dados colocados pelo autor supracitado (2007, p. 60) há uma expansão desses projetos habitacionais proporcionalmente quase três vezes o de Palhoça, sendo ao todo, 31 empreendimentos em vários bairros, em sua maioria, periféricos, casas e apartamentos com a participação da COHAB, CEF, Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais - INOCOOP e CRÉDITO ASSOCIATIVO OU DE FORMA MISTA. Foram ao todo, 5.867 unidades habitacionais. Dentre eles, estão Bela Vista I, II, III, IV, Alto da Bela Vista, Picadas do Norte, Residencial Araucária.

Esse crescimento urbano de São José e Palhoça, em parte ocorre devido à valorização imobiliária na capital que empurra as classes menos favorecidas para os morros e rumo a esses municípios, principalmente. Há também valorização de determinadas áreas nesses municípios, que vai empurrando os mais pobres cada vez para mais longe, das localidades centrais da metrópole.

Dessa forma, cada vez mais novas glebas vão sendo apropriadas pelo mercado capitalista de terras, convertendo amplas extensões destas em uma mercadoria inacessível às massas de trabalhadores. Outrossim, grande parte dessas terras tornam-se reservas de valor com o propósito de especular com esse ativo. Conseqüentemente, o espaço urbano vai se expandindo de forma fragmentada⁷⁹ com extensões de terras sem uso em meio a áreas edificadas e até mesmos verticalizados.

A expansão urbana acelerada a partir dos anos 1970 em São José e Palhoça, se fez com expansão de loteamentos legais e ilegais⁸⁰, assim como através da ocupação de áreas de preservação permanente, encostas de morros e locais de usos restritos.

Essa expansão foi ocorrendo a partir das vias regionais, pois, elas ao atraírem uma diversidade de estabelecimentos comerciais e de serviços, promoveram urbanização

⁷⁹Segundo o Projeto de Revisão do Plano Diretor de São José (2004, p.64) somente na área urbana do município devido ao processo de fragmentação há 33,6% de espaços vazios, o que equivale a 17 km². Levando-se em conta um terreno padrão de 360m², nesses espaços vazios poderia abrigar 47.200 famílias. Em Palhoça, segundo o consórcio IDOM/COBRAPE (2013), há 47,5% de vazios, correspondendo a 31,66 km², isso abrigaria 87.944 famílias nas condições citadas.

⁸⁰Segundo dados da Infosolo /UFSC (2006) apud Thibes (20154, p. 133), até o início da década de 1970, o município de Palhoça não tinha nenhuma favela e São José apenas 1. Durante as décadas de 1970 e 1980 se formaram a maior parte delas, nesses dois municípios, sendo que em Palhoça se formaram 24 das 27 e em São José apesar de os dados da maioria (58) das 66 não se referirem a uma data, é provável que a maior parte tenha se formado também nesse período, haja vista, que o incremento populacional foi de 227%, uma média de crescimento anual de 9,45%, ou seja, o período de maior crescimento populacional.

em suas imediações, adensando esses espaços. Na foto aérea, figura 6, percebe-se o crescimento de São José e Palhoça ao longo da BR 101, BR 282, das vias principais e em suas proximidades.

Com a duplicação e a construção das marginais da BR 101 nos anos 1990 para atender o aumento de demanda dos fluxos de veículos de caráter regional, acabou por estimular a instalação de uma diversidade de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços: supermercados, atacadistas, shoppings, indústrias, lojas diversas. Consequentemente, provocou uma intensificação da valorização que já vinha ocorrendo desde os anos 1970, atraindo mais ainda investimentos às suas margens.

Nas últimas décadas, tem se intensificado a instalação de uma grande diversidade de comércios atacadistas e varejistas. Muitas delas abrindo mais de unidade ao longo das margens da BR 101 em São José e Palhoça. Essas marginais, ao darem acessos diversos em ambos os lados da BR 101, instigou o crescimento econômico e urbano em suas margens e nas proximidades, conforme coloca Simas (2016, p.163,164):

Embora tal medida tenha se dado em razão das demandas que se efetivavam na escala regional, não há como negar o considerável ganho que isto acarretou à indústria josefense e ao empresariado de forma geral, especialmente aos que estão estabelecidos ao longo da via. [...] houve uma grande valorização imobiliária das propriedades estabelecidas ao longo da rodovia, desencadeando, num efeito cascata, investimentos mais arrojados nas suas proximidades... possuindo uma infinidade de equipamentos urbanos que variam de empresas e indústrias a importantes lojas comerciais, shoppings centers, condomínios residenciais valorizados, entre outros empreendimentos. (SIMAS, 2016, p.163,164)

A partir dessas vias principais, como é o caso da BR 101, os dois núcleos urbanos começam a se conurbar em fins dos anos 1970. Apesar desse adensamento do tecido urbano, há muitos espaços vagos ao longo dessas vias, que estão “ganhando valor” para posterior urbanização e há ainda áreas de preservação ambiental. Essa realidade vista nessa foto aérea, figura 6, continua existindo ao longo das áreas densamente urbanizadas e, principalmente na periferia desses dois municípios.

As vias BR 101 e BR 282, ao garantirem a acessibilidade ao centro de Florianópolis onde estava e ainda está o coração econômico da região metropolitana, possibilitaram a expansão urbana de São José e Palhoça. A partir desse processo de expansão, elas passaram a servir não só aos fluxos regionais, mas também aos intraurbanos.

Dessa forma, tem razão Villaça (2001) quando diz que as vias regionais atraem urbanização e podem servir de circulação intra urbana. Grande parte da circulação dos fluxos de pessoas e mercadorias que circulam por estas vias destinam-se ao espaço metropolitano:

À medida que a cidade cresce, ela se apropria e absorve os trechos urbanos das vias regionais, como no caso das rodovias antigas que, com o tempo se transformaram em vias urbanas. É a mudança da função da via (que passa a ter tráfego intra urbano) e não sua localização (dentro ou fora da cidade) que transforma uma via regional em urbana." (VILLAÇA, 2001, p. 82)

A proximidade com a capital e a facilidade de escoamento de seus produtos influenciaram na decisão de implantação dos distritos industriais de São José (anos 1970) e Palhoça (final dos anos 1980) ao longo da BR 101. Isso contribuiu para a expansão urbana ao longo desse trecho (figura 6) e, a conseqüente valorização imobiliária. Essa valorização nas últimas décadas do século XX tanto da capital quanto em algumas áreas de São José repeliu parte desse crescimento e expansão para áreas mais afastadas da área central e para o município de Palhoça.

Figura 6: Foto aérea - área assinalada ao longo da BR 101 no trecho dos municípios de Palhoça e São José no final dos anos 1970



Fonte: Arquivo aerofotogramétrico da Seplan/SC de 1978.

Nos anos 1970 e 1980, os grandes investimentos estatais em infraestrutura objetivando dar suporte a construção do Brasil pôde se materializar ao nível regional/local com as construções de vias federais (BR101, BR 282), as vias expressas (a continental, por exemplo) que levam a expansão e a valorização de áreas de São José e Palhoça, empurrando classes de menor poder aquisitivo cada vez para localidades mais afastadas. A ocupação dos espaços cada vez mais distantes dos núcleos centrais desses municípios não ocorre de maneira uniforme, mas de modo desigual, produzindo formas espraiadas de urbanização, conforme Santos (2009).

Nesse processo de urbanização das últimas décadas do século XX, as áreas mais centrais e geograficamente mais privilegiadas, em Florianópolis, São José e Palhoça⁸¹ continuaram sendo a residência das classes de maior poder aquisitivo. Enquanto as camadas sociais menos privilegiadas, tanto as residentes quanto as recém-chegadas de outros locais, continuaram ocupando as áreas mais longínquas, de preservação e os morros.

As intervenções estatais no sistema viário e administrativo do estado, em especial na grande Florianópolis viabilizaram o surgimento e desenvolvimento de muitas construtoras, que passaram a atuar na região conurbada, construindo com recursos próprios ou através de financiamento do BNH, atendendo a demanda por moradias que se criou com a expansão econômica da capital.

A expansão dos serviços (inclusive os da atividade turística na capital) e do comércio gerou um dinamismo econômico em Florianópolis impelindo o crescimento de sua periferia, que vai demandar um conjunto de atividades comerciais e de serviços gerando um dinamismo próprio⁸². Segundo Meurer, 2004) apud Nunes, 2008, p.65):

[...] em Palhoça, o setor de serviços apresentou uma evolução no número de estabelecimentos na ordem de 335% no período entre 1970 e 1980, contra uma redução de 6,25% entre 1960 e 1970. O mesmo comportamento pôde ser atribuído à quantidade de pessoal ocupado nesse setor que variou mais de 553% entre as décadas de 70 e 80, contra uma redução de 15,7% de 1960 para 1970." Na análise do setor comercial, percebe-se que Palhoça expandiu em 42,5% o número de estabelecimentos comerciais entre anos 60 e 70, ampliando essa margem para quase 64% entre as décadas de 1970 e 1980. São José, por sua vez, apresentou um aumento de 126,7% no primeiro período, contra 124% no período seguinte. Já a quantidade de pessoas ocupadas no município de Palhoça

⁸¹Esses espaços altamente segregados em Palhoça: Centro, Pagani e Cidade Pedra Branca; em São José: Bosque das Mansões, na capital: a área Central e alguns bairros mais afastados.

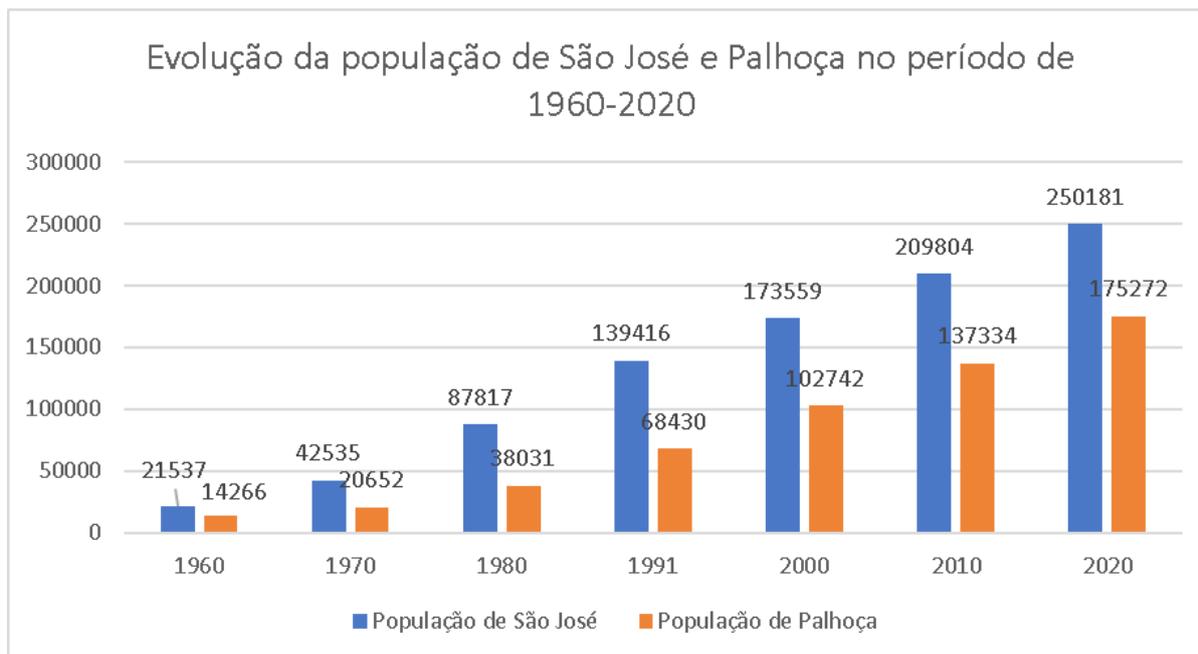
⁸²Esse processo produz novas centralidades no espaço urbano de São José e Palhoça.

entre os decênios de 1960 e 1970 aumentou 72,5%, enquanto na década seguinte alcançou 96%. (MEURER, 2004 apud NUNES, 2008, p.65)

No início dos anos 1980, como parte da estratégia do Capital imobiliário de continuar a valorização dos bairros de Barreiros, Campinas e Kobrasol, o Shopping Itaguaçu, o mais antigo shopping center de Santa Catarina, foi construído em São José na confluência da BR 282 (via expressa) e da BR 101. Inaugurado em abril de 1982, veio a dinamizar o comércio e os serviços dessas centralidades, que já se vinham desenhando desde os anos 1970. Com isso, ele promoveu uma intensificação da urbanização, contribuindo para o adensamento e verticalização desses bairros.

Dentro desse contexto, é importante ressaltar que o processo de crescimento urbano de São José e Palhoça é recente, pois, de acordo com o censo do IBGE de 1970, o primeiro tinha 42.535 habitantes e o segundo 20.764 habitantes, sendo ainda consideradas cidades pequenas. Passados dez anos, o censo de 1980 indica mais do que dobrou da população no primeiro, registrando 87.817 habitantes, um aumento de 106,45%, já o segundo aumentou para 38.031, tendo 84,15% de acréscimo, conforme sugerido no gráfico 2. Assim, a conclusão da construção da BR-101 nos anos 1970 e a finalização da BR 282 na década seguinte foram muito importantes para a crescente urbanização dos dois municípios.

Gráfico 2: Evolução da população dos municípios de São José e Palhoça de 1960-2020



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados do IBGE dos censos de 1960 a 2010 e projeção de 2020.

Em um cenário mais amplo, o gráfico acima permite a compreensão da magnitude do crescimento de São José e Palhoça, os quais, a partir dos anos 1970 e ao longo das últimas cinco décadas, registraram aumentos de respectivamente: 488,2% e 748,7%, muito acima do valor de 254,5% verificado para a capital no mesmo intervalo de tempo. O crescimento populacional dos dois municípios estiveram acima até mesmo do aferido para a população nacional e estadual, ou seja, de respectivamente 122,7% e 148,1% nesse período.

Apesar dessa linha crescente, o gráfico 2 juntamente aos dados do IBGE expostos na tabela abaixo revelam que, até a década de 1960, São José e Palhoça eram municípios pequenos, com suas populações majoritariamente vivendo no meio rural. A partir dessa década, São José começou a se urbanizar, sendo isso somente registrado no censo de 1970, indicando que quase 70% de sua população já vivia no meio urbano. Enquanto, Palhoça experimentou uma urbanização intensa somente a partir dos anos 70, registrando, no censo de 1980, cerca de 90% da população vivendo na cidade.

Tabela 1: Evolução da população urbana e rural de São José e Palhoça de 1950 a 2010

Evolução da população Urbana e Rural em São José e Palhoça de 1950-2010
(em porcentagem)

Cidades	População													
	1950		1960		1970		1980		1990		2000		2010	
	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R
São José	14	86	14	86	69	31	90,1	9,9	92	8	95,3	4,7	98,8	1,2
Palhoça	12	88	15	85	31,5	68,5	92,2	7,8	96,1	3,9	98,6	1,4	98,6	1,4

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE dos censos de 1950 a 2010.

Levando-se em conta que as populações totais de São José e Palhoça nos censos de 1970 e 1980, respectivamente, não eram tão expressivas e que já residiam em sua maioria no meio urbano, o crescimento acelerado após os anos 1970 veio incrementar a expansão urbana. Esse incremento deve-se sobretudo às migrações⁸³ intra metropolitanas⁸⁴, estaduais e interestaduais.

Essa ampliação, entretanto, foi afetada pela crise econômica dos anos 1980, quando houve uma redução da capacidade de investimentos em infraestrutura e habitação. Nesse momento, muitas empresas da construção civil se fragmentaram em outras menores ou mesmo funcionários e prestadores de serviços de empresas recém-fechadas empreenderam novas construtoras, como é o caso da construtora Beco Castelo fundada por um empregado da Ceisa Construções, como consta no trabalho de Campos (2009, p. 123):

Os proprietários destas pequenas novas empresas construtoras que surgiram, em alguns casos, eram pessoas que prestavam serviços de mão de obra, ou seja, eram empreiteiros de mão de obra, ou eram empregados destas grandes empresas, como é o caso de duas grandes construtoras da região. A AM Construções, que empreitava serviços de mão de obra com estas grandes empresas construtoras, e a Construtora Beco-Castelo, pois o seu fundador foi empregado da Construtora CEISA. (CAMPOS, 2009, p.23)

⁸³A população de migrantes segundo dados do IBGE cresceu muito no período 1980-1996, em São José (49.379 para 92.345) e Palhoça (de 5.866 para 38.264), em percentuais representam, 87% e 552,3%, respectivamente.

⁸⁴Segundo dados do IBGE citados por Miranda (2001, p. 23) referente ao período 1980-2000, muitos municípios da Mesorregião de Florianópolis apresentaram crescimento demográfico negativo. Dentre eles podem ser citados: Anitápolis -1,84%; Alfredo Wagner -0,38%; Angelina -0,76%; Leoberto Leal -0,65% enquanto São José e Palhoça apresentaram nesse período crescimento elevado de 3,51% e 5,35%, respectivamente.

Apesar de a crise dos anos 1980 ter restringido os financiamentos pelo SFH, a expansão urbana na região metropolitana seguiu em pleno andamento. Em São José, de acordo com dados do IBGE, o incremento populacional no meio urbano no período de 1980-1991 foi de 62,15%, enquanto em Palhoça foi de 81,24%.

Ainda que durante crises econômicas se constate que há expansão urbana, ela se faz com intensificação de problemas sociais e concentração de renda⁸⁵. Nesses momentos, houve aumento mais intenso de habitações precárias:

[...] intensificaram-se os problemas relacionados com a pobreza e a qualidade de vida como o acesso à alimentação, saúde, educação, habitação, transporte, lazer e outros. E para enfrentar os problemas habitacionais, as classes de menor poder econômico buscam alternativas de moradia em lugares inadequados a uma vida digna como as favelas, cortiços e ocupações clandestinas sem condições de habitabilidade e qualidade de vida". (GALVAN e FLÁVIO, 2006, p.2)

Com esse crescimento intenso e desordenado surge a necessidade de intervenção estatal em solo josefense através de uma legislação urbanística. Isso se efetivou com a publicação dos instrumentos legais: Plano Diretor⁸⁶ (lei n.º 1604/1985), zoneamento e ocupação do solo (lei n.º 1605/1985) e parcelamento do solo (lei n.º 1606/1985). A partir destes, a elite josefense passou a canalizar seus esforços para atender seus interesses imobiliários.

No Plano Diretor em seu segundo capítulo, inciso II, há uma clara intenção em *"incentivar a geração de um Centro Regional, criando uma área de alta densidade, destinada a ser o centro municipal de serviços, comércio e administração"*. Nesse sentido, Campinas e Kobrasol que já vinham se desenhando como novas centralidades ganham um reforço legal nessa definição, direcionando os investimentos e outros estímulos para se afirmar como o Centro econômico de São José.

⁸⁵ Para medir essa desigualdade é usado o índice de Gini, que é um instrumento utilizado para mensurar o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. No Brasil durante a década de 1980 ela aumentou de 0,584 em 1981 para 0,636 em 1989, segundo dados do Instituto de Pesquisa Economia Aplicada - IPEA.

⁸⁶ Segundo Villaça (2012, p. 188), Plano Diretor é "um plano elaborado a partir de um diagnóstico das realidades físicas, sociais, econômicas, políticas e administrativas prevendo um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico, organização espacial dos usos do solo urbano e infraestruturas para o curto, médio e longo prazo".

Ademais, a lei de zoneamento de 1985 e suas posteriores modificações levaram a densificação e verticalização de certas localidades⁸⁷ e aumento de áreas destinadas à urbanização, instigando a expansão da mancha urbana. Neste ínterim, poder-se-ia citar o art. 12 da referida lei que “*os terrenos localizados na ZEU⁸⁸, passarão da esfera Rural para a Urbana*”. Desse modo, isso vem propiciando a expansão urbana, principalmente na direção oeste e, conseqüentemente, diminuindo as áreas antes dedicadas a pequena produção agropecuária.

Um dos recursos mais usados através da legislação do zoneamento são as inúmeras alterações no gabarito, taxa de ocupação e índice de aproveitamento. Cedendo a pressões do setor imobiliário, principalmente, o poder público privilegia certas áreas em detrimento de outras. Conseqüentemente, tem que canalizar grande parte dos escassos recursos públicos para atender as necessidades criadas pela segregação espacial.

Mesmo com a proposta do novo Plano diretor de 2004⁸⁹ ter focado em questões ambientais como resposta aos inúmeros problemas gerados pela ação e omissão do poder público, não tem dado conta de revertê-los na medida em que adota o zoneamento em macrozonas e participação popular fora limitada.

No município de Palhoça, os instrumentos legislativos para regular o espaço urbano ocorre através do Plano Diretor lei n.º 15/1993, lei do zoneamento (n.º 16/1993) e o código de obras e edificações (lei n.º 17/1993). No inciso IX do artigo 4º do plano diretor é explícito a intencionalidade de instigar a verticalização e a densificação dos espaços centrais do município: “*atingir uma densidade mínima que aumente o rendimento dos investimentos públicos e privados, através de incentivos a densificação das áreas centrais*”. Em outro inciso do mesmo artigo (XII): “*evitar a ocupação desordenada ao longo da duplicação da BR-101 e BR-282, caracterizando-as como via expressa*”. É evidente que a elite através do poder público já reservava essas áreas a especulação imobiliária.

Na lei de zoneamento e suas posteriores alterações há permissões para a construção de pavimentos adicionais, ampliação do índice de aproveitamento e taxa de ocupação para atender os interesses do Capital Imobiliário como, por exemplo, no parágrafo 4º que diz: “*O imóvel que vier a receber a transferência de índice poderá*

⁸⁷Entre 1980 e 1990, o Plano Diretor, liberou a construção de até 4 pavimentos, posteriormente passou para 12, depois, 14 e, atualmente, 17 pavimentos.

⁸⁸ZEU – na lei n.º 1605/1985 são as Áreas de Expansão Urbana.

⁸⁹A proposta do novo plano diretor de São José de 2004 se insere na obrigatoriedade de revisão imposta pelo Estatuto das Cidades, lei federal n.º 10.257/2001.

acrescer três (3) pavimentos além do gabarito Máximo permitido, ter sua área construída aumentada em até 50% (cinquenta por cento) do seu índice de aproveitamento, e ainda, ter sua taxa de ocupação acrescida em 1/3 (um terço) da taxa original, respeitando os demais limites de ocupação”. (Redação dada pela Lei n.º 1896/2004).

Há ainda, nesses instrumentos legislativos, reservas de áreas de destinação a atividade industrial e incentivos a atividade comercial e de serviços: “reservar as áreas necessárias para a implantação ou ampliação de investimentos no setor industrial” (artigo 5º, inciso IV do Plano Diretor) e “*incentivar [...] o desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços*” (artigo 5º, inciso III do Plano Diretor).

Conseqüentemente, o Distrito industrial instalado no final dos anos 1980, às margens da BR 101, em Palhoça recebeu muitos incentivos do poder público, trazendo vigor à economia do município, incentivando a expansão urbana nas suas proximidades. Durante a década de 1990, apenas no setor industrial palhocense os empregos formais tiveram um crescimento de 71,5%, conforme dados citados no trabalho de Will (2018).

Concomitante à expansão industrial no município nos anos 1990, o autor supracitado (2018, p. 3) coloca que a indústria da construção civil deu um grande salto devido à implantação do loteamento Pedra Branca, o loteamento Pagani, a criação da Unisul e a expansão de vários bairros e loteamentos. Isso ocorreu em parte em consequência do Plano Real, implementado em 1994 após sucessivas tentativas de governos anteriores de controlar a inflação.

Esse Plano beneficiou a indústria da construção civil, pois, ao controlar o processo hiperinflacionário que assolou os anos 1980 e início dos anos 1990, aumentou o poder de compra da população e assegurou um ambiente de tranquilidade macroeconômica permitindo um planejamento de médio e longo prazo das construtoras.

É preciso destacar ainda que esse contexto de tranquilidade e aumento do poder de compra instigou a elevação do fluxo de turistas para Florianópolis, contribuindo para o aumento da migração e, conseqüentemente, para ampliação da demanda por imóveis. Adicionalmente, o valor destinado aos financiamentos concedidos pela CEF entre 1996 e 1999 em São José e Palhoça teve um aumento de 409% e 449%, respectivamente, lançando um total de 51.978.492,00 de reais⁹⁰ na construção civil em ambos municípios, segundo dados citados no trabalho de Campos (2009, p. 139).

⁹⁰De acordo com valores atualizados em dezembro de 2020 pela calculadora do Banco Central do Brasil (disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?>, acesso em 31 dez. 2020) seria de R\$ 318.784.127,00.

Durante a década de 1990 o incremento populacional em São José e Palhoça foi de 25% e 50%, com taxas médias anuais de 3% e 6%, respectivamente. Isso evidencia tanto a continuidade da expansão urbana em ambos municípios, e especificamente, que essa expansão passa a ser mais intensa em Palhoça que em São José devido a maior de disponibilidade de terras baratas.

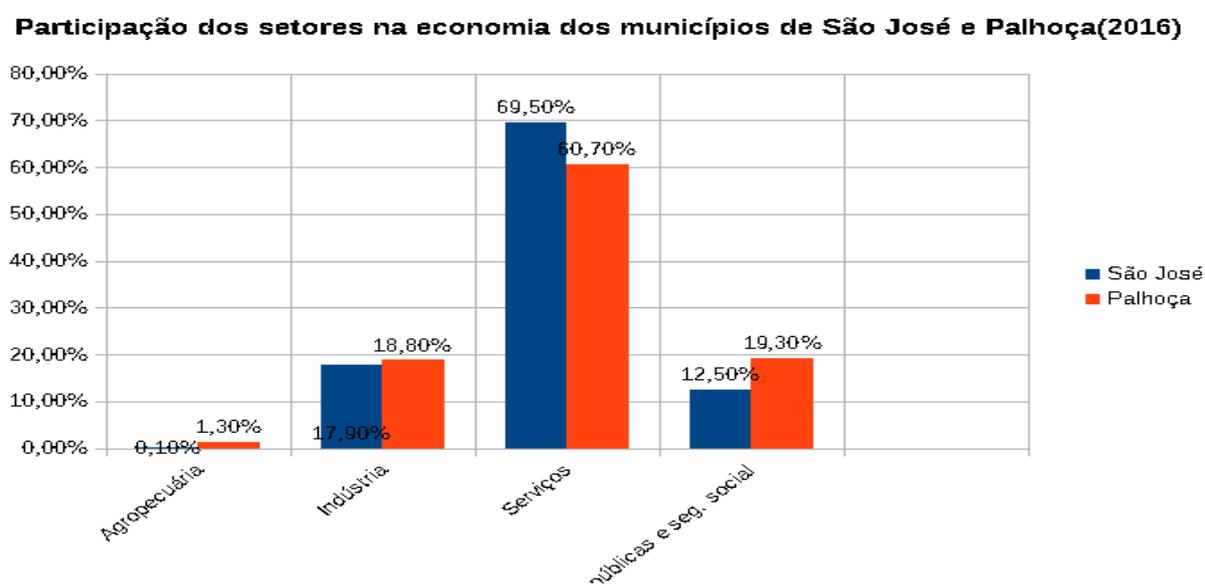
Em suma, nessa seção foi demonstrado que os núcleos urbanos de São José e Palhoça permaneceram desde sua fundação até início dos anos 1960 de pequena dimensão, haja vista, que suas atividades econômicas principais estavam assentes no setor primário ou secundário rudimentar, desenvolvidas em grande parte no meio rural. Estas visavam a atender à capital e ao planalto com bens primários ou manufaturas simples, através dos fluxos comerciais. Como estes fluxos realizavam-se por via marítima, a construção da ponte Hercílio Luz, nos anos 1920, acarretaram impactos socioeconômicos nesses núcleos. Por outro lado, a acessibilidade possibilitada pela construção da ponte e a valorização da porção central da ilha trouxeram valorização de áreas mais próximas como foi o caso do bairro do Estreito. Posteriormente, nos anos 1960 e 1970, uma série de investimentos públicos e privados, associadas a medidas político-institucionais contribuíram para o crescimento econômico e expansão urbana. Dessa forma, a mancha urbana vai sendo empurrada para áreas mais baratas em São José e Palhoça, principalmente ao longo das vias principais, formando um arco urbano, limitado por áreas de preservação ou elevações, tanto no sentido norte, em São José, quanto ao sul, em Palhoça. À medida que se expandia, o espaço urbano se fragmentou, produzindo áreas vazias sujeitas à especulação e a segregação pelo Capital imobiliário. Mesmo com as crises dos anos 1980 e 1990, o espaço urbano desses núcleos continuaram crescendo aceleradamente impulsionando a construção civil, o comércio e os serviços, que por sua vez alimentavam a expansão urbana.

3 – A DINÂMICA GEO URBANA DA ÁREA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS NO PERÍODO PÓS 2003 NOS MUNICÍPIOS DE SÃO JOSÉ E PALHOÇA

3.1 – O dinamismo econômico e as políticas públicas

As economias de São José e Palhoça estão entre as mais desenvolvidas e entre as dez que mais arrecadam tributos de Santa Catarina. Assentadas no setor terciário, principalmente, ambas possuem perfis similares conforme atestam dados de VAB (Valor Adicionado Bruto), divulgados pelo Sebrae (2016) e reelaborados no gráfico 3⁹¹:

Gráfico 3: Participação dos setores pelo VAB na economia de São José e Palhoça



Fonte: Elaborado pelo autor conforme dados coletados no site – www.sebrae.com.br

A atividade comercial está representada no setor de serviços nesse gráfico. Ainda na atividade terciária, as atividades de serviços públicos foram representadas à parte. Desse modo, se somarmos todas as atividades terciárias representadas nos dois municípios chegar-se-á a valores de cerca de 80% tanto no que se refere a VAB (gráfico 3) quanto na geração de empregos (gráfico 4 e 5). Cabe ainda destacar que a participação do setor terciário na economia josefense é maior (82%) que na de Palhoça

⁹¹ O “conceito de Valor Adicionado Bruto (VAB), que é utilizado como medida da riqueza social gerada em uma região ou país em determinado período. A definição do VAB é dada pela diferença entre o Valor Bruto de Produção (VBP) e o consumo intermediário (CI). Isto é, o valor de todas as mercadorias que entram na produção de outras mercadorias são descontados do valor total das mercadorias produzidas” (FARIA, 1983, p.109-110).

(80%). Essa elevada participação do setor terciário em ambos os municípios estão associados ao elevado grau de urbanização já demonstrado anteriormente.

Especialmente, a maioria dos estabelecimentos do comércio varejista, atacadista e do setor de serviços estão concentrados em alguns bairros e ao longo das principais vias do território palhocense e josefense, principalmente em bairros situados nas proximidades da BR 101.

Os empreendimentos dos setores produtivos em São José e Palhoça, conforme pode ser visualizado na tabela 2, abaixo, são em sua maioria de pequeno e médio porte, representando respectivamente 45% e 72,6% dos empregos locais. Daí se torna muito importante as políticas fiscais e creditícias, implementadas, principalmente ao nível municipal, haja vista sua importância na geração de emprego e renda locais e a grande vulnerabilidade a que estão sujeitos os pequenos negócios.

Tabela 2: Empresas e empregos em São José e Palhoça em 2016
Empresas e empregos por porte⁹²

Município	Micro				Pequenas				Médias				Grandes			
	Empresas	%	Empregos	%	Empresas	%	Empregos	%	Empresas	%	Empregos	%	Empresas	%	Empregos	%
São José	13.007	91,8 %	37.799	23,9 %	987	7%	33.318	21,1%	103	0,7%	13.418	8,5%	75	0,5 %	73.675	46,6 %
Palhoça	7682	93%	21.269	38,8 %	514	6,2%	18.542	33,8%	42	0,5%	6.210	11,3 %	23	0,3 %	8.768	16,0 %

Fonte: Adaptado dos dados citados no Caderno de Desenvolvimento do Sebrae, 2019

Por outro lado, em São José, apesar de as grandes e médias empresas serem em pequeno número de estabelecimentos (apenas 1,2% do total), elas geram mais da metade dos empregos locais (55,17%). Isso se explica pelo fato de a cidade terem algumas empresas de grande porte e importância econômica, como é o caso da Intelbras.

⁹² Segundo a Lei Complementar (LC) n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizada pela LC n.º 155, de 27 de outubro de 2016 –, são consideradas Microempresas aquelas que auferiram receita bruta inferior ou igual a R\$ 360 mil, Pequenas Empresas as que obtiveram receita de venda no mercado interno superior a R\$ 360 mil e inferior ou igual a R\$ 4,8 milhões, Empresas Médias as que obtiveram receita de venda no mercado interno superior a R\$ 4,8 milhões e inferior ou igual a R\$ 300 milhões e são consideradas Grandes Empresas as que obtiveram receita de venda no mercado interno superior a R\$ 300 milhões.

Diferentemente do que ocorre em Palhoça onde as grandes e médias empresas são responsáveis por 27,3% dos empregos.

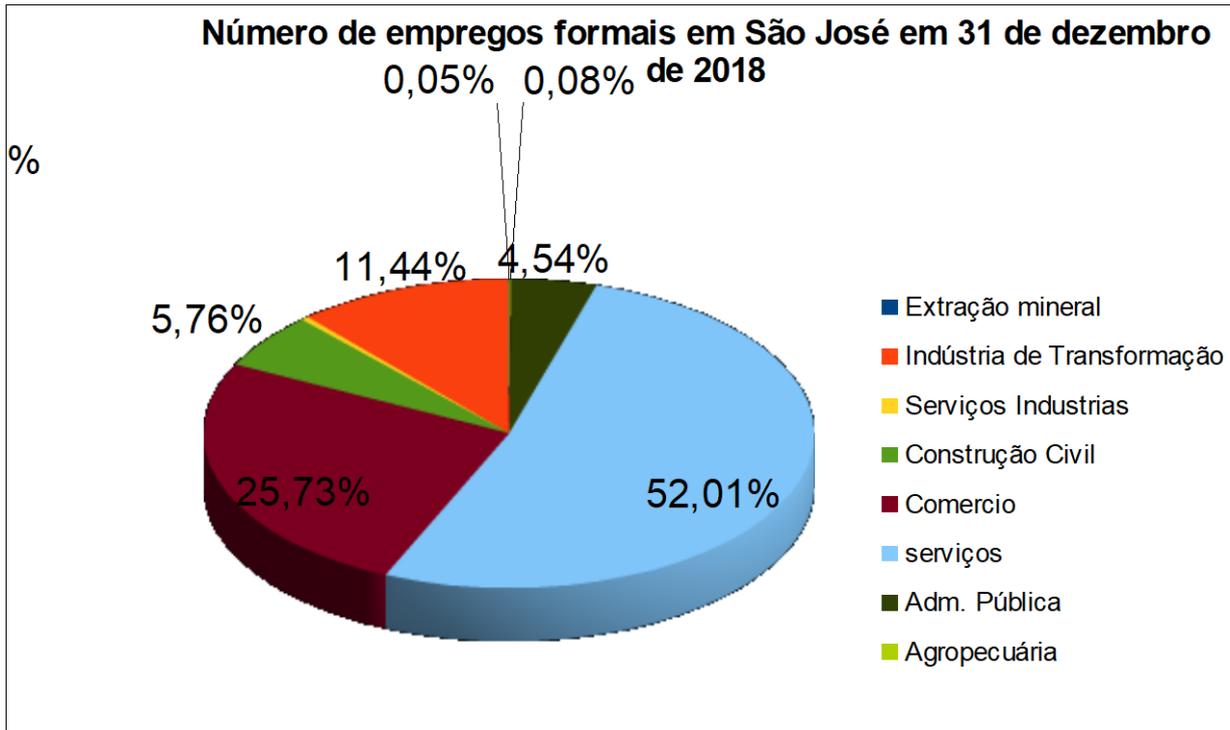
A economia josefense, desde os anos 1970, vem se desenvolvendo fortemente nos setores do comércio e serviços, nos bairros do Kobrasol, Campinas e Barreiros. Enquanto em Palhoça, há uma grande concentração da atividade terciária ao longo da BR 101, englobando vários bairros: Centro, Ponte do Maruim, Passa Vinte, dentre outros. Somente nos últimos 10 anos, várias lojas do comércio atacadista inauguraram lojas ao longo dessa via em Palhoça e São José, dentre elas o Forte Atacadista (5 lojas), JCM (2 lojas), Combo (1 loja), Líder (1 loja), Taf (1 loja) e inúmeras do comércio varejista.

Já a atividade primária, em ambos municípios, é praticamente insignificante na participação do Valor Adicionado Bruto (gráfico 3) e na geração de empregos diretos (gráficos 4 e 5). A redução da participação desse setor está devidamente atrelada à expansão urbana, à medida que cada vez mais áreas antes dedicadas a agricultura e pecuária são apropriadas pelo Capital imobiliário.

Segundo Espíndola (2020), há uma expulsão populacional dos municípios menores da Mesorregião de Florianópolis, principalmente para a área conurbada da mesma para servir de mão de obra para a construção civil e outros serviços. Dessa forma, São José e Palhoça vão perdendo áreas antes dedicadas a agricultura para a urbanização.

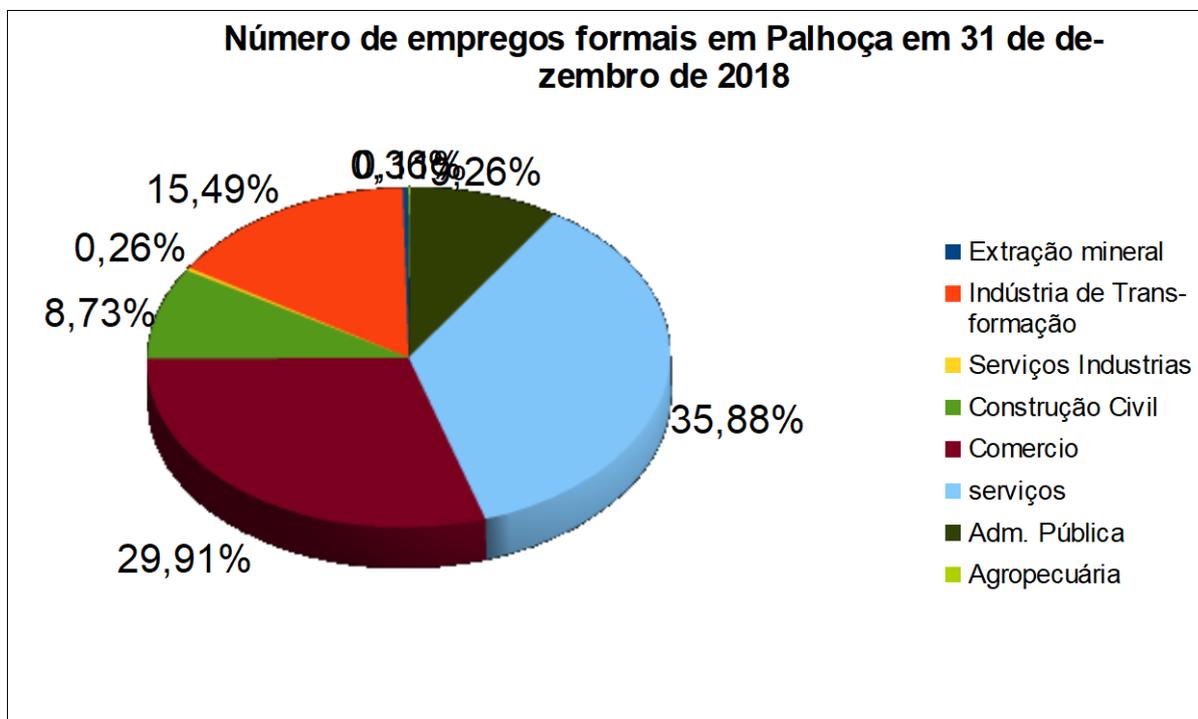
De acordo com dados do IBGE referentes aos anos de 1999 e 2017 nos municípios de São José e Palhoça, a participação da agropecuária no PIB reduziu de 0,39% para 0,12% e 3,05% para 1,4%, respectivamente. Percebe-se que a redução dessa participação foi maior em São José que em Palhoça, acompanhando a velocidade da expansão urbana horizontal.

Gráfico 4: número de empregos formais em São José em 31 de dezembro de 2018



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Ministério do Trabalho e emprego, 2020

Gráfico 5: número de empregos formais em Palhoça em 31 de dezembro de 2018



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Ministério do Trabalho e emprego, 2020

Além do setor terciário, há uma importância considerável do secundário para a economia desses municípios, sendo seus setores industriais bastante diversificados. Contudo, como já mencionado anteriormente, a proporção dessa diversificação é maior e histórica em São José, uma vez que a implantação do Distrito trouxe uma reorganização e intensificação da sua atividade industrial já existente. Atualmente, dadas as grandes vantagens de localização, custo e incentivos governamentais em se instalar em São José e Palhoça, os parques industriais de ambos vêm atraindo cada vez mais investimentos, diversificando ainda mais esse setor.

O setor secundário possui uma representatividade maior no município de São José que em Palhoça no VAB (gráfico 3, acima). Mas, na geração de emprego (gráfico 4 e 5), o município de Palhoça se sobressai, relativamente. Essa discrepância pode estar ligada ao fato de que em Palhoça há indústrias intensivas em trabalho, como são as do segmento de móveis, enquanto em São José, são mais intensivas em capital, como a Intelbrás, Sessa Marine, dentre outras.

Com 1401 indústrias de transformação, o parque josefense emprega 11.652 trabalhadores, de acordo com dados do CAGED(jan./2019). O número de empregados cresceu nos últimos 23 anos 174,3%, passando de 4.247 em 1995 a 11.652 em jan./2019, segundo dados do CAGED/RAIS. Apesar de diversificada, os setores que mais se destacam na indústria de transformação são: metalurgia, embalagens plásticas, embarcações, eletrônicos de telefonia e segurança, alimentícios, mecânica, automação e equipamentos de sinalização rodoviária e de construção civil.

Os produtos industrializados produzidos por indústrias josefenses não atende somente à demanda local, mas ultrapassa as fronteiras estaduais e a nacional, chegando a diversos países. São exemplos de empresas josefenses a se destacar:

A C-Pack Creative Packaking S/A iniciou suas atividades no ano de 2002 no bairro Sertão do Maruim. Empresa de porte médio e genuinamente josefense, desde o início se dedicou a investir em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos. Hoje é líder no mercado latino-americano de embalagens plásticas, atendendo às marcas de cosméticos Johnson & Johnson, Natura, O Boticário, Água de Cheiro e L'oreal. Em 2018, ela faturou mais de R\$ 200 milhões⁹³ e exportou seus produtos para diversos países. Suas duas unidades produtivas (São José e São Paulo) são muito automatizadas e, atualmente, investem no desenvolvimento de produtos eco sustentável. É pioneira no uso

⁹³cf. consta no site: www.ndmais.com.br

de polietileno verde proveniente da cana-de-açúcar e possui sistemas de captação de água das chuvas, tratamento de esgoto e uso de claraboias para redução em até 50% no uso de energia elétrica. Todas essas estratégias objetivam alcançar mercados mais exigentes como o europeu.

Outra empresa genuinamente josefense com grande destaque nacional e internacional é a Intelbras S/A Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, fundada em 1976. Com quatro unidades no Brasil, sendo duas em São José, contou com um faturamento de R\$ 1,8 bilhão em 2018⁹⁴, sendo a maior empresa josefense. Atua na produção de telefones com e sem fio, centrais telefônicas e alarmes residenciais, exportando para mais de 20 países. Possui certificações ambientais ISO 14001 e 9001 e centro de P&D, além de ter abertos escritórios no México e na China para amplificar suas relações com os fornecedores e acesso ao mercado desses países. Recentemente, associou-se a gigante chinesa de segurança eletrônica e videomonitoramento Dahua Technology – visando impulsionar a inovação e a troca de tecnologia para o desenvolvimento de novos produtos e se tornar líder no mercado brasileiro da segurança eletrônica.

Criada em 1997, a More Sinalização e Construção Ltda está sediada no bairro de Forquilhas e atua no ramo de sinalização viária e pinturas de rodovias, ciclovias e heliportos. Empregando 100 funcionários e com um faturamento de cerca de R\$ 20 milhões (2018)⁹⁵, atende a diversos estados da federação como Acre, Rio de Janeiro, Mato Grosso e São Paulo.

Há ainda uma infinidade de outras empresas, cujos produtos estão presentes em nosso dia a dia que são produzidos em território josefense. De produtos de higiene pessoal (Cottonbaby) a produtos alimentícios (Wickbold, Nutrebem), o parque industrial josefense se caracteriza pela diversificação e pelo predomínio de empresas de porte pequeno e médio.

Espacialmente, o setor industrial em São José está concentrado no bairro Fazenda Santo Antônio, às margens da BR 101, e em Barreiros (antigo distrito industrial). Além disso, há dois centros empresariais, um localizado no bairro do Sertão do Maruim⁹⁶

⁹⁴cf. consta no site: www.istoedinheiro.com.br

⁹⁵cf. consta no site www.more-sc.com.br

⁹⁶O Centro Empresarial do Sertão do Maruim, foi regulamentado pela lei n.º 3.780/ 01, ocupa uma área de 115.000 m² e é destinado às indústrias de maior porte. Estas de acordo com a referida lei terá acesso às áreas através de contrato de concessão de direito real de uso com a opção para adquirir através de valores abaixo do mercado.

e o outro no bairro Forquilhas⁹⁷. Pode-se afirmar, desse modo, que a localização desses centros nas proximidades das duas rodovias principais (BR 101 e SC 281) se explica pelo acesso aos centros de consumo e aos principais portos de Santa Catarina.

No que diz respeito a Palhoça, seu parque fabril (exceto da construção civil) tem crescido de modo intenso nos últimos 18 anos. De acordo com dados da RAIS (2000) e CAGED (jan./2019), o número de estabelecimentos aumentou 370,3%, passando de 219 em 2000 para 1.030 em jan./2019 e o de empregados teve um acréscimo de 272%, passando de 1.736 em 2000 para 6.456 em jan./2019. Isso se explica devido ao contexto nacional de políticas macroeconômicas positivas ao crescimento, aliado às políticas fiscais e creditícias nos três níveis federativos.

As indústrias palhocenses estão concentradas ao longo das duas rodovias federais que cortam o município, a BR 101 e a BR 282, pelos mesmos motivos listados em relação às indústrias josefenses: acessibilidade aos portos e ao mercado de consumo, políticas fiscais e creditícias.

Muitos produtos que os catarinenses consomem no dia a dia provém das instalações fabris palhocenses. À semelhança de São José, Palhoça possui grandes destaques locais e quiçá nacionais, aos quais podem ser citados:

A Komeco, nascida em 1992, atua na produção de ar-condicionado, aquecedores de água a gás e a energia solar, bombas, pressurizadores, humificadores e desumificadores de ar. Com sede em Palhoça, na Praia de Fora, às margens da BR 101 onde também fica o centro de P&D, conta com uma fábrica na Zona Franca de Manaus e um faturamento de cerca de R\$ 1 bilhão de reais, tendo 3.000 funcionários em 2018.⁹⁸

Outra empresa com grande notoriedade nacional que nasceu em Palhoça em 1987 foi a Ventisol. Ela começou seus trabalhos como uma pequena oficina de motores elétricos e hoje possui três unidades: a matriz no bairro Bela Vista, em Palhoça, a qual previa em 2018 um faturamento de R\$ 423 milhões⁹⁹, uma unidade em Manaus e a outra em Vitória de Santo Antão em Pernambuco. Conta com 240 empregados no total, além de 600 empregados indiretos. Atualmente, produz ventiladores, aquecedores, climatizadores, exaustores e umidificadores, atendendo o mercado brasileiro e exportando para países da

⁹⁷O Centro empresarial de Forquilhas foi regulamentado pela lei n.º 3.654/ 01 e inaugurado no ano de 2003, possui 130.440 m², divididos em 37 lotes de vários tamanhos, permitindo a implantação de diversos segmentos, além de área reservada para empresas de apoio, como cozinha e restaurante, formação de mão de obra, entre outros. De acordo com a lei que regulamentou, a empresa adquiri o lote através de contrato de venda com preços abaixo do mercado.

⁹⁸cf. consta no site: www.komeco.com.br

⁹⁹cf. consta no site: www.sc.gov.br

América do Sul e África. Assim como a sua concorrente, a Komeco, investe intensivamente em P&D.

Há ainda outros exemplos de empresas de renome nacional e internacional que produzem artigos presentes no nosso cotidiano e que nasceram ou possuem unidades produtivas em Palhoça: Schaeffer Yachts, Labellamafia, Welle Laser technology, Essentia Pharma, Olsen, dentre outras.

De acordo com o trabalho de Rosa (2007), um setor que se desenvolveu muito foi o moveleiro. Estas indústrias começaram a se instalar no município no final dos anos 1980, como a Formaplas e a Formanova, dedicando-se à fabricação de móveis sob medida ou padronizados e atendendo o mercado local, nacional e internacional.

As empresas desse setor estão organizadas em APL¹⁰⁰, haja vista possuem articulações com seus fornecedores que, em grande parte, se situam nas imediações e contam com o auxílio do Sebrae para ampliar o mercado para seus produtos e acessar o mercado externo.

Como esse setor tem muitos concorrentes de outras localidades e de outros estados, muitas trabalham de maneira flexível com móveis sob medida ou com segmentos diferenciados de renda, como era o caso da já citada Formaplas que trabalhava com móveis planejados de alto padrão. Estas indústrias estão concentradas nos bairros do Jardim Eldorado e Passa Vinte, nas proximidades da BR 101. Dados do CAGED referentes a jan./2019 constam 212 estabelecimentos que trabalham diretamente na fabricação de móveis, empregando 660 funcionários no município de Palhoça. São majoritariamente empresas de pequeno porte, intensivas em trabalho, com pouco nível tecnológico, haja vista o pouco capital disponível para investir em máquinas.

Além dos setores industriais Josefenses e palhocenses citados anteriormente, há que se destacar a grande contribuição do setor da construção civil para a geração de empregos, renda e expansão urbana, haja vista que ser um setor intensivo em trabalho. Segundo dados do CAGED, em 31 de dezembro de 2018, o setor representava cerca de 26% e 10% na geração de empregos em São José e Palhoça, respectivamente.

Segundo Will (2016), no período de 2000-2015, período com taxas elevadas de crescimento econômico e ampliação das concessões de financiamentos habitacionais, o

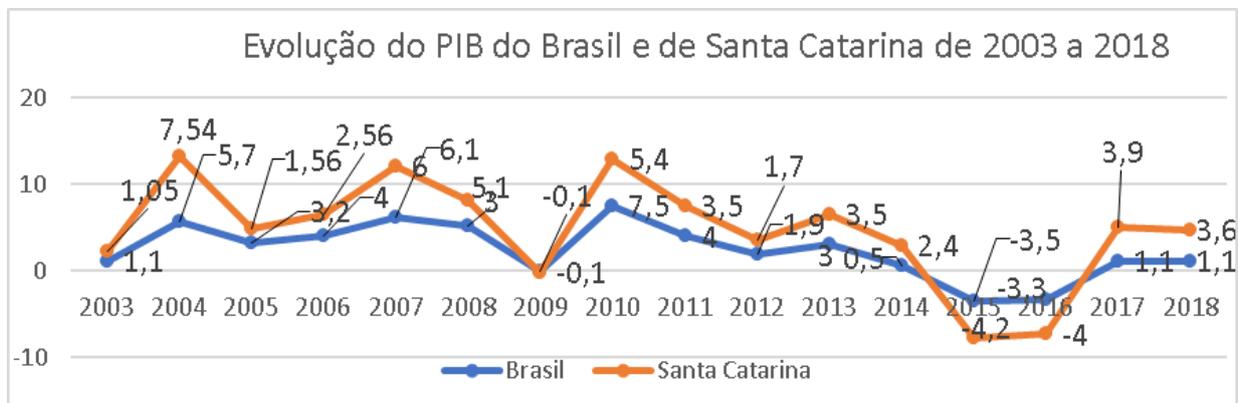
¹⁰⁰Uma APL – Arranjo Produtivo Local – “são aglomerações de empresas e empreendimentos, localizados em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva, algum tipo de governança e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa”, segundo o site: <http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/arranjos-produtivos-locais>.

setor da construção civil em Palhoça teve uma variação positiva no setor de 184% na geração de empregos e 425% no número de estabelecimentos criados.

A dinâmica econômica de São José e Palhoça estão relacionadas direta ou indiretamente às políticas públicas implementadas nos três entes federativos e ao contexto nacional e internacional, o qual passou por grandes transformações no início do milênio. Durante a primeira década dos anos 2000 até 2014, houve uma grande ascensão econômica de potências globais. Nos governos de Lula (2003 – 2010) e no primeiro mandato de Dilma (2011-2014), a economia brasileira cresceu devido, principalmente, a grande demanda por commodities, sobretudo pela China, combinado a políticas de distribuição de renda (Fome Zero, Bolsa Família), fiscais, de expansão do crédito (ampliação do mercado interno – 45% do PIB em 2010) e elevação do salário-mínimo:

Para além destas tendências gerais, do cenário internacional favorável e das boas condições macroeconômicas, foram quatro os principais determinantes específicos da “criação” de um mercado de consumo de massas no Brasil – nem todos devidamente reconhecidos no debate público brasileiro: políticas de transferência de renda; o sistema de proteção social; a política de valorização do salário-mínimo; algumas transformações; e o bom comportamento do mercado de trabalho durante o período. Interagindo com esses processos, mas também respondendo a outros fatores, a expansão do crédito interno também desempenhou papel importante.” (BIANCARELLI, 2014, p.15)

Nesse contexto macroeconômico favorável dos anos 2000, a economia brasileira superou o crescimento da década anterior (41,2% contra 29,3% de expansão do PIB). Nesse período, tivemos somente o ano de 2009 com forte retração econômica, devido à crise imobiliária dos EUA em 2008. Porém, políticas federais visando a expansão do mercado interno trouxeram uma intensa recuperação econômica nos anos 2010. Simultaneamente a esse bom desempenho, a economia catarinense cresceu a taxas superiores à economia nacional, conforme pode ser observado no gráfico 6 logo abaixo.

Gráfico 6: Evolução do PIB do Brasil e de Santa Catarina de 2003 a 2018

Fonte: elaborado de acordo com dados dos sites: <https://www.sebrae.com.br/>; <https://www.ibge.gov.br>

O bom dinamismo da economia catarinense se deve ao contexto macroeconômico nacional e internacional favorável (forte expansão da demanda interna e externa, principalmente) aliado às políticas fiscais federais e estaduais. De acordo com o gráfico acima, mesmo após 2010, a economia catarinense continuou crescendo mais do que a economia nacional. No entanto, esse crescimento vinha se desacelerando desde então, chegando a entrar em estagnação em 2015 e 2016.

As políticas de incentivos fiscais federais e estaduais desse período contribuíram sobremaneira para alavancar o crescimento econômico do país e de Santa Catarina. Especificamente aqui, em Santa Catarina, são exemplos profícuos de estímulos ao investimento e crescimento econômico o PRODEC – Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense e o Pró-emprego.

Esses dois programas de incentivo à indústria, ao comércio e aos serviços estimularam a implantação e expansão de empreendimentos, além da geração de empregos com impactos significativos sobre a economia joiefense e palhocense. De acordo com a SDS/SC (Secretaria de Desenvolvimento Social de Santa Catarina), desde quando foram criados o PRODEC, em 1998, e o Pró-emprego, em 2007, já investiram mais de R\$ 15 bilhões de reais na economia catarinense, gerando mais de 100 mil empregos diretos, segundo a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina - SEF/SC (2018).

Além das políticas fiscais e creditícias positivas, os empreendedores e a população em geral de São José e Palhoça contaram também com políticas locais de estímulos ao empreendedorismo e à geração de empregos, juntamente ao valor reduzido dos terrenos industriais, ainda mais o segundo município. Nessa conjuntura favorável ao investimento, as economias locais tiveram um crescimento significativo à semelhança da nacional e estadual conforme se pode observar pela tabela 3, abaixo.

Tabela 3: Evolução do PIB em São José e Palhoça de 2003 a 2017

Evolução do PIB de São José e Palhoça de 2003 a 2017		
Ano	PIB (valores em reais X 1000)	
	São José	Palhoça
2003	1.833.249,00	586.851,00
2004	2.241.117,00	641.321,00
2005	2.445.252,00	755.617,00
2006	2.939.814,00	995.849,00
2007	3.219.963,00	1.091.073,00
2008	4.096.185,00	1.468.577,00
2009	4.351.830,00	1.688.279,00
2010	5.115.255,00	2.034.540,00
2011	6.043.045,00	2.565.973,00
2012	6.491.228,00	2.517.056,00
2013	7.661.755,00	3.990.380,00
2014	8.720.750,59	4.694.889,00
2015	9.102.994,37	5.104.685,00
2016	9.903.953,74	4.377.574,00
2017	10.131.012,59	4.832.014,63

Fonte: elaborado de acordo com dados coletados nos sites: <https://www.sebrae.com.br/>;
<https://www.ibge.gov.br>

Conforme o gráfico acima, no período de 2003 a 2015, o Produto Interno Bruto de São José e Palhoça variou positivamente em cerca de 400% e 800%, respectivamente. Enquanto a economia josefense quadruplicou, a de Palhoça octuplicou. No mesmo período a economia da capital variou positivamente apenas 2 vezes e meia (conforme IBGE), variação muito aquém dos municípios do entorno. Esse dinamismo da economia local na maior parte dessas duas últimas décadas se deve ao mencionado contexto internacional, nacional e estadual, positivos, mas também às políticas locais de estímulo econômico.

Nos anos 1970, como já foi mencionado, as indústrias que se instalassem em São José (privadas, estatais ou de economia mista) seriam isentas de impostos municipais por cinco anos. A lei n.º 1224/79 concedia isenções para empresas sem congêneres e com mais de 60 empregados para que se instalassem. Isso ocorreu logo após os trâmites legais para implantação do Distrito Industrial a partir de 1977. Além disso, as empresas que decidissem se instalar fariam jus ao uso da área onde se situava, por meio do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso.¹⁰¹ Mais tarde, em 1994, a lei n.º 2654 foi ampliada, concedendo desapropriação em áreas adjacentes para a instalação de indústrias sem similares no município, através do mesmo contrato. Houve ainda a criação de outro Distrito Industrial às margens da SC 281, o que reforça uma intencionalidade do poder municipal em desenvolver o interior do município, em direção a São Pedro de Alcântara.

Outras políticas locais de desenvolvimento, que foram tecidas ainda nas últimas décadas do século XX foram importantes e precursoras do atual crescimento do município. Dentre elas, a concessão de isenção de IPTU, ISS e emolumentos por 10 anos à instalação de shoppings centers na cidade pela lei n.º 1312/80. Decorrente disso, instalou-se, em 1982, o Shopping Itaguaçu, às margens da BR 101 e Via Expressa (BR 282).

Nos últimos anos, novas medidas fiscais foram implementadas que estimulam o desenvolvimento no município. Em 2010, através da lei complementar n.º 47, foi instituída isenção de ISS por 1 ano a empresas de equipamentos hospitalares que se instalassem no município, gerassem pelo menos 200 empregos e doassem, pelo menos, dois aparelhos de diagnóstico médico. Em 2013, com a lei n.º 5357, foram concedidas

¹⁰¹Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – segundo o site: www.jusbrasil.com.br é um contrato que tem como objeto a transferência da utilização de terreno público ao particular, como direito real resolúvel, para fins específicos. É resolúvel, pois, a qualquer tempo a administração pública poderá retomar o bem concedido.

reduções de ISS e ITBI¹⁰², além de isenções de IPTU e de taxas de fiscalização por 10 anos a entrepostos comerciais que se instalassem e gerassem, pelo menos, 1000 empregos, diretos e indiretos, cujas contratações se efetuassem, preferencialmente, em São José.

É evidente que empresas de qualquer ramo da atividade econômica não tomam decisões de se estabelecerem em determinados lugares baseados somente em incentivos fiscais. Há outros fatores que fazem parte dessas decisões, como os infraestruturais, existência de mão de obra com as qualificações necessárias, mercado de consumo, a existência de empresas afins e redes de serviços, concorrentes diretos, instituições de ciência e tecnologia, além da proximidade e facilidade de acesso às matérias-primas. Isso não quer dizer que todos esses aspectos são considerados ao mesmo tempo, e por todas as empresas, mas que são fatores que produzem um “ambiente adequado” a instalação.

As isenções para as empresas passam a significar uma grande vantagem quando outros fatores estão presentes. Ao usar essa estratégia de renúncia fiscal, o município busca se desenvolver, gerando indiretamente mais arrecadação e empregos a sua população. Existem, ainda, interesses não aparentes que estão representados direta ou indiretamente no poder municipal com propósitos específicos, ao se promover o fortalecimento de certas áreas em detrimento de outras, de certos ramos dentre outros.

Já em Palhoça, diversas políticas fiscais foram implementadas nestas duas últimas décadas, objetivando o desenvolvimento econômico e a geração de empregos. Dentre elas se destacam o PROMICRO – Programa de Incentivos aos Micro e Pequenos Negócios, PRODEP – Programa de Fomento econômico e incentivos fiscais, o Inova Palhoça, a Nota Fiscal Palhocense e o Acelera Palhoça.

Em maio de 2006, foi criado pela lei complementar n.º 39 o Promicro, um programa destinado a incentivar os micros e pequenos negócios, prevendo desde a concessão de espaços a isenções fiscais. Essas categorias de negócios têm recebido atenção do poder público municipal, haja vista o seu peso na economia quanto à geração de empregos. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego citados no caderno

¹⁰²De acordo com a Constituição de 1988, o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI: I – não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil; II – compete ao Município da situação do bem.

de desenvolvimento do Sebrae, as Micro e Pequenas empresas representavam, em 2016, 72,6% das novas contratações e 99,2% das empresas abertas.

Criado pela lei n.º 2.460 de outubro de 2006, o PRODEP dá descontos de até 80% em impostos municipais (IPTU, ISS, ITBI) às empresas certificadas no ramo industrial, comercial e de serviços. A intenção é estimular a abertura de novos empreendimentos e ampliação dos que já existem. Muitas empresas de destaque nacional e internacional se instalaram no município como Labellamafia, Welle Laser technology, Essenthia Pharma e Flex Contact Center. De acordo com a prefeitura de Palhoça, esse programa já produziu investimentos de mais de R\$ 1 bilhão¹⁰³ de reais ao município.

O Inova Palhoça¹⁰⁴ foi criado pela lei n.º 4.293 de 29 de setembro de 2015 com o objetivo de atrair e manter investimentos em empresas de tecnologia e inovação. Concede créditos de impostos municipais a empresas que investirem em ciência, tecnologia e prestação de serviços. Além disso, cria um fundo municipal de inovação, que é pioneiro em Santa Catarina, com a finalidade de investir em empresas inovadoras. Esse programa faz parte da estratégia do governo municipal em atrair milhões de reais para o investimento em inovação na região metropolitana.

Um exemplo do estímulo à inovação foi a criação do aplicativo Repasse – que intermedeia a revenda de veículos seminovos entre pequenas, grandes lojas e o consumidor final. No ano passado, 2018, esse aplicativo movimentou 700 milhões de reais no país e vendeu cerca de 20 mil veículos.

Além desse programa de estímulos e investimentos, o fato de a prefeitura desburocratizar a abertura de empresas (um empreendimento leva apenas 1 dia para ser aberto) e de ter quatro instituições de ensino superior, formando mão de obra qualificada, faz de Palhoça o município mais atrativo ao empreendedorismo na região metropolitana. Números recentes atestam isso: no primeiro semestre deste ano, 2019, o número de empresas abertas em Palhoça chega a 22 mil e 43.323 novos empregos.

A Nota Fiscal Palhocense é outro fomento à economia municipal. Criada pela lei complementar n.º 192 de 10 de abril de 2015, concede descontos de até 75% no IPTU ou dão o direito aos contribuintes de participarem em sorteios de prêmios pela loteria federal.

¹⁰³Dados da Associação Comercial e Industrial de Palhoça - ACIP.

¹⁰⁴Antes mesmo de ser lançado o Inova Palhoça, em 2010, uma parceria entre a Prefeitura, a Unisul, Acip e o Grupo Pedra Branca, lança o Parque Tecnológico Pedra Branca, no Bairro do mesmo nome, cujo objetivo é promover o desenvolvimento econômico e tecnológico e ainda colocar o município na rota da inovação em Santa Catarina.

A estratégia do Paço municipal é aumentar a arrecadação sem elevar impostos e, com isso, ainda diminuir a sonegação fiscal. Parte da arrecadação da Nota Fiscal Palhocense vai para o FMIP – Fundo Municipal de Inovação de Palhoça, que vai possibilitar o aumento de linhas de crédito para empresas que investem em inovação por meio do BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e pelo BADESC – Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

E, por fim, o Programa Acelera Palhoça, um pacote de investimentos municipais de mais de R\$ 50 milhões de reais¹⁰⁵ em obras e projetos de infraestrutura, objetivando a melhoria da mobilidade¹⁰⁶ no município. Lançado em 2018, o programa prevê mais 500 pavimentações asfálticas, obra de drenagem, padronização de calçadas e corredores para ônibus em diversos bairros. Também faz parte desse programa a revitalização de espaços públicos, parques e arenas esportivas com novas áreas de lazer como praças, quadras de areia, grama sintética e pistas de skate. Além disso, na saúde, está em andamento o projeto executivo para construção de três novas unidades básicas, como a do bairro Caminho Novo, que está com a obra prevista para a entrega no início de 2020. Na educação, foram realizadas reformas e ampliações de escolas e creches, assim como de suas quadras esportivas.

Esses investimentos e políticas fiscais favoráveis associadas à localização estratégica do município (nas proximidades da BR 101 e BR 282, a 10 minutos da capital e a apenas 1 hora de dois portos importantes do Estado, Itajaí ao norte e Imbituba ao sul), a grande abundância de áreas vazias e de baixo custo, além de ter instituições formadoras de mão de obra qualificada contribuem para que cada vez mais empresas abram suas unidades em Palhoça e/ou se transfiram de áreas mais valorizadas como Florianópolis, por exemplo, empresas tais quais a Welle Laser e a Neoprospecta.

Em 2009, o grupo Toposolo investiu R\$ 55 milhões¹⁰⁷ de reais na consecução de seu projeto em Palhoça, o Firenze Business Park, às margens da BR 101, próximo ao entroncamento com a BR 282, no bairro Pachecos, como pode ser visualizado na figura 7. Tal empreendimento é um condomínio logístico, ou seja, voltado à venda de lotes para a instalação de empresas comerciais ou industriais, com vistas ao armazenamento de

¹⁰⁵cf. notícia do jornal “O Palhocense” na internet: www.palhocense.com.br

¹⁰⁶ A mobilidade segundo Levy (2000, p. 1) apud Paese (2015, p. 21) é definido como “a relação social ligada à mudança de lugar, isto é, como o conjunto de modalidades pelas quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade de eles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares”. De acordo com esta definição a mobilidade não é um simples deslocamento, pois, o cotidiano urbano envolve a existência de vários lugares que estão inter-relacionados.

¹⁰⁷cf. notícia divulgada no site: www.nsctotal.com.br

cargas para sua posterior distribuição. São diversos depósitos instalados estrategicamente às margens de duas vias federais, de modo a permitir o rápido escoamento de seus produtos, evitando assim a perda de tempo em congestionamentos diários nas cidades e a redução dos custos de armazenagem.

“[...] uma empresa é indústria que manufacture algum produto, é interessante que o galpão de armazenagem de peças ou insumos esteja localizado o mais próximo possível da fábrica. A estrutura seria responsável tanto por armazenar suprimentos necessários às atividades da fábrica como para o estoque dos produtos acabados para a distribuição logística, garantindo agilidade das operações e redução de custos”. (Mariante, 2017, p. 68)

Figura 7: vista aérea do Firenze Business Park, bairro Pachecos, Palhoça



Fonte: <https://www.firenzemultiurbanismo.com.br/>

A lógica é a eficiência e, com isso, a redução de custos. Esse empreendimento conta hoje com lotes comerciais ou industriais com infraestrutura de drenagem pluvial, rede de água, de energia elétrica, de esgoto, linhas de ônibus, pavimentação asfáltica, tratamento de esgoto, área institucional e área verde. Cada vez mais as empresas industriais ou de comércio estão buscando se instalar nos condomínios logísticos, devido

às grandes vantagens em relação às instalações isoladas. Há diversos fatores que levam as empresas desses setores a fazerem essa escolha.

Primeiramente isso ocorre devido a fatores econômicos: o valor das despesas de manutenção das operações, que segundo uma simulação do Centro Mega Logístico de Itajaí, chega a cerca de três vezes menos do que a instalação individual. Além disso, os investimentos públicos realizados no município aceleram o desenvolvimento econômico e, com isso, ampliam a demanda. Por isso, muitas empresas vem se instalando no Firenze, podendo gozar, até mesmo, de benefícios fiscais concedidos pelo programa Inova Palhoça, sendo que no caso de aluguel tem isenção de imposto de renda.

Secundariamente são importantes os fatores técnico-operacionais: compartilhamento de recursos entre os empreendimentos para reduzir custos, o que traz maior segurança em relação a estar situado de forma isolada, dado que toda a infraestrutura já está pronta.

Ainda é necessário apontar que a forte valorização imobiliária em Florianópolis e nas centralidades dos municípios do entorno aliado às necessidades de ter áreas cada vez maiores para atender o crescimento da demanda, decorrente da urbanização acelerada, está impelindo as empresas a se instalarem seus depósitos em Palhoça e São José. Esses dois municípios possuem terrenos comerciais e industriais, que chegam a ser muito mais baratos do que nas áreas centrais da região metropolitana, além de haver ainda uma grande disponibilidade de áreas vazias potencialmente urbanizáveis, às margens da BR 101 e da BR 282.

Há uma infinidade de empresas que já se instalaram no Firenze: Cervejaria Petrópolis (cerveja), Gaparetto Peças (autopeças), Odapel (autopeças), Trazpraca (presentes), Mercury Marine (peças náuticas e acessórios), Metalúrgica MC (equipamentos rodoviários), Labellamafia (roupas, acessórios e calçados esportivos), Pneutic Tipler (artefatos de borracha), dentre outras. Seja no Firenze, ou em outra área do município, empresas aproveitam o custo relativamente baixo da localidade para instalar seus depósitos. Outro exemplo que merece ser mencionado por escolher Palhoça como seu centro de distribuição da região metropolitana é a maior cervejaria do Brasil, a Ambev, que fica no bairro do Passa Vinte, às margens da BR 101.

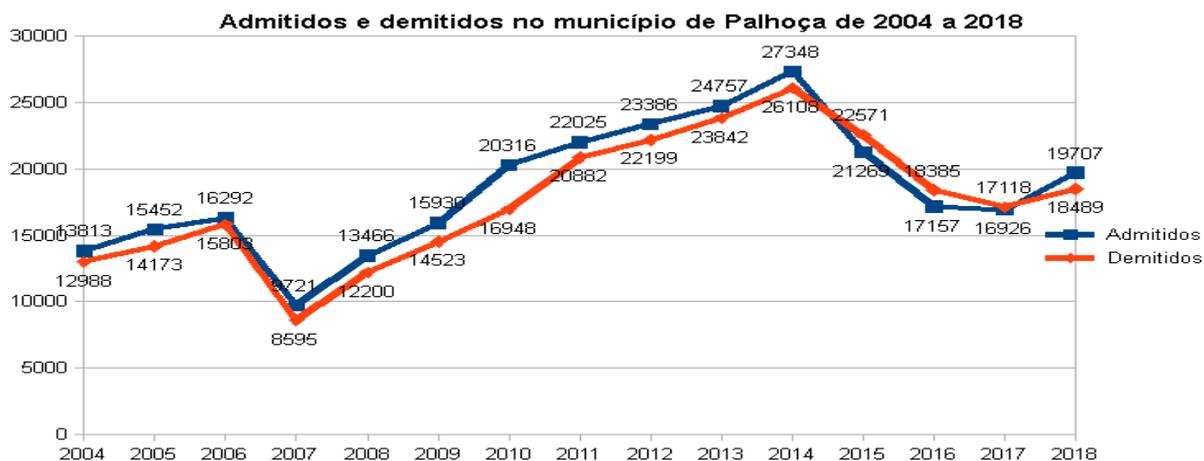
Conseqüentemente, chega a ser considerada uma das cidades que mais gera empregos formais em Santa Catarina. Segundo dados do CAGED, chegou a assumir a quarta colocação em 2018 dentre as cidades catarinenses que mais geraram contratações formais, registrando um saldo entre admissões e demissões de 1.218

empregos e ficando à frente de cidades mais industrializadas como Criciúma (1.080 empregos) e Blumenau (1.027 empregos).

Outro dado que evidencia a dinamicidade da economia palhocense, principalmente por conta da atuação do poder público municipal, diz respeito ao crescimento da abertura de microempresas. De acordo com dados do Sebrae de 2014 a 2018, os microempreendedores passaram de 4.377 a 9.632, um aumento de 120% em apenas 4 anos. Percebe-se, assim, que a atuação do Estado se torna imprescindível para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento econômico local visando a geração de emprego e renda.

De acordo com o gráfico 7, abaixo, na maior parte do período registrado, o saldo entre admissões e demissões se manteve positivo no município de Palhoça. Mesmo no ano bastante crítico para a economia nacional e estadual como foi 2009, o saldo continuou positivo. Apenas nos três anos mais críticos, 2015, 2016 e 2017, o saldo ficou negativo. Mas como já mencionado, em 2018, o CAGED apontou uma relativa recuperação da economia palhocense.

Gráfico 7: Evolução do número de admitidos e demitidos na economia palhocense de 2004 a 2018



Fonte: Elaborado de acordo com dados coletados no site do Ministério do Trabalho - http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php

No entanto, esse ambiente favorável ao crescimento e à geração de empregos começou a mudar a partir de 2013. A desaceleração da economia mundial, em especial da chinesa, somada a uma série de equívocos na condução da política econômica nacional (aumento na taxa de juros, redução de investimentos públicos, reajustes de

preços administrados, dentre outras) conduziu a uma crise que imergiu a economia nacional.

De acordo com os gráficos 6 e a tabela 3, acima, os anos de 2015 e 2016 foram de forte retração econômica nacional, com taxas de contração do PIB de 3,5%; 3,3%. Esta conjuntura negativa afetou a economia estadual, que teve um desempenho negativo de seu PIB em 2015 de 4,2%. Vindo a se recuperar em 2016 a uma taxa de 4%. O desemprego da economia nacional que, segundo o IBGE, reduziu-se significativamente de 12,3% a 4,8% no período de 2003 a 2014, voltou a crescer em 2015 a 6,8%, dando um grande salto em 2016 e atingindo o maior nível histórico em 2017 quando chegou a 13,7%.

A desaceleração econômica teve impactos diretos sobre o crescimento econômico e a geração de emprego e renda locais. De acordo com a tabela 3, o PIB do município de Palhoça recuou em números absolutos do ano de 2015 para 2016, enquanto em São José houve uma redução do crescimento a partir de 2014.

Outro dado que evidencia o impacto do quadro recessivo da economia nacional sobre a economia local de São José e Palhoça é a quantidade de pessoas ocupadas de no período de 2015 a 2018. De acordo com o IBGE/CAGED, no biênio 2015/2016, houve uma redução de 5% e 2,5%, respectivamente, no pessoal ocupado. Nos biênios de 2017 e 2018 a recuperação foi de 2,2% e 2,3% na economia josefense, enquanto na de Palhoça foi de 1% e 10%.

Gráfico 8: Evolução do número de admitidos e demitidos na economia São José de 2004 a 2018



Fonte: Elaborado de acordo com dados coletados no site do Ministério do Trabalho - http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php

Constata-se dessa forma que nos dois últimos anos registrados no gráfico 6, 7 e 8, 2017 e 2018, é indicado uma pequena recuperação econômica. Porém, isso deve ser visto com cautela, pois, de acordo com dados recentes divulgados pelo IBGE, houve um crescimento recorde da informalidade, chegando ao patamar de 38 milhões de pessoas até agosto de 2019. Nessa mesma pesquisa, nota-se uma pequena redução no desemprego de 100 mil trabalhadores no trimestre encerrado em setembro de 2019, em comparação com o trimestre encerrado em junho de 2019.

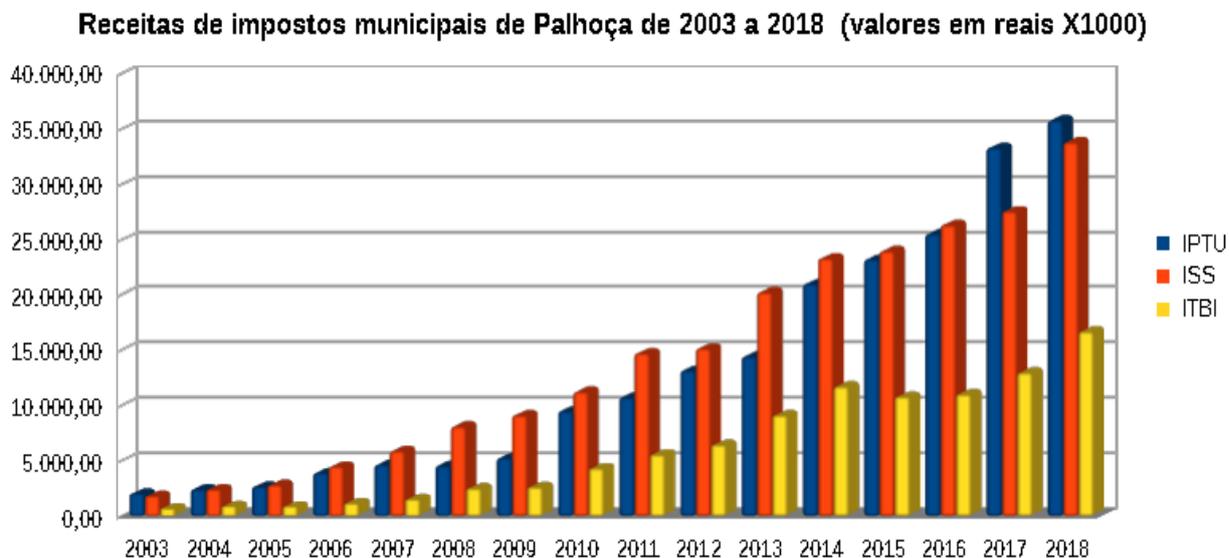
De modo a estimular a recuperação econômica e arrecadação de tributos, em julho de 2019, em Palhoça foi promulgada a lei complementar n.º 272, que trata do processo de simplificação do registro e da legalização das atividades dos Meis (Microempreendedores Individuais). Com isso, espera-se o aumento na abertura de empresas, na arrecadação em ISS e na geração de empregos.

As políticas fiscais do Paço municipal de São José e Palhoça, além de instigar o crescimento e a geração de emprego e renda, levaram direta e indiretamente ao aumento da capacidade do poder público de investir no município via elevação da arrecadação e combate à sonegação fiscal.

No gráfico abaixo é possível notar que, mesmo em anos difíceis para a economia brasileira, estadual e local como foram os anos de 2009, 2015, 2016 e 2017, a arrecadação dos tributos do município de São José e Palhoça continuou crescendo, exceto do ITBI, em 2015 e 2016 para o primeiro e 2015 para o segundo, e ICMS, em 2015 para o primeiro, e 2015 e 2016 para o segundo.

O crescimento na arrecadação do IPTU está relacionado tanto às políticas fiscais municipais como também à expansão imobiliária, devido sobretudo à implantação do Programa habitacional Federal Minha Casa Minha Vida em 2009. De 2009 a 2018, a arrecadação de IPTU em São José e Palhoça cresceu 684,2% e 582,3%, o ITBI, 625,3% e 539% e o ISS 763,8% e 271,2%, respectivamente.

Gráfico 9: Arrecadação de impostos municipais em Palhoça de 2003 a 2018



Fonte: Elaborado de acordo com dados coletados no site - <https://cidades.ibge.gov.br/>

As atividades econômicas mais importantes de São José e Palhoça, o comércio e os serviços, tiveram um bom desempenho no período de 2003 a 2014, como pode ser observado através da arrecadação de ICMS no gráfico 10. Nesse intervalo de tempo, a arrecadação desse imposto somou um crescimento de 326% e 792%, respectivamente, contra um aumento inflacionário de 70,9%. Isso demonstra a eficácia das políticas públicas nos três níveis da federação nesse período.

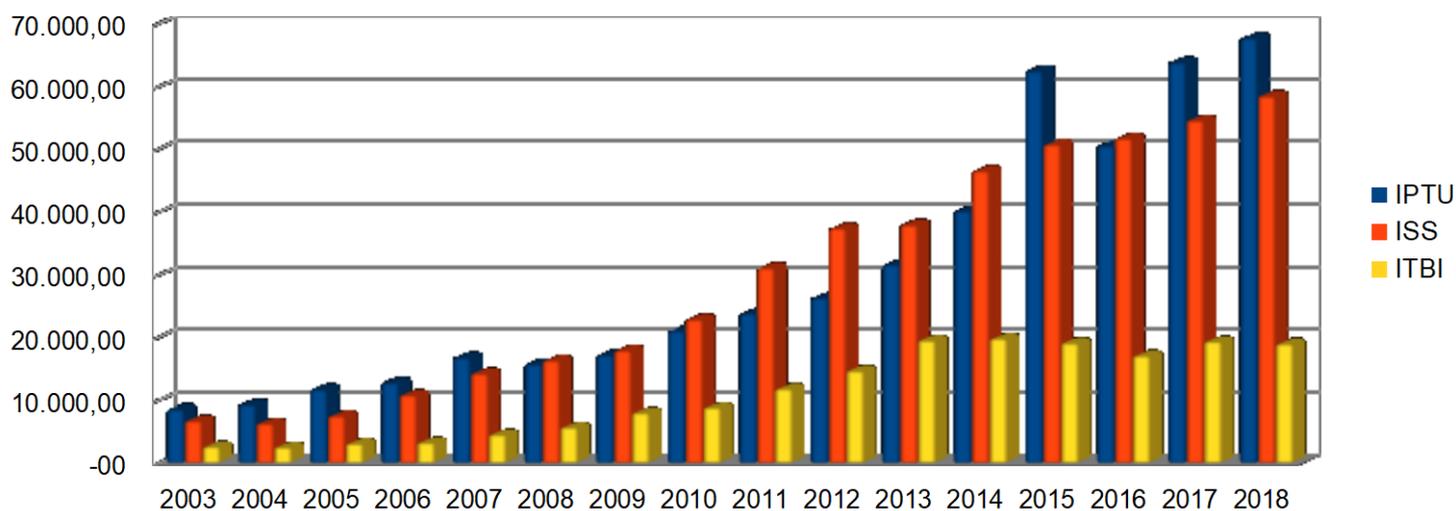
No entanto, no biênio 2014/2015, a recessão econômica nacional se mostrou adversa para a economia local desses municípios. A arrecadação de ICMS declinou nessa época em 1,7% e 2%, respectivamente, e especificamente, em relação à Palhoça, esse declínio se prolongou até 2016, com redução acumulada de 3,5%.

Outro imposto que teve sua arrecadação afetada pela crise econômica foi o ITBI. No município de São José a queda foi mais acentuada e prolongada que em Palhoça. Naquele, essa queda foi de 14% no triênio de 2014/2016, já neste, a redução foi de 8% num período menor, no biênio 2014/2015, conforme os gráficos 9 e 10.

Desse modo, é evidente, que mesmo com os impactos provocados pela crise de 2015 e 2016, há uma grande dinamicidade econômica e expansão urbana no período 2003-2018, constatados pelo aumento vertiginoso da arrecadação de tributos nos dois municípios.

Gráfico 10: Arrecadação de impostos municipais em São José de 2003 a 2018

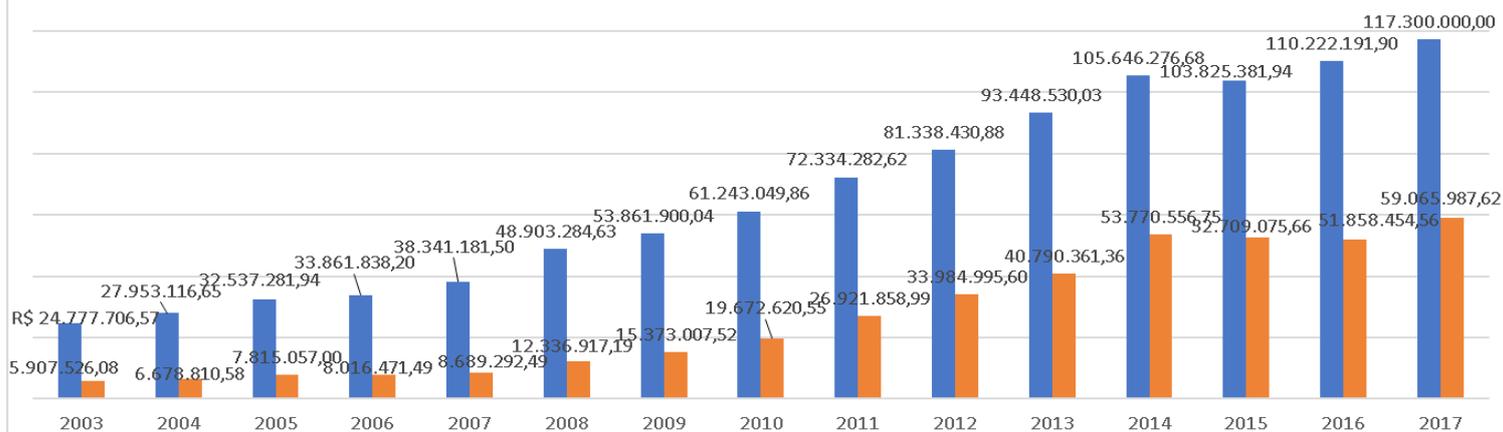
Receitas de impostos municipais de São José no período de 2003 a 2018 (x1000R\$)



Fonte: Elaborado de acordo com dados coletados no site - <https://cidades.ibge.gov.br/>

Gráfico 11: Arrecadação municipal de ICMS no período de 2003 a 2017

Arrecadação de ICMS em São José e Palhoça de 2003 a 2017



Fonte: Elaborado com dados coletados do site - www.tce.sc.gov.br

Cabe ainda mencionar o comportamento do comércio exterior desses dois municípios, pois, retrata sua situação econômica interna. Tanto em São José quanto em Palhoça, há similaridades de situações em relação ao comércio externo. Em ambos, o saldo do comércio externo, que é a diferença entre exportação e importação, ficou negativo no período 2008-2018, segundo dados do Ministério da Indústria e Comércio.

Em Palhoça, as exportações se comportaram sinuosamente, variando positivamente 67,1% de 2008-2018. Enquanto as importações, no mesmo período, variaram positivamente em 135,1%. Portanto, as importações cresceram mais do que o dobro em comparação às exportações nesse intervalo.

Já em São José, as exportações cresceram no período 2008-2012 200,9% e decresceram 125,4% no período 2013-2018. No que lhe concerne, as importações tiveram um comportamento sinuoso, variando positivamente em 92,8% de 2008 a 2018. Assim, o que há de peculiaridade acerca das exportações josefenses em relação à Palhoça é a diversidade e a quantidade de artigos exportados pela balança comercial.

Em números, o valor da FOB¹⁰⁸ de exportações josefenses, em 2018, passou a ser quatro vezes o de Palhoça e das importações, o dobro. Percebe-se, dessa forma, a pujança da economia josefense diante da palhocense e, como dito anteriormente, isso não é decorrente somente da política fiscal, especialmente a local, haja vista que essa tem sido mais intensa em Palhoça.

Quando se considera a realidade local, o aumento das importações pode significar que a indústria assim como o comércio e serviços locais aumentaram a capacidade econômica e estão investindo na produção ou no atendimento às demandas locais, haja vista que de 2003-2014 vivia-se um ciclo expansivo da economia nacional com elevação do consumo interno.

Muitas empresas industriais dos dois municípios estão voltadas ao atendimento quase que exclusivo ao mercado interno, porém, como grande parte de seus insumos vêm do mercado externo, principalmente da China, isso explica o fato de haver historicamente um desequilíbrio na balança comercial. Desse modo, tomando como base o período de janeiro a novembro de 2018, os principais parceiros comerciais de São José e Palhoça eram, nas importações, China, EUA e Alemanha e, nas exportações, Uruguai,

¹⁰⁸ Segundo o sítio do IPEA (www.ipea.gov.br), FOB é um termo em inglês (Free On Board), que significa livre a bordo, ele é calculado considerando o peso do produto (e ainda o tamanho ocupado por ele); valor do produto; distância percorrida; modais do transporte; pedágios e tributos.

China, EUA e Argentina, de acordo com os cadernos de desenvolvimento do Sebrae de 2018.

Os principais produtos importados por São José e Palhoça são aparelhos elétricos, eletrônicos e de ótica; brinquedos; roupas e outros materiais têxteis; plásticos; animais vivos e outros do reino animal; metais; peles e couros; gesso e produtos cerâmicos; químicos, dentre outros. Enquanto os exportados são materiais têxteis; carnes e miudezas; plásticos, instrumentos e aparelhos médicos; material de transporte; produtos alimentares, dentre outros.

A diversidade de produtos/insumos importados abastece as linhas de produção das indústrias josefenses e palhocenses e o comércio atacadista e varejista, atendendo, ainda, à demanda do setor de serviços. Enfim, o comércio exterior é parte integrante da dinâmica econômica desses municípios.

Em síntese, a grande dinamicidade da economia josefense e palhocense evidenciada pelos dados de arrecadação de tributos, emprego, valor adicionado bruto e Valor adicionado fiscal, dentre outros, no período de 2003-2014, é resultado de políticas fiscais e creditícias dos três entes federativos, num contexto macroeconômico nacional e internacional de crescimento. Foram também importantes no crescimento econômico desses municípios, a localização e a valorização imobiliária em Florianópolis. Outrossim, a criação do programa Minha Casa Minha, em 2009, instigou a indústria da construção civil nesses dois municípios, contribuindo para a expansão urbana.

3.2 – A Dinâmica Urbana

Nas duas últimas décadas, a população de São José e Palhoça continuou crescendo de maneira intensa, mas em um ritmo menor do que nos 20 anos anteriores. Segundo dados do censo do IBGE, a população de São José no período 1980-2000 cresceu 97,6% e de 2000-2020, 44,1%. Enquanto Palhoça, no mesmo período, cresceu 170,1% e 70,6%, respectivamente. Levando-se em conta que nos anos 1980, a maior parte da população de ambos municípios já vivia no meio urbano (90,1% e 92,2% respectivamente), esses acréscimos se referem ao aumento populacional decorrente em grande parte das migrações.

Segundo Ribeiro (2007) apud Colla (2018, p. 38), desde os anos 1970 e sobretudo pós 1990, os municípios do entorno imediato à cidade polo da metrópole

passaram a absorver incrementos populacionais do interior dos espaços metropolitanos. Desta maneira, São José e Palhoça registraram taxas de crescimento urbanos superiores às da capital, concomitantemente, houve perdas populacionais de municípios com características rurais da metrópole e de cidades interioranas do estado.

Atualmente, em 2020, de acordo com as recentes projeções do IBGE, os dois municípios compreendem 34,5% da população metropolitana (425.453 habitantes), sendo que com a capital concentram a maioria esmagadora da população metropolitana (75,8%), ou seja, 934.279 habitantes. Essa concentração populacional é menor que em 2010 (75,9%), sendo que a representatividade da população da capital em relação ao total da metrópole vem declinando junto a São José. Por outro lado, desde o censo de 2000, a representatividade da população palhocense em relação ao total da região metropolitana vem aumentando.

Em termos absolutos, dos três municípios da tabela 4, o de Palhoça foi o que mais teve incremento em sua população no período de 2000-2020 (70,6%), seguido da capital (48,8%) e São José (44,1%). Já nos demais, vem ocorrendo uma redução no crescimento absoluto de suas populações.

Tabela 4: População em Florianópolis, São José e Palhoça em 2000, 2010 e 2020

População em Florianópolis, São José e Palhoça							
Cidades	Ano			Participação em relação a região metropolitana (em %)			Crescimento absoluto (em %)
	2000	2010	2020	2000	2010	2020	Período 2000-2020
Florianópolis	342.695	421.240	508.826	42	41,6	41,3	48,8%
São José	173.559	209.804	250.181	21,3	20,7	20,3	44,1%
Palhoça	102.742	137.334	175.272	12,6	13,6	14,2	70,6%
Resto da RM	197.319	243.855	295.056	24,1	24,1	24	49,5%
Região Metropolitana	816.315	1.012.233	1.229.335	100	100	100	50,6%

Fonte: elaborado pelo autor de acordo com dados dos censos de 2000 e 2010 e projeção de 2020

Há, portanto, um aumento ainda expressivo e concentração populacional em três municípios da região metropolitana de Florianópolis e diminuição do crescimento nos demais. Considerando que as taxas de fecundidade de acordo com o IBGE, no período de 2000 a 2010, em São José e Palhoça diminuíram 1,92 para 1,44 e 2,7 para 2,0, respectivamente, o crescimento populacional a partir de 2000 se deve sobretudo às migrações na região metropolitana e de outras localidades de Santa Catarina e de outros estados. Mesmo em décadas anteriores, já havia uma forte migração para São José, como aponta Simas (2016, p.152), constando que, de 1980 a 2000, o número de migrantes no município variou de 49.379 para 117.988, um aumento de 139%. Enquanto Palhoça, no mesmo período, de 5.866 para 50.973, um acréscimo de 769%.

Percebe-se que o município de Palhoça passou cada vez mais a ser a destino de moradia, à medida que havia um processo de forte valorização em curso no município de São José. De acordo com dados citados no trabalho de Campos (2009, p. 157), a população migrante para o município de Palhoça em 2000 representava cerca de 50% da população, ao passo que, em São José, contava com os incríveis 68%, na mesma época.

Segundo dados expostos no trabalho de Magalhães e Tonin (2015) referentes ao censo de 2010, a população residente em São José e Palhoça era majoritariamente nascida fora do município, 61% e 57,3%, respectivamente. Apesar disso, a maioria de ambos era nascida em Santa Catarina, 82,8% e 86,5%, respectivamente. Ao compararmos com a capital, fica evidente uma proporção maior de migrantes na população daqueles municípios do que em Florianópolis, 52,1%. Isso mostra que a especulação imobiliária não somente direciona os fluxos de migrantes para a periferia, como também expulsado, migrantes, já alocados na capital. Das 171 favelas ou áreas de ocupação irregular da pesquisa Infosolo de 2005, 110 estão nos três municípios conurbados da área continental: São José, Palhoça e Biguaçu, e, somente nos dois primeiros, 94 delas.

Esse crescimento do número de migrantes a partir dos anos 1980 em São José e em Palhoça está relacionado ao aumento da atividade turística e a forte valorização imobiliária da ilha, assim como ao desenvolvimento econômico nesses dois municípios. Houve, nesse período, muitos investimentos em obras infraestruturais e de divulgação da atividade turística na capital. Segundo dados disponíveis no sítio da prefeitura de Florianópolis, o fluxo de turistas para a capital cresceu cerca 647% de 1980 a 2000 e a capacidade hoteleira aumentou 518% no período de 1977 a 2001.

Nesse sentido, tanto o aumento da atividade turística quanto a modernização do campo contribuíram sobremaneira para o crescimento populacional da capital nesse período (1980-2000: 82,2%). É importante ressaltar que muitos daqueles que vinham para trabalhar na temporada ou na atividade comercial, também em expansão, e permaneciam por aqui, acabavam por se mudar para a parte continental de Florianópolis, São José ou Palhoça devido à forte valorização da ilha.

Além do turismo aliado a uma forte especulação imobiliária, deve ser considerado também que na ilha há uma infinidade de áreas de preservação permanente, o que restringe a ocupação urbana. Isso induz a valorização das poucas áreas disponíveis e, com isso, acelera a expulsão crescente dos recém-chegados (e que já foram expulsos do seu local de origem)¹⁰⁹ e dos que moram a mais tempo.

Segundo Alves e Baeninger (2008, p.18), a maior parte (72%, de acordo com o censo de 2000) dos que emigraram na região metropolitana recebiam até 5 salários-mínimos. São os que não dispõem de recursos para realizar seu sonho da casa própria na capital, obrigados a migrarem em busca de terrenos mais baratos nos municípios periféricos.

Dessa maneira, grosso modo, há dois processos de expulsão, que podem ocorrer simultaneamente ou não. O primeiro é de seu local de origem, sendo onde nasceu ou vivia antes de vir para a região metropolitana de Florianópolis. Isso pode ocorrer por diversos processos, inerentes à evolução do capitalismo: modernização da estrutura produtiva no campo e nas cidades, concentração de renda e de terras em ambos locais, crises cíclicas, dentre outras. O segundo pode ocorrer, como já salientado, pela valorização imobiliária na região metropolitana, a qual é decorrente de vários processos como a especulação imobiliária, acessibilidade (Villaça, 2001), escassez de áreas urbanizáveis, dentre outros.

No segundo processo de expulsão, muitos migrantes continuam trabalhando ou estudando no município antigo, conforme apontou Alves e Baeninger (2008, p. 14) no censo de 2000:

Segundo os microdados do Censo 2000, do total de Pessoas em Idade Ativa, que moravam em Florianópolis 5 anos antes do Censo e emigraram para municípios da Região Metropolitana, cerca de 38% continuavam trabalhando ou estudando no antigo município. (ALVES e BAENINGER, 2008, p.14)

¹⁰⁹Nesse contexto, muitas vezes, o que ocorre é que o migrante que já foi expulso do campo do interior da região metropolitana de Florianópolis por conta modernização ou redução da estrutura fundiária, acaba também sendo expulso da capital devido à valorização imobiliária.

Na última década, as áreas na periferia de São José e Palhoça vêm passando por uma valorização decorrente do aumento de preços nas áreas tradicionais e também nas novas centralidades associadas a escassez de áreas urbanizáveis, como coloca Marchi, 2015, p.58: “A crescente valorização de áreas periféricas ocorre pela escassez e pelo alto valor das áreas tradicionais da cidade”. Como consequência desse processo, muitas áreas ficam ociosas e subutilizadas em meio ao tecido urbano equipado com infraestruturas.

A expansão acelerada desses loteamentos privados na periferia tem levado à valorização dessas áreas afastadas da área central de São José e Palhoça. Uma consulta aos sítios de construtoras que atuam nessas áreas periféricas evidenciou que essas se valorizaram muito nos últimos anos.

Essa situação tem levado grandes construtoras a empreenderem em áreas cada vez mais afastadas, como, por exemplo, a J.A. Urbanismo que tem lançado vários empreendimentos na periferia de ambos os municípios, tais quais o loteamento Bosque de São José, em Forquilhas, às margens do anel viário, o loteamento Nova São José I, II, III, no Sertão do Maruim, o Parque Residencial Madri, no Caminho Novo, dentre outros.

A estratégia das construtoras é sempre apontar amenidades produzidas, que evoquem a facilidade de deslocamento ou localização do empreendimento. No anúncio publicitário no sítio da J. A. Urbanismo na internet a respeito do loteamento Nova São José III é evocado “a localização privilegiada: ao lado da BR 101, do maior shopping do Estado e próximo da futura alça de contorno da Grande Florianópolis”. Já que esses novos loteamentos privados têm sido abertos em áreas cada vez mais afastadas, é necessário recorrer para a proximidade com vias de “fácil” acesso ao centro econômico, nesse caso, de São José e da capital do Estado.

Apesar de essas loteadoras levarem a infraestrutura básica — luz, água e pavimentação asfáltica — a esses empreendimentos, a grande demanda de serviços públicos, criada está muito além do que é oferecido pelo município. Logo, esses novos moradores são levados a se deslocar a grandes distâncias para ter acesso aos serviços de saúde, educação e ao lazer.

Essa oferta de serviços públicos nesses dois municípios não tem conseguido acompanhar a demanda criada pela abertura de empreendimentos: loteamentos, abertos ou fechados, condomínios do MCMV ou não, além das soluções criadas pelos grupos sociais excluídos (favelas, casas de autoconstrução). Há uma sobrecarga nos serviços existentes, afetando sua qualidade ou aumentando a demanda pelos que ainda não

existem. É comum, em muitos bairros periféricos de Palhoça e São José, não terem destacamentos policiais e, muito menos, rede coletora e estações de tratamento de esgoto.

Por outro lado, é notável a redução do crescimento populacional nos intervalos 1980-2000 e 2000-2020, tanto na capital (de 82,2% para 48,8%) como nos municípios de São José (97,2% para 44,1%) e Palhoça (170,1% para 70,6%). Há uma conjunção de fatores que explicam esse declínio geral nos três municípios citados.

Segundo mapas e informações do relatório sobre o crescimento urbano de Florianópolis, estudo 3 que consta no sítio da prefeitura na internet, há uma diminuição das áreas urbanizáveis tanto na capital quanto em alguns municípios como São José e Palhoça, já que há restrições ambientais. Quanto menos áreas disponíveis para urbanização mais se intensifica o processo de especulação, elevando o preço e expulsando parte da população para áreas mais afastadas. Isso se fortalece ainda mais com os recém-chegados por habitação, inflacionando os terrenos na periferia.

Esse processo é desigual e combinado, uma vez que ocorre mais intensamente na capital do que nos outros municípios. Nestes, ocorre de modo diferenciado em lugares que os agentes formadores do espaço urbano já definiram certos locais como centralidades em detrimento de outros mais afastados, como os espaços periurbanos.

Além disso, ainda sobre a redução das taxas de crescimento populacional, deve ser considerado a diminuição da fecundidade da população jofense e palhocense de modo mais intenso pós 1991.¹¹⁰

A expansão urbana de São José e Palhoça nesses últimos 40 anos ocorre a partir das vias principais (BR101 e BR 282, SC 281) empurrando a malha urbana, principalmente, para a direção oeste. Por conta disso, as manchas urbanas em muitos lugares têm tomado conta de morros, mangues, margens de rios e outras áreas de preservação. Seja sob forma de “invasões” ou “áreas regulares”, a mancha urbana vai se expandindo e comprometendo a qualidade ambiental, sob a chancela ou a negligência do poder público.

Nesse sentido, o que Veigas (1993) mencionou sobre a expansão urbana de Florianópolis, em certa medida, ocorre nos municípios de São José e Palhoça: “O valor das terras, dentro e fora das aglomerações, aumentou. Compraram-se e retalharam-se

¹¹⁰Segundo dados do IPEA a taxa de fecundidade em Palhoça era 3,0 filhos em 1991, reduzindo para 2,0 em 2010. Já em São José no mesmo período reduziu de 2,4 filhos para 1,5 filhos.

glebas, vendendo-se lotes de todos os tamanhos e formas. Os loteamentos impuseram às roças, aos matos, as chácaras [...].”

À proporção que o tecido urbano palhocense e josefense vai se expandindo, vai se fragmentando pelo parcelamento abusivo do solo, pela segregação socioespacial e homogeneização espacial (Margaux, 2018, p. 51) produzida pelos agentes formadores do espaço urbano (Corrêa, 2005). Com ação direta e indireta do poder público e agentes privados, vão sendo criados espaços na franja urbana, os quais, Sanchez (2001) denomina de “espaços periurbanos”.

De acordo com Sanchez (2001), nesses espaços chamados de periurbanos, que não são nem urbanos e, nem rurais, atividades primárias (plantações e criação) ocorrem em meio à expansão das construções. É característico nas periferias desses dois municípios, como, por exemplo, na Guarda do Cubatão, em Palhoça, a existência de atividades rurais: plantações de milho, hortaliças dentre outras e, em simultâneo, a expansão da malha urbana, como pode ser observado na imagem abaixo (figura 8).

Figura 8: área preparada para o cultivo à direita e ao fundo expansão da malha urbana na Guarda do Cubatão, Palhoça.



Fonte: Arquivo do autor.

Nos espaços periurbanos e mesmo naqueles já consolidados de urbanização é comum ver áreas sem nenhum uso, que estejam ganhando valor e servindo à especulação imobiliária a espera de novos empreendimentos, como coloca Marchi (2015, p. 151): “Existem terrenos que são conservados em situação de *pousio social* a espera de maior valorização imobiliária para somente então concretizarem-se novos empreendimentos.”

Em saídas a campo em bairros de Palhoça se constatou que mesmo em lugares já “definidos” como novas centralidades, há inúmeras áreas servindo à especulação imobiliária, até ao longo de locais em processo de verticalização como é o bairro Pagani. Observe na figura 9 a imensa área localizada nesse bairro nos arredores do Shopping Via Catarina.

Figura 9: Área que está servindo como reserva de valor no bairro Pagani, nos arredores do Shopping Via Catarina.



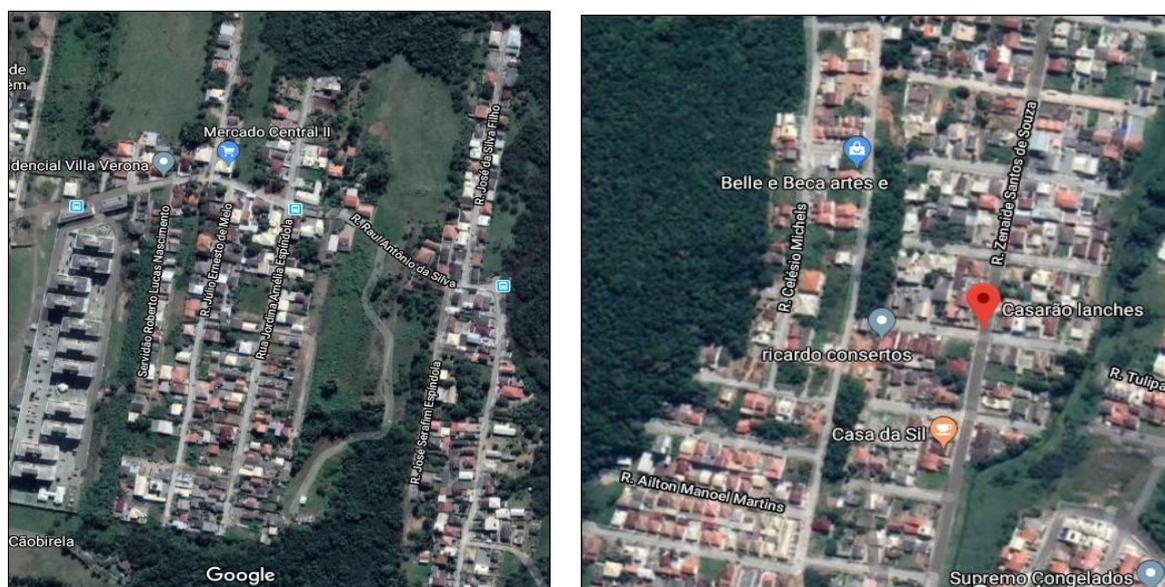
Fonte: Arquivo do autor

A expansão urbana nessas zonas periféricas visa atender as demandas por habitação aos contingentes migratórios de tempos e espaços distintos. Conforme dados sobre o crescimento populacional citado anteriormente, essa expansão está ocorrendo mais no município de Palhoça que no de São José, haja vista a abundância de áreas urbanizáveis que ainda existe em Palhoça.

De acordo com dados do estudo realizado pelo consórcio IDOM/COBRAPE (2013, p. 350) sobre crescimento urbano da região metropolitana de Florianópolis, foi apontado que o município de Palhoça ainda tinha uma área disponível à urbanização de 809,1 ha (ou 8.091.000 m²), enquanto em São José era de 635 ha (ou 6.350.000 m²).

À medida que essas duas cidades se expandem através de parcelamentos regulares ou irregulares é comum a constituição de ligações por servidões, ou mesmo ruas sem conexão entre elas¹¹¹, dificultando a ligação dessas pelo transporte coletivo ou o acesso das pessoas aos serviços públicos. Ainda é comum visualizar nessas paisagens ruas irregulares e/ou sem saída e sem ligação com as ruas transversais, como pode ser notado na imagem abaixo, figura 10.

Figura 10: Imagem de satélite do bairro Aririú da Formiga, Palhoça, à direita e parte do bairro de Forquilha em São José.



Fonte: Adaptado pelo autor a partir da imagem do google.

Muitas vezes, os moradores dessas áreas periféricas são obrigados a andar por algum tempo até chegarem aos pontos de ônibus, pois, essa desarticulação do tecido urbano traz reflexos diretos sobre a circulação do transporte coletivo, penalizando ainda mais quem mora longe.

Nas cidades brasileiras, o poder público municipal tem se mostrado frágil para impor suas leis, resultando em formas de urbanização fragmentadas, espaiadas e deseconômicas, produzindo um alto custo socioeconômico para seus moradores. Além de

¹¹¹A prática de parcelamento com lotes de testadas estreitas e longos em comprimento com a sucessiva abertura de acessos estreitos, as servidões, fez surgir na paisagem de São José e Palhoça padrões com estruturas em forma de “espinha de peixe”.

ter que suportar os custos econômicos, a maior parte de seus residentes são obrigados a se deslocar para trabalho ou estudo a lugares distantes, localizados em sua maioria na região central da metrópole, perdendo muito tempo nos deslocamentos. Esse crescimento urbano desordenado acarreta grandes custos ao poder público na expansão de infraestrutura e serviços (ruas, água, luz, saneamento, escolas, postos de saúde) para atender as necessidades sociais.

Os projetos e programas governamentais visando atender as demandas por habitação têm sido realizados, em sua maioria, nas áreas periféricas da região metropolitana de Florianópolis, contribuindo para a expansão das franjas urbanas. Os inúmeros loteamentos financiados pela Caixa Econômica estão localizados na periferia de São José e Palhoça em muitos dos bairros já percorridos anteriormente: Jardim Zanellato, Forquilha, Bela Vista de São José e de Palhoça, dentre outros. Disso apontou Marchi, 2015, p. 175: “[...] os condomínios habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida apresentam um padrão centrífugo de localização com uma tendência de afastamento em direção a periferia urbana”.

Com o lançamento do programa Minha Casa Minha Vida¹¹², em 2009, pelo governo Lula, manteve-se a lógica de localização dos empreendimentos na periferia. Essa lógica já existia desde a época dos financiamentos do BNH, ou seja, o governo financia os projetos habitacionais (e aprova ou desaprova) através de um banco público (CEF) e à construtora cabe a elaboração dos projetos, a escolha e a compra do terreno e a construção. Obviamente, a construtora, por visar lucro, vai buscar terrenos mais baratos e construir o máximo de apartamentos de modo a maximizar seus ganhos. Todavia, esses terrenos mais baratos só podem ser encontrados na periferia, pois, como coloca Villaça, 2001, p.74: “[...] cada terreno particular permite maior ou menor valorização pelo acesso que sua localização propicia aos efeitos úteis da aglomeração.”

A construção desses empreendimentos com centenas de apartamentos padronizados na periferia desses municípios incorre na formação de paisagens homogêneas e monótonas em um meio heterogêneo. Áreas que antes serviam a pastagens para a criação do gado ou à pequena produção agrícola de hortifrutigranjeiros destinadas ao mercado local da região metropolitana de Florianópolis passam cada vez

¹¹²O programa Minha Casa Minha Vida foi lançado em 2009 no final da gestão presidencial de Lula como mais uma estratégia para estimular o crescimento interno. Consistia a atender a demanda por habitações a três faixas de renda: Faixa 1 – com renda bruta mensal até R\$1.600,00; Faixa 2 – com renda bruta mensal de R\$ 1.600,00 a R\$ 3.275,00; Faixa 3 – com renda bruta mensal de R\$ 3.275,00 a R\$ 5.000,00.

mais servir à construção de “enclaves fortificados”, como chama Barbosa (2014), ou a loteamentos privados.

O mapa abaixo extraído do artigo de Souza e Sugai (2018), figura 11, evidencia a localização periférica dos conjuntos habitacionais do MCMV. Percebe-se que a maioria está concentrada nos municípios de São José e Palhoça, e muito longe das vias principais, em terrenos mais baratos, nas franjas urbanas.

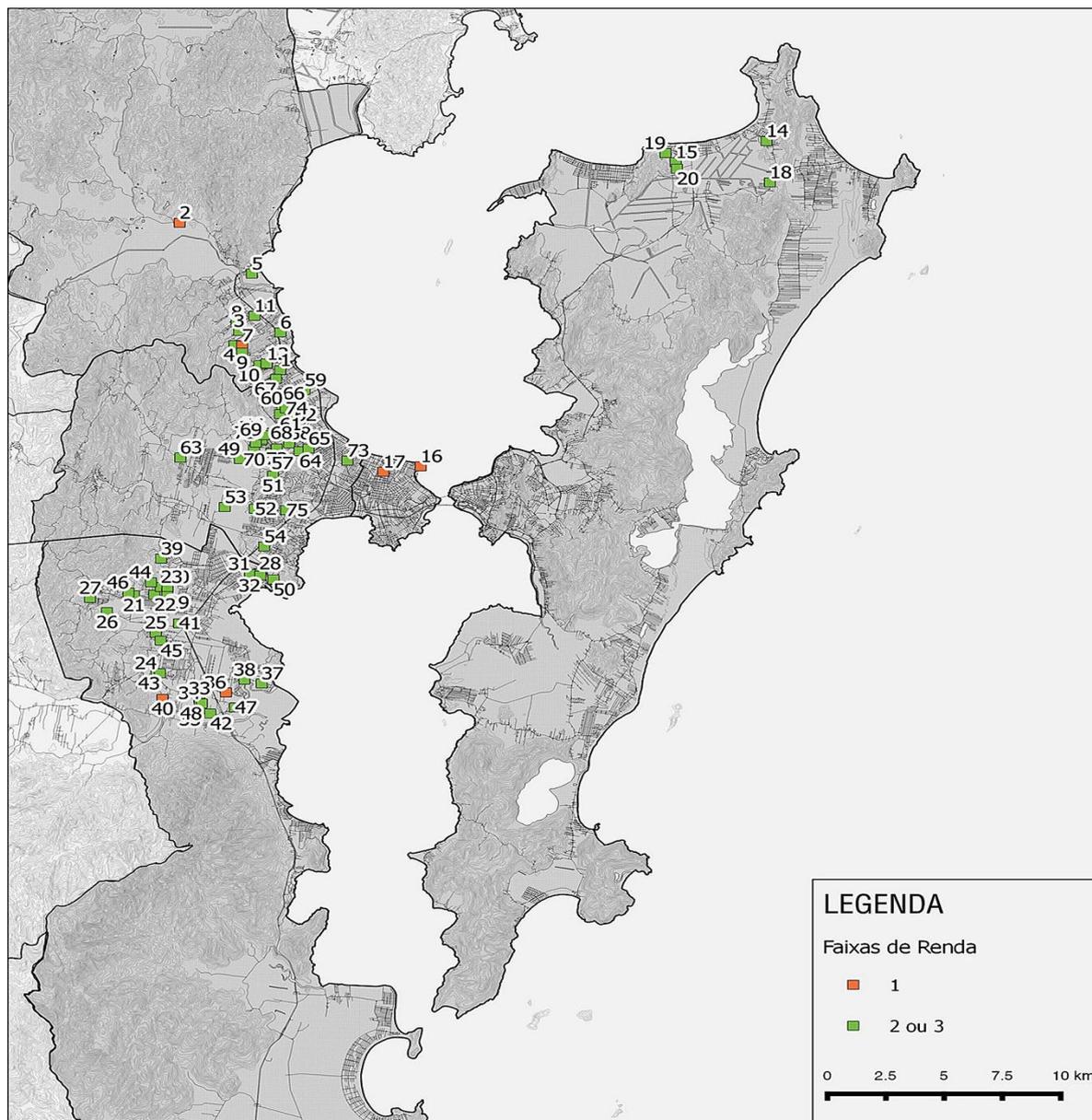
Desse modo, o desejo de acesso à casa própria está condicionado a ser o local onde a taxa de retorno para o capital imobiliário seja a mais alta possível e não onde os trabalhadores se interessariam realmente morar. Os que não possuem renda o suficiente para morar “bem localizado” se tornam prisioneiros do espaço, como diz Villaça (2001) na página 181 de seu trabalho: “De maneira geral, as camadas populares são mais prisioneiras do espaço do que as camadas de mais alta renda.”

Além disso, como demonstrado por Rocha (2016) esses empreendimentos não estão localizados em áreas Zonas Especiais de Interesse Social-ZEIS¹¹³. Há uma desconexão entre os empreendimentos do MCMV e as ZEIS.

Segundo levantamento citado no trabalho de Rocha (2016) no que diz respeito a quantidade dos empreendimentos do MCMV no período de 2012 e 2016 em São José e Palhoça priorizaram a faixa 2 de renda. Nesses dois anos essa faixa representava 93% e 91%, respectivamente. Situação semelhante da fase inicial 2009-2012 do programa apontado por Marchi (2015), que teve uma participação de 92% na faixa 2 do total dos empreendimentos. Enquanto a faixa 1 de renda, a que mais necessita de cuidados por parte do Estado, recebeu, na região conurbada, na fase inicial, 4% e no segundo período foram de 1% e 2,5%, respectivamente, para os anos de 2012 e 2016, sendo que São José não recebeu nenhum projeto.

Figura 11: Mapa de localização dos empreendimentos do MCMV

¹¹³ De acordo com o que diz a lei complementar n.º 78 de 30/11/2009 do município de Palhoça no artigo 2º, 4º e 5º, os empreendimentos na faixa 1 e 2 de renda farão jus a isenções (até 100% para a primeira e até 60% para a segunda) de ITBI, IPTU, ISS e Taxas referentes aos empreendimentos tais como: taxas de fiscalização de obras, fiscalização sanitária e, de serviços gerais (estas somente para a faixa 1) desde que: [...] “desonerarem a Municipalidade e responsabilizarem-se a realizar, às suas próprias custas, a implantação e/ou implementação dos equipamentos urbanos e comunitários indispensáveis a bem estruturação dos empreendimentos: § 1º Consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviço de esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais, pavimentação, rede telefônica, e outros que venham a ser criados e como tal classificado”. (artigo 5º) Dessa forma, muitas construtoras tiveram na periferia longe das ZEIS além do baixo preço, incentivos em isenções de impostos e taxas.



Fonte: Souza e Sugai (2018)

A priorização da faixa 2 de renda nos empreendimentos é por ser uma demanda solvável, que não compromete a quase totalidade da renda com o financiamento e um público com baixa inadimplência. Atuar nessa faixa de renda para a construtora aumenta a taxa de lucro e a certeza de recebimento naqueles empreendimentos que são mistos.¹¹⁴

Uma boa parte desses empreendimentos situados na periferia desses municípios não dispõem de serviços de saúde, educação, saneamento, segurança e lazer nas

¹¹⁴Conforme foi apurado por Marchi (2015) muitas empresas constroem empreendimentos mistos, ou seja, uma parte através do programa Minha Casa Minha Vida e outra parte para ser comercializado fora desse programa. De um total de 16 empreendimentos em São José e Palhoça, no período de 2009-2012, 9 (56%) são mistos.

proximidades ou os têm em quantidades insuficientes para atender o aumento crescente da demanda. As áreas de lazer são insuficientes ou inexistentes, mesmo se considerarmos também o espaço coletivo dos condomínios. Não houve um planejamento entre governos, federal, estadual e municipal no tocante à ampliação de infraestruturas a atendimento a esses contingentes cada vez maiores.

A tabela 5, abaixo, mostra a carência de equipamentos públicos e privados de uso coletivo que os empreendimentos na periferia de São José e Palhoça dispõem para atender seus moradores. O último exemplo dessa tabela, que se refere ao bairro do Kobrasol, revela o disparate entre os empreendimentos periféricos que são do MCMV e os que não são, no que tange aos equipamentos disponíveis para amparar sua população.

Há, conforme a tabela abaixo, muitos exemplos de condomínios que não dispõem de nenhum equipamento de uso coletivo e espaços públicos nas proximidades para atender suas demandas. A estratégia de possibilitar o acesso à casa própria sem um planejamento integrado de infraestruturas e habitação está produzindo espaços urbanos cada vez mais fragmentados e desarticulados que não servem a contento a população que mais necessita dos serviços e equipamentos públicos. Isso produz uma cidade cada vez mais cara e ineficiente para seus moradores, principalmente, aos mais pobres.

Tabela 5: Atividades econômicas, equipamentos coletivos¹¹⁵, espaços públicos¹¹⁶ e infraestruturas.¹¹⁷

Nome do Empreendimento	Nº de UH	Município	Comércio	Serviços	Equipamento coletivo	Espaço público	Ponto de ônibus	Relação calçada/via
Condomínio Caminho do Sol (MCMV)	160	Palhoça	30	30	1	1	5	0,81
Condomínio Moradas Palhoça (MCMV)	512	Palhoça	0	1	0	0	1	0,11
Recanto da Guarda (MCMV)	224	Palhoça	6	8	0	0	2	0,15
Condomínio Res. Novo Atlântico	96	Palhoça	32	15	4	4	3	0,29

1. ¹¹⁵Consideram-se equipamentos públicos: escolas públicas, saúde pública, creche, segurança.

2. ¹¹⁶Espaços públicos – praças, parques, equipamentos de exercícios, campo de futebol.

¹¹⁷Os dados são referentes a um raio de 500 m do empreendimento.

(MCMV)								
Condomínio Adhair Francisco Thiessen (MCMV)	500	Palhoça	6	7	0	0	8	0,30
Res. Osvaldo Cruz (MCMV)	42	São José	75	70	6	2	3	0,92
Cond. Garden Ville Residence (MCMV)	256	São José	4	2	0	0	0	0,13
Residencial Flores do Campos	50	São José	86	46	4	0	14	1,40
Res. Villas do Arvoredo (MCMV)	192	São José	19	12	4	0	5	0,61
Kobrasol		São José	352	493	17	6	17	1,67

Fonte: adaptado a partir de dados do trabalho de Rocha e Motta (2015)

Esses empreendimentos até internamente não foram planejados para práticas de lazer, convívio e acessibilidade. Em muitos, não há áreas verdes nem quadras e, quando há, são restritas. Praticamente, quase todos não dispõem de acessibilidade (rampas e elevadores) para atender quem possui limitações físicas. A maior parte dos condôminos desses empreendimentos não receberam palestras sobre convivência. Assim, é muito comum haver conflitos de vizinhos por questões banais como barulho, brincadeiras de crianças nas áreas coletivas, dentre outras.

Além disso, muitas dessas construções se encontram longe da linha regular dos ônibus coletivos ou estes têm poucos horários disponíveis para atender a população. Nos finais de semana quando muitos estão de folga, tais horários são reduzidos, dificultando a ida de quem é dependente desses meios de condução para o trabalho ou, até mesmo, às áreas de lazer: cinema, praia, etc. Assim, os moradores desses condomínios populares buscam adquirir um veículo para o deslocamento até esses locais tanto ao longo da semana quanto nos fins de semana, de modo a possuir uma alternativa relativamente mais rápida.

A produção do espaço urbano na lógica capitalista se submete aos interesses do lucro privado em detrimento dos mais pobres. O papel do Estado nesse processo é garantir que o lucro privado se realize, deixando as necessidades dos mais pobres em segundo plano, como coloca Corrêa, 2005, p.26: “A sua ação visa criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, e viabilize o processo de acumulação e reprodução das classes sociais.”

Segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito-Denatran/IBGE de veículos (automóveis e motocicletas) referentes a São José e Palhoça do período de 2006-2018, o número desses aumentaram de maneira exorbitante, 100,3% (de 64.923 para 130.060) e 165,5% (de 33.898 para 90.284), respectivamente, sem contrapartida significativa no sistema viário.

Consequentemente, isso afeta a mobilidade dos transeuntes nas vias principais de São José e Palhoça. De acordo com estudo do Plamus (2014) sobre o transporte na região metropolitana de Florianópolis, o tempo médio de viagem no transporte coletivo chegou a 78 minutos e o privado 35 minutos. Obviamente, por se tratar de um tempo médio, muitos dos que moram distante chegam a gastar muito mais do que isso. O tempo dispendido em congestionamentos nas vias da região metropolitana faz com que as cidades se tornem deseconômicas, como aponta Leite, 2011, p.6: “[...] as condições de realização da chamada economia moderna já não são aí as melhores.”

Todos os dias, os moradores da periferia desses municípios tem que enfrentar congestionamentos entre o local de moradia e de trabalho, principalmente nos horários de pico. Equivocadamente, o poder público procura minimizar o problema fazendo ou duplicando vias, atuando, assim, de modo desarticulado com os órgãos responsáveis pela política habitacional.

O anel viário da Grande Florianópolis, aclamado pelos meios midiáticos como a “solução para os congestionamentos diários na BR 101 entre Palhoça e Biguaçu”, certamente não resolverá o problema, pois, de acordo com Plamus (2014) evidenciado no mapa abaixo (figura 12), a maior parte dos fluxos populacionais diários da região metropolitana tem como destino a cidade de Florianópolis. Dessa forma, a capital continua exercendo uma forte polarização sobre os municípios da metrópole, o que se constata no mapa pelos fluxos pendulares de trabalhadores em direção à capital.

Figura 12: Fluxo de pessoas que trabalham em Florianópolis de São José e Palhoça



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Plamus (2014)

O anel viário servirá aos interesses especulativos do Capital imobiliário. Antes mesmo de terminar essa obra já há diversos anúncios em sítios de imobiliárias na internet vendendo terrenos, chácaras e sítios nas proximidades. Nestes anúncios, é explorada a proximidade com o anel viário ou mesmo com a BR 282 como uma amenidade (figura 13 e 14). Ao atrair a urbanização, o contorno viário, assim como a BR 282, BR 101, a SC 281 e a SC 407, estenderá o tecido urbano mais adiante, a oeste, a sudoeste, ao norte e ao noroeste, mantendo a direção da mancha urbana que vinha ocorrendo desde a década de 1970.

Figura 13: Anúncio de venda de terrenos em Palhoça, nas proximidades do anel viário

PALHOÇA
Santa Catarina SC

- TERRENO URBANO ou INDUSTRIAL -
BR 282 e Rua Aureliano de Medeiros

Área 21.390,48m² com duas frentes.
Arco Metropolitano ao lado.
150mts de frente na BR 282
73mts fundos Rua Aureliano de Medeiros
Entrada pelos dois lados.

LOCAL PORTAIS INTERMODAIS
Região do encontro da BR 101 e Br 282.
Passagem do Arco Metropolitano Boulevard Verde interligando
Centralidades Náuticas, de Palhoça, São José e Biguaçu.

TIXUZ 

Fonte: Retirado do site: <https://imoveis.trovit.com.br/terreno-palho%C3%A7a-industrial>

Figura 14: Anúncio de venda de lotes em São José, próximo ao anel viário



Forquilhas, Terreno à venda, 250 m2

Rua Luiz Carolino Pereira, Forquilhas, São José

<p>R\$ Confira</p>	<p>ÁREA: 250m²</p>
---------------------------	-----------------------------------

REFERÊNCIA: 5785

Lotes Parcelados sem burocracia, em são José

O Bosque São José nasceu para ser o berço da sua família, que proporcionará um ambiente para criar seus filhos, construir sua casa e escrever histórias que só acontecem dentro de um verdadeiro lar. Ao lado do Contorno Viário da Grande Florianópolis, é uma oportunidade dirigida a você que quer viver e morar em uma área que está sendo planejada na direção em que a cidade cresce, perto das maiores facilidades de São José e a poucos minutos da capital do Estado.

Infraestrutura Completa: pavimentação asfáltica, rede de energia elétrica e iluminação pública, drenagem pluvial, rede de água e paisagismo diferenciado.

Lotes a partir de 250m², todos os lotes com escritura pública.

[jose- forquilhas-250m2/id-2747733/](http://www.avesnamao.com.br/immov/terreno-a-venda-da-sao-jose-forquilhas-250m2/id-2747733/)

Fonte:
Retirado do site: <http://www.avesnamao.com.br/immov/terreno-a-venda-da-sao-jose->

Esse crescimento que já vinha ocorrendo de maneira acelerada desde os anos 1960, em Florianópolis, devido aos grandes investimentos realizados pelos governos, federal, estadual e municipal continuou nas décadas seguintes. Conseqüentemente, nos

anos 1970, a continuidade desse crescimento e o desenvolvimento acelerado dos outros municípios levaram à conurbação da cidade polo (Florianópolis) com São José e, em simultâneo, esta conurbou com Biguaçu, como decorrência do crescimento tanto da capital quanto de São José. Posteriormente, nos anos 1990, com a continuidade do crescimento da capital e, ao mesmo tempo, de São José, consolida a conurbação desta com Palhoça.

Nas últimas décadas, a continuidade do crescimento acelerado de Palhoça na direção sudoeste está levando a conurbação desta com Santo Amaro da Imperatriz. O processo ainda está incompleto, produzindo feições periurbanas nas áreas periféricas desses dois núcleos urbanos. A tendência, obviamente, é que esse processo ocorra mais densamente pelo eixo viário da BR 282 e, em menor grau pelo bairro Guarda do Cubatão em Palhoça, devido às limitações físicas: o rio Cubatão, o Parque Estadual Serra do Tabuleiro e algumas elevações fora desse parque.

A presença física dos condomínios e loteamentos fechados ou não na periferia de São José e Palhoça está trazendo direta, ou indiretamente valorização imobiliária para as imediações. Isso ocorre, pois produz uma demanda de produtos e serviços, públicos e privados, que precisam ser atendida. Tempos depois da implantação desses empreendimentos já se constatou, com saídas a campo, que surgiram uma infinidade de estabelecimentos comerciais e de serviços nas cercanias e algumas melhorias infraestruturais embora, na maioria, insuficientes.

Há casos, ainda, de pessoas que podem arcar com o ônus do aluguel em áreas mais “bem localizadas”. Nessa lógica, durante conversas informais com moradores de condomínios de Palhoça, apurou-se que muitos dos que compram apartamentos em áreas distantes alugam ou vendem e se mudam para áreas mais próximas do seu trabalho (geralmente lugares centrais) para evitar os congestionamentos diários nas vias principais desse município.

Por outro lado, as populações que são expulsas pela valorização imobiliária associada às crises econômicas e concentração de renda e que não dispõem de recursos financeiros para adquirir a moradia própria (ou por meio de financiamento) na periferia ou arcar com o aluguel acabam por invadir áreas de preservação, ou áreas sujeitas a alagações periódicas. Nos últimos 40 anos, a periferia foi estendida em parte devido à omissão do poder público em fiscalizar e impedir que essas áreas sejam invadidas. O Estado, em qualquer de seus níveis, sempre foi frágil para impor suas leis urbanísticas, logo o espaço urbano se torna na colocação de Villaça, 2012, p.111, 112: “[...] caótico,

mediocre e inadequado. Essa mediocridade contribui para que esse espaço venha a ter enormes dificuldades para suportar a carga de veículos e pessoas.”

Concomitante a essa população deslocada, os migrantes recém-chegados que não dispõem de recursos financeiros para adquirir sua moradia, seja numa área mais próxima das centralidades ou mesmo na periferia, acabam por somar-se aos miseráveis que moram nessas áreas de risco.

[...] intensificaram-se os problemas relacionados com a pobreza e a qualidade de vida como o acesso à alimentação, saúde, educação, habitação, transporte, lazer e outros. E para enfrentar os problemas habitacionais, as classes de menor poder econômico buscam alternativas de moradia em lugares inadequados a uma vida digna como as favelas, cortiços, ocupações clandestinas sem condições de habitabilidade e qualidade de vida. (GALVAN e FLÁVIO, 2006, p.2)

Desse modo, o contingente vivendo em áreas de risco em São José e Palhoça tem aumentado. De acordo com o diagnóstico feito pelo Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de São José (2011), havia neste município 67 áreas carentes e de ocupação irregular, com 3.503 edificações e uma população de 14.012 habitantes, o que representavam, de acordo com o censo de 2010, quase 7% da população do município vivendo nessas áreas. Já em Palhoça, segundo pesquisa infosolo, havia, em 2005, 27 áreas de ocupação irregular.

Além dessas carências, de acordo com dados citados no trabalho de Vera (2014) referentes a 2010, existe um imenso número de famílias cadastradas no setor habitacional dos dois municípios na faixa de 0 a 3 salários-mínimos, que é a mais vulnerável. Para os municípios de São José e Palhoça, existia, naquele ano, um deficit de 6.268 e 9.290 domicílios, respectivamente. Após esse ano, não foram feitos levantamentos detalhados sobre o tema, o que há são projeções elaboradas nos planos locais de habitação. De acordo com estas, que constam no trabalho da autora supracitada, há uma tendência de aumento, mesmo considerando os programas habitacionais em curso. De 2010 a 2025, a projeção para São José quase dobra, passando de um total de 10.521 para 17.492, enquanto para Palhoça, no período de 2009 a 2021, passa de 12.431 para 21.373.

Os indicadores de deficit habitacional de São José e Palhoça são superiores em termos relativos ao da capital (um deficit estimado em 7.842 domicílios para a faixa de

renda de 0 a 3 salários-mínimos e um total de 15.313 domicílios em 2010), ou seja, se for considerado a população absoluta desses municípios e sua carência habitacional será maior para os dois primeiros.

No entanto, há um grande número de unidades habitacionais construídas com financiamento público, imensuráveis, que estão vazias, alugadas ou sendo vendidas irregularmente, ou mesmo invadidas por criminosos. Não há números exatos de quantas unidades habitacionais estejam nessas situações, nem fiscalizações dos órgãos financiadores do uso que estejam se fazendo dessas unidades habitacionais, a não ser que estas estejam em débito com a financiadora ou que seja objeto de denúncias.

Durante saídas a campo, foram visualizados em vários condomínios de Palhoça que a situação de venda ou aluguel de apartamentos construídos pelo programa MCMV é constante, o que aparentemente diferencia entre esses é a quantidade de ocorrência dessas situações. Há, ainda, uma série de obras paradas por diversos motivos, financeiros ou legais, como, por exemplo, o Residencial Recanto da Guarda II (224 unidades habitacionais), na Guarda do Cubatão, Palhoça, que pode ser visto na figura 15.

Essa abundância de unidades habitacionais ociosas ou com obras paradas poderia servir ao objetivo maior e mais nobre que é conceder o direito social à moradia aos que necessitam e não dispõem de recursos para comprá-la e, com isso, contribuiria para a redução do déficit habitacional desses municípios.

Figura 15: Obras paradas desde 2016 do empreendimento do MCMV Residencial Recanto da Guarda II, no bairro Guarda do Cubatão, Palhoça



Fonte: Arquivo do autor

Ademais, far-se-á necessário que na consecução dos novos projetos habitacionais seja considerada a abundância de vazios urbanos existentes nos tecidos

urbanos josefense e palhocense. De acordo com o Plano de Habitação de Interesse Social de São José (2011), nesse município havia uma área de 391.411,93 m², o que daria para atender 3.123 famílias em lotes de 125 m² ou 1.558 famílias em lotes de 250 m², o que levaria, segundo o mesmo plano, a “*diminuição dos deslocamentos às áreas centrais, a igualdade na distribuição socioespacial e a sustentabilidade*”. Mas para que isso se materialize, é necessária uma mudança estrutural nesses projetos habitacionais, principalmente, em relação à aquisição das áreas onde estes estão localizados.

Nesse processo de segregação socioespacial de repelir para áreas cada vez mais afastadas das centralidades, o Estado, sendo um agente produtor desse espaço, tem responsabilidades pelas suas ações ou omissões no tocante a essa configuração que assume as cidades brasileiras, em especial, São José e Palhoça. Nisso, tem razão Magalhães e Tonin (2015, p. 77):

Nesta nova etapa qualitativa da segregação socioespacial, o poder público assume responsabilidade importante, seja orientando seus projetos habitacionais populares para regiões afastadas do centro urbano, seja, ainda, por meio da viabilização da ocupação (desorganizada) de áreas precárias, desde que estas estivessem afastadas do centro da cidade. (MAGALHÃES e TONIN, 2015, p.77)

A responsabilidade do poder público começa pela falta de um planejamento integrado das diferentes esferas — federal, estadual e municipal — capaz de dar conta das grandes desigualdades socioespaciais em nosso país e, também, pela escassez de medidas “corretivas” das invasões. Infelizmente, muitas vezes, o poder público através de seus diversos órgãos legitimam as invasões: seja fornecendo iluminação, água e até mesmo regularizando áreas que foram objeto de ocupação irregular, como faz a prefeitura de Palhoça através do “Projeto Lar Legal”.

Este projeto, criado pela lei n.º 4.475 de 3 de abril de 2017, busca conceder titulação de propriedade em áreas urbanas consolidadas no município de Palhoça, que anteriormente foram objeto de ocupação irregular, ou seja, invadidas. Com isso, o poder público impulsiona, mesmo que indiretamente, a invasão, pois, posteriormente, tais terras serão regularizadas.

Por outro lado, os municípios da região metropolitana não dispõem de um projeto integrado de habitação, que contemplem ações a serem implementadas para satisfazer as demandas da parcela de baixa renda por habitação e que sejam capazes de ordenar o

crescimento do espaço urbano metropolitano. Assim, os problemas relacionados à habitação e ao espaço urbano são semelhantes, principalmente nos municípios conurbados.

Historicamente, as camadas menos favorecidas são expulsas não somente para as áreas mais distantes das regiões centrais e centralidades de um núcleo urbano, mas também, para as inclinadas (morros), as alagadas, próximas a rios e outras de preservação permanente.¹¹⁸ No entanto, o que mais caracteriza essas áreas periféricas das camadas de baixa renda é a falta ou a insuficiência de acesso pelos seus moradores à cidade, como coloca Marchi, 2015, p. 80: “[...] a possibilidade de apropriação da cidade pelos seus moradores e a acessibilidade aos bens e serviços urbanos [...]”

Além de estarem excluídos da integralidade do espaço urbano, os mais pobres são discriminados por onde moram, como bem colocou Santos (1987, p. 81) apud Villaça (2001, p. 75): “Cada homem vale pelo lugar onde está.” Quando se preenche uma ficha de emprego, envia um currículo ou mesmo se faz um crediário, muitos acabam colocando o endereço de algum parente ou conhecido para não revelar onde moram, pois, sentem que vão ser preteridos em relação as outras pessoas¹¹⁹.

Por outro lado, as classes mais abastadas escolhem locais mais centralizados com grande acessibilidade aos bens e serviços produzidos pela cidade, pois, esta demanda solvável pode pagar mais caro pelo custo da localização. São exemplos nos dois municípios em análise, os bairros de Campinas, Kobrasol, muitas áreas de Barreiros, Bosque das Mansões e Praia Comprida, em São José, além do Pagani e Centro, em Palhoça.

Com exceção do Bosque das mansões, os demais possuem elevadíssimas densidades populacionais, de acordo com o censo de 2010 do IBGE. É válido salientar que Kobrasol e Campinas possuem as maiores densidades populacionais da região metropolitana: 33.404 hab./km² e 29.698 hab. /km², respectivamente. Disso, é verdadeiro que lugares centrais possuem elevadas densidades populacionais, porém, nem todos os lugares com elevadas densidades constituem centralidades. Senão vejamos:

O bairro do Brejaru, em Palhoça, possui uma das maiores densidades populacionais de acordo com o censo de 2010 do IBGE, mas não pode ser considerado uma centralidade. Isso porque não consegue atrair fluxos econômicos, seja comercial ou

¹¹⁸Em momentos de crises econômicas há uma expansão maior dessas formas de ocupações.

¹¹⁹Jacobs (2011, 57) ao escrever sobre as cidades americanas já dizia “É difícil superar a discriminação espacial onde as pessoas não tenham como manter uma vida pública civilizada”

de serviços, que são as atividades principais do município nem de dirigir esses fluxos para outros locais, como coloca Sposito (1991, p. 6):

[...] o centro [...], ele é antes um ponto de convergência e divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida é o ponto onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. (SPOSITO, 1991, p.6)

Em uma centralidade, existe uma grande diversidade de comércios e serviços, assim como, órgãos públicos. Não há necessidade de se deslocar para outros bairros ou ao Centro da capital quando precisa trabalhar, estudar, ir ao médico, fazer exames, cuidar de seus animais de estimação, passear, dentre outras atividades cotidianas. Isso não quer dizer que esses lugares são bolhas, pelo contrário. Nas palavras de Sposito (1991), são áreas integradoras e dispersoras em simultâneo, pois, fluem grandes fluxos de pessoas e veículos para esses lugares e destes para outros.

Dessa forma, os agentes produtores do espaço urbano, especialmente o Estado, transformam esses lugares aprazíveis para a elite, não necessitando perder tempo nos deslocamentos/congestionamentos diários. São lugares produzidos pela elite e para a elite, para que esta desfrutasse a liberdade espacial, conforme coloca Villaça, 2001, p. 280: “Essa classe, e o Estado por ela dominado, produziram então um espaço urbano em que elas poderiam desfrutar ao máximo as opções que a liberdade espacial lhes oferecia”

Há, porém, bairros mais afastados que estão se constituindo como centralidades abastadas. É o caso do bairro Pedra Branca. Este foi concebido nos anos 1990 para ser um bairro com múltiplas funções: residencial, comercial, industrial e de lazer, ou seja, um bairro onde pudesse morar, trabalhar, estudar e passar seus momentos de lazer, evitando com isso enfrentar os congestionamentos das vias principais. Começou a ser concretizado em 1999, com a instalação da Unisul em terras que antes eram uma fazenda da família Gomes, dona do grupo Portobello destinada à agropecuária. Os lotes foram divididos em áreas que variavam de 360 m² a 1000 m² para a edificação de unidades unifamiliares e multifamiliares. Na área comercial, foram construídos prédios e galerias para abrigar empresas de pequeno e médio porte de variadas atividades. Na zona industrial, há 204 lotes, abrigando setores no ramo metalúrgico, alimentício, imobiliário, madeireiro, moveleiro, tecnológico, dentre outros.

A Portobello empreendimentos investiu pesado na implantação de rede elétrica, telefonia, TV. a cabo, internet, iluminação pública, rede de água e de esgoto, de drenagem pluvial, estação de tratamento de esgoto, pavimentação, ciclovias e sinalização. Ainda foram construídos praças, parques, lagos com pista de caminhada, academias, dentre outros.

Apesar de não haver muros que separam o bairro Pedra Branca do resto da Palhoça, no aspecto social, é altamente segregador, pois, exclui as classes de baixa renda do acesso aos bens e serviços produzidos, já que estas não dispõem do poder aquisitivo para tanto. Esta área foi construída pela e para a elite desfrutá-la.

O espaço urbano do bairro é muito bem provido de equipamentos urbanos, bem como dos diferentes serviços que demandam a vida cotidiana. Além disso, há dois eixos de ligação, um com a BR 101 e o outro com o Loteamento Pagani, dando acessibilidade às áreas centrais do município, a São José e à capital.

Após o início da concretização desse espaço planejado, os diversos órgãos públicos se instalaram nas imediações (no Pagani): prefeitura, Câmara de Vereadores, Fórum, a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Ministério do Trabalho, Justiça Eleitoral e o Cartório. Com isso, não só o Loteamento Pagani se valorizou e se tornou o “Novo Centro de Palhoça”, mas também a Pedra Branca.

Iniciado em 1999 pela Jota's Empreendimentos Imobiliários, o loteamento Pagani é uma das áreas de Palhoça que mais tem crescido e se verticalizado. Tem uma das maiores densidades populacionais do município de acordo com o censo do IBGE de 2010. Segundo Vera e Silveira (2019, p. 273), houve uma intencionalidade do poder público municipal na verticalização do Pagani e arredores:

[...] o município incentivou a verticalização desse loteamento, e posteriormente, de todo o setor com uma série de legislações, como, por exemplo, instituindo a Lei do Solo Criado, no ano 2011. Tal documento estabelece que as construtoras podem edificar até 10% a mais do preestabelecido e até quatro pavimentos de garagens em áreas de uso misto, sem prejuízo do gabarito já definido. (VERA e SILVEIRA, 2019, p. 273)

Ao permitir mais gabaritos, o poder público instigou as construtoras a construir prédios e a obter um lucro maior sobre o mesmo espaço. Várias construtoras passaram a atuar no bairro, principalmente após a transferência de órgãos públicos, construindo torres

de até 21 andares. Como pode ser observado na figura 16, há um intenso processo de verticalização.

Figura 16: Verticalização no Pagani, Palhoça



Fonte: <http://iranpalhoca.blogspot.com/2014/04/os-120-anos-de-palhoca-e-verticalizacao.html>

A intensificação do processo de verticalização, instigado pelo poder público municipal e levado a cabo pelas grandes construtoras, têm levado, como já mencionado, à consolidação do Pagani como o “Novo Centro de Palhoça”, tal qual colocado pelos autores supracitados, na p. 2: “[...] a verticalização é o processo que consolida as centralidades urbanas, pois nelas se produzem concentrações de atividades e surgem novas áreas de acumulação para oferecer mais impulso às relações capitalistas.”

O Estado atua, seja através de suas legislações sobre o uso do solo ou como produtor direto do espaço urbano, contribui para a segregação socioespacial, ao instigar a elitização de determinados espaços (Pagani, por exemplo) ou a marginalização da maior parte da periferia.

A inauguração do Shopping Via Catarina, em 2010, às margens da BR 101, ao trazer uma infinidade de estabelecimentos comerciais e de serviços, gerou milhares de empregos diretos, indiretos e um grande fluxo de pessoas demandando seus produtos e serviços. Com isso, estimulou ainda mais os investimentos do Capital imobiliário na região do Pagani.

Desde quando se iniciou efetivamente em 1999, o loteamento Pagani evoluiu de uma área tipicamente residencial para uma polifuncional. A diversidade aglomerativa de comércios e serviços nessa área gera uma dinâmica econômica capaz de atrair mais empreendimentos e intensificar a verticalização.

Desse modo, as funções podem mudar e a importância do lugar pode ascender ou descender. Assim, o número de funções nas localidades pode aumentar ou diminuir, tornando-se ou não essas funções mais diversificadas e complexas.

O Centro de Palhoça (figura 18), ao contrário do Centro Histórico de São José (figura 17), passa por um processo de revitalização com investimentos da prefeitura na estrutura viária, reforma do mercado público, dentre outras, e do setor privado na abertura de novas lojas comerciais de varejo, atacado, serviços e na construção de prédios residenciais. Segundo dados do censo IBGE de 2010, seu adensamento populacional absoluto chegou a ser maior até do que no loteamento Pagani: 5.104 hab. /km².

Figura 17: Centro Histórico, São José



Fonte: <https://www.saojose.sc.gov.br/>

Figura 18: Centro de Palhoça



Fonte: <https://www.correiosc.com.br/prefeitura>

Os bairros mais verticalizados tanto em São José (Kobrasol, Campinas e Barreiros) quanto em Palhoça (Pagani, Centro) se situam às margens ou próximos a grandes vias de acesso: BR 101, Via Expressa (BR 282), pois, o fato de dar a acessibilidade às demais áreas da região metropolitana, em especial à capital, contribuiu para o rápido crescimento e verticalização:

A facilidade no acesso aos insumos e ao escoamento da produção, em virtude da redução dos custos e das distâncias, possibilitaram, ao longo do traçado, a

instalação de vários estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, oportunizando empregos e diferenciais de salários. (NUNES, 2008, p. 72)

Apesar do forte adensamento populacional com verticalização nessas centralidades de São José e Palhoça, ainda há extensas áreas que estão sendo objeto de especulação imobiliária, como podem ser observados nos espaços vagos nas figuras 19 e 20 referentes aos bairros de Campinas e Kobrasol.

Figura 19: Área próxima à Via Expressa (BR 282) em Campinas, São José



Fonte: <https://www.vivareal.com.br/>

Figura 20: Área, onde funcionou a distribuidora de Medicamentos Dimed até Abril de 2016 no Kobrasol, São José



Fonte: <https://www.vivareal.com.br/>

Os terrenos “disponíveis” para a compra, acima, estão situados no Centro econômico de São José e são altamente valorizados, dado a acessibilidade que sua localização propicia aos efeitos úteis da aglomeração, como salienta Queiroz Ribeiro (s.d., p. 41) apud Villaça (2001, p.74): “[...] cada terreno particular permite maior ou menor valorização pelo acesso que sua localização propicia aos efeitos úteis da aglomeração.”

Os terrenos similares em tamanho e situados em bairros periféricos de São José, como, por exemplo, no bairro de Forquilhas, chegam a custar cerca de dez vezes menos. Há variações de preços em um mesmo bairro de acordo com essa acessibilidade.

Na tabela 6, abaixo, foi listado o preço médio por metro quadrado de área construída em alguns bairros de São José e Palhoça. É evidente a grande diferença entre os preços em bairros centrais e periféricos em ambos os municípios. O fato de os bairros centrais de São José e de Palhoça estarem situados às margens ou próximo grandes vias de deslocamento, estarem bem providos de bens e serviços públicos no bairro ou nas proximidades e estarem, em muitos casos, em intenso processo de verticalização influem diretamente na valorização em relação a bairros periféricos.

A verticalização nos bairros mais valorizados, com exceção do Bosque das mansões em São José, pode ser, em simultâneo, resultado da valorização, como também influenciar nesta. Porém, isso não é uma condição *sine qua non*, pois, no caso do loteamento Pagani, em Palhoça, houve uma antecipação das construtoras, de acordo com Vera e Silveira (2019, p. 276). Elas investiram na construção de prédios, conforme a legislação de uso do solo criado de 2011, na expectativa de valorização futura. É claro que existem diversos fatores que são avaliados, tais quais a legislação do uso do solo criado, a transferência de órgãos públicos, a proximidade de vias de circulação e mesmo a qualidade inerente à topografia, além da existência de áreas planas - uma amenidade a ser considerada.

Tabela 6: Valores médios por m² de área construída de alguns bairros de São José e Palhoça

Valores médios por m ² em alguns bairros de São José e Palhoça em dezembro de 2018			
São José		Palhoça	
Bairro	Valor por m ² (em reais)	Bairro	Valor por m ² (em reais)
Bosque das mansões	R\$ 5.430,00	Cidade Pedra Branca	R\$ 4.639,00

Kobrasol	R\$ 4.713,00	Centro	R\$ 4.280,00
Campinas	R\$ 4.692,00	Pagani	R\$ 3.705,00
Forquilha	R\$ 3.066,00	Ariri	R\$ 2.800,00
Forquilha	R\$ 2.874,00	Bela Vista	R\$ 2.789,00
Potecas	R\$ 2.643,00	Caminho Novo	R\$ 2.782,00

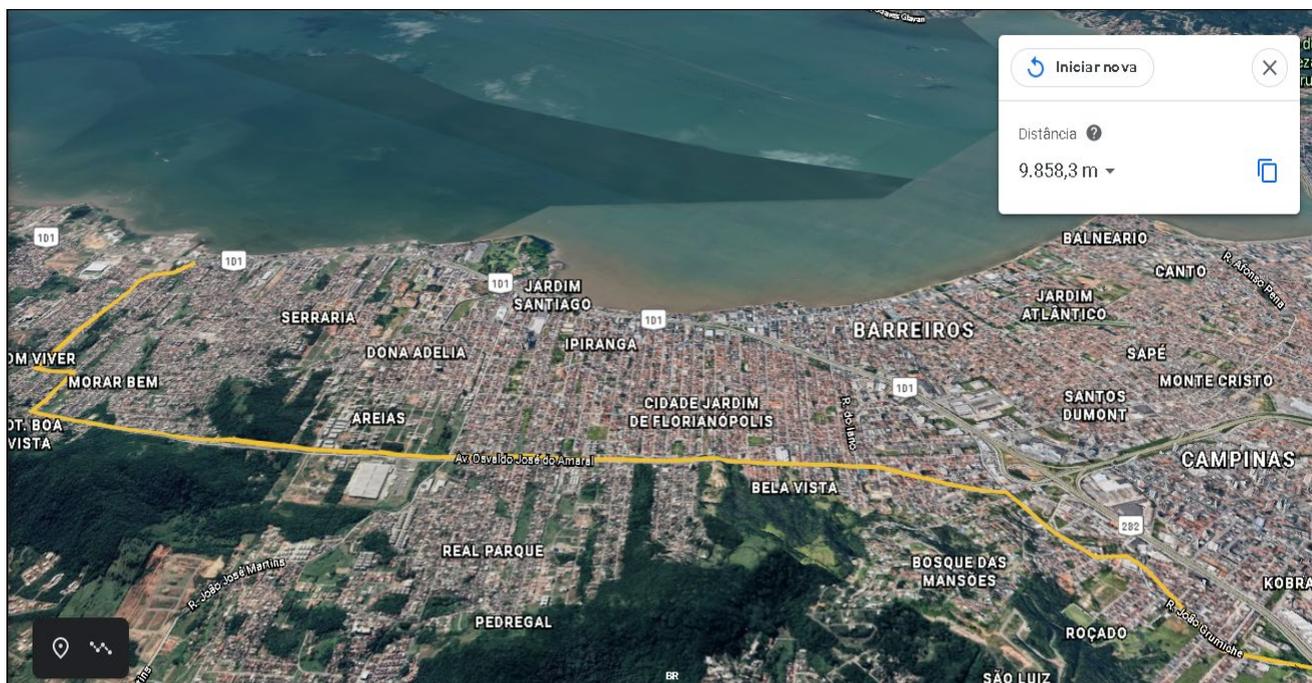
Fonte: <https://www.agenteimovel.com.br/>

Na primeira década dos anos 2000, três eixos viários foram construídos e inaugurados em São José, estimulando a expansão urbana e a verticalização do município e intensificando a especulação imobiliária. Não é a simples presença física dessas vias que consegue atrair urbanização, mas o fato de promover a acessibilidade entre diversos bairros ou setores destes em um município, integrando-os. Por isso, os três eixos viários construídos no início dos anos 2000 — a Avenida das Torres, a Beira Mar e a Transpotecas — não vão promover a urbanização da mesma forma e com a mesma intensidade.

O primeiro se trata da Avenida Osvaldo José do Amaral, conhecida como Avenida das Torres. Esta foi idealizada pelo poder público no início da década de 2000, quando efetivamente em 2003 foi criada a lei n.º 4048/2003 que autorizava a permuta de áreas onde passaria a Avenida da Torres. Em 2004, com as leis n.º 411/04 e n.º 4132/04, continuaram os processos legais de permuta de áreas para a passagem dessa Avenida e, no ano seguinte, começaram as obras. Sua inauguração ocorreu em 19 de março de 2007. Tem uma extensão de 5,7 quilômetros, cortando vários bairros de São José: Loteamento Boa Vista, Morar Bem, José Nitro, Jardim Zanellato, Serraria, Real Parque, Areias, Bela Vista, Barreiros, Nossa Senhora do Rosário e Bosque das Mansões.

Ao se considerar o prolongamento dessa Avenida ao sul com a Rua João Grumiche e ao norte com as Ruas: Pasqualine Inês da Costa, Edilar Angelo Valler, Herman Vieira, João Luiz Duarte e José Zimmerman ter-se-á uma extensão de quase 10 km. Essa integração se estende no sentido norte-sul desde a BR 101 em Biguaçu, passando pelos bairros Jardim Janaína e Bom Viver naquele município e perfazendo a direção noroeste e oeste de São José até ligar com a BR 101 no Roçado, também em São José, como pode ser visualizado na figura 21.

Figura 21: imagem do Google Earth mostrando, em evidência, o eixo da Avenida das Torres com as ruas que a prolongam até a BR 101, São José



Fonte: Earth.google.com adaptado pelo autor

A acessibilidade dada por esse eixo viário, conectando os bairros da porção oeste e norte de São José e sudoeste de Biguaçu a BR 101, estimulou a urbanização e densificação¹²⁰ dos espaços às suas proximidades. Vários empreendimentos do programa MCMV e outros foram construídos nessa parte da cidade. São exemplos de condomínios: Villa di Trento (Bom Viver, Biguaçu), Porto Rico (Areias, SJ), Residencial Luci BerKembrock (Real Parque, SJ), Residencial Vila do Arvoredo (Areias, SJ), Parque Flores do Campo (Barreiros, SJ), Residencial Avenida das Torres (Barreiros, SJ), dentre outros. Por isso, a Avenida das Torres tem provocado valorização imobiliária, atraindo a mancha urbana cada vez mais para a parte oeste.

O aumento do crescimento urbano neste setor de São José leva a implantação de Supermercados (figura 22), serviços especializados, comércio atacadista, indústrias, dentre outros.

¹²⁰Apesar de São José ter uma das maiores densidades demográficas de Santa Catarina (1639 hab./Km²) e possuir bairros com altíssimas densidades, como Pedregal 189, 84 hab./Km², Kobrasol 106, 05 hab./Km², Campinas 105, 52 Km², há bairros que são verdadeiros vazios demográficos, como, por exemplo, a Colônia Santana com uma densidade de 7,5 hab./Km².

Figura 22: Supermercado Bistek na Avenida das Torres



Fonte: drogarias.net

A partir da implantação da infraestrutura pelo município, houve, portanto, um estímulo à urbanização e às atividades econômicas. Por outro lado, essa maior acessibilidade e crescimento urbano e econômico têm favorecido, direta e indiretamente, a intensificação de ocupações irregulares das encostas (figura 23), no lado oeste dessa via.

Figura 23: Ocupação irregular nas proximidades da Avenida das Torres, em Areias



Fonte: <https://www.saojose.sc.gov.br/>

Outra via que contribuiu para a urbanização foi a Avenida Acioni Souza Filho, conhecida como Avenida Beira Mar. Possui 2,6 km de extensão, ligando a Rua Gaspar Neves, no Centro Histórico, aos bairros Praia Comprida, Kobrasol e Campinas, chegando ao bairro de Capoeiras em Florianópolis. Efetivamente, os trâmites para o empreendimento começou com a autorização legal dada pela lei n.º 3482/00 para contratação de mão de obra para a sua construção. A obra (figura 24) durou cerca de quatro anos, sendo inaugurada em 20 de março de 2004.

Figura 24: Construção da Avenida Beira Mar de São José, em 2001



c

om.br/noticias/261-anos-de-sao-jose-da-terra-firme-historias-e-imagens-que-falam-da-cidade/

Nos anos 1990, o aumento do fluxo de veículos na principal avenida de Campinas e Kobrasol, a Avenida Presidente Kennedy, levou o poder público a atender os anseios da elite josefense. Para tanto, foi necessário a remoção de uma comunidade carente que ali vivia. Com isso, houve a remoção dos “indesejados” e a satisfação dos interesses dessas elites que moram nessas imediações – mobilidade e valorização imobiliária. O metro quadrado dessa área urbana chegou a custar, em média, cerca de R\$ 4.713 reais em dezembro de 2018, de acordo com o sítio do agente imóvel.

Os imóveis dessa área têm se valorizado, principalmente, após a transferência de órgãos públicos para suas imediações, como a Prefeitura de São José, a Justiça Eleitoral de São José, o Incra, o Fórum trabalhista e a construção do primeiro Centro de

Convenções público da região metropolitana. Conseqüentemente, ocorreu a abertura/implantação ou ampliação de vários empreendimentos de comércio e serviços ao longo da avenida e região: centros comerciais, bancos, concessionárias, lojas de construção como a Cassol Centerlar, Casas da Água, dentre outros.

Em 2012 e 2016, a Beira Mar passou por revitalizações. Nesse processo, implantaram-se em seus 370 mil m², equipamentos de lazer (figura 25), estações de alongamento, academia da terceira idade, Centro de Atenção à Terceira Idade (CATI), quadras poliesportivas, pista de skate, de corrida rústica, de caminhada, minipistas para educação no trânsito, parques infantis, canchas de bocha, ciclovia, banheiros públicos, quiosques, decks e passarelas de acesso, além de iluminação pública. Essas obras foram realizadas com investimentos públicos e privados, totalizando recursos de mais de R\$ 15 milhões de reais, de acordo com dados do sítio da prefeitura de São José.

Figuras 25 e 26: Espaços segregados de lazer, Beira Mar de São José



Fonte: <https://www.saojose.sc.gov.br/>

De acordo com dados do Censo do IBGE de 2010 citados no trabalho de Saboya et al. (2016, p. 145), a área que compreende os bairros do Kobrasol, Campinas e Praia Comprida tem uma renda média de 3 a 5 salários-mínimos, ou seja, a maioria de seus moradores são de classe média. É possível concluir, então, que essa extensa área de lazer foi construída para um público elitizado, trata-se de um espaço segregado feito com dinheiro público em sua maioria.

Apesar de ter contribuído muito para a mobilidade dessa região, políticas de facilitação para a compra do automóvel, sem ao mesmo tempo, implantar alternativas de mobilidade, têm aumentado, de modo considerável, o fluxo de veículos na Presidente Kennedy, estrangulando-a em momentos de pico pela manhã e tarde. Mesmo na Beira

Mar, têm ocorrido congestionamentos ocasionais em alguns trechos, como pode ser observado na figura 26.

Figura 27: Congestionamento na Avenida Beira Mar de São José



Fonte: <https://www.saojose.sc.gov.br/>

A terceira via, a Transpotecas, chamada de Rua Kiliano Hames conecta os bairros do interior do município, tais como Forquilha, São Luiz, Potecas, Pedregal, Lisboa, Ciniro Martins e San Marino. Já através da Rua José Antônio Pereira e Rua Bom Pastor, que são continuidades da Transpotecas, conecta-se à Avenida das Torres. Ao sul, tem continuidade na Rua Docilício Luz, fazendo ligação com a BR 101. Apesar de estabelecer ligações entre os bairros da porção oeste de São José, ainda há precariedade de comércios e serviços públicos e privados ao longo de sua via e, em alguns trajetos, apresenta mau estado de conservação. O transporte coletivo possui poucos horários para atender essa parte do município.

Por outro lado, há inúmeras áreas “vazias” nessa franja urbana, potencialmente urbanizáveis. Muitas continuam servindo para a criação de animais e cultivos, já outras permanecem sem uso ou servindo de engorda no processo de especulação imobiliária. É notável, na figura 27, a abundância de áreas potencialmente urbanizáveis.

Figura 28: Um trecho da Transpotecas: Rua Kiliano Hames



Fonte: Street view, 2019, adaptado pelo autor

Diferentemente da Avenida Beira Mar, a Transpotecas é, em muitos trechos, uma via precária, mal cuidada, com poucas linhas e horários de ônibus, não dispondo de áreas de lazer em suas proximidades, assim como ocorre em partes da Avenida das Torres. É válido ressaltar que tanto a Transpotecas quanto a Avenida das Torres ligam bairros com uma média de renda per capita que variam de menos de um salário-mínimo e até 2 salários-mínimos, ou seja, bairros das classes populares.

Além disso, nessa organização/reorganização socioespacial é preciso considerar que as camadas mais abastadas são bem mais articuladas politicamente do que as populares¹²¹. Assim, conseguem satisfazer seus interesses com muito mais facilidade e agilidade se comparado com as classes mais pobres, que não possuem essa voz. Aliás, elas são, direta ou indiretamente a classe dirigente, o grupo político, que usa os instrumentos do Estado para defender suas opiniões e favorecer seus interesses, como coloca Júnior, 2014, p.154: “De fato, uma minoria constituída por moradores de alta renda bem articulada politicamente, deve ser tomada como um poderoso agente social[...].”

¹²¹Marx em sua obra “A ideologia alemã” diz “A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe ao mesmo tempo, com isso, dos meios para a produção espiritual dominante”, ou seja, a classe dominante é direta e/ou indiretamente a classe política.

Portanto, a desigualdade econômica e política em nossas cidades, leva à desigualdade espacial. A segregação, seja no aspecto econômico, social, político e espacial, serve, antes de tudo, para manter a dominação da elite sobre as classes pobres e assegurar através do poder público a qualidade de vida do seu espaço, conforme coloca Villaça (2012, p. 74).

Em síntese, nesta seção, constatou-se que o crescimento urbano pós 2003 continua ocorrendo de forma intensa, sobretudo em Palhoça, porém, com redução nos dois municípios estudados. Isso está ocorrendo devido à diminuição de áreas urbanizáveis, restrições ambientais e redução da fecundidade. Apesar disso, de 2003 a 2014, num contexto de crescimento econômico nacional e internacional aliados a políticas públicas, sobretudo as habitacionais (MCMV) contribuíram para a expansão urbana rumo às áreas periféricas atendendo a demanda, principalmente de migrantes. Com isso, acelerou ainda mais a fragmentação do espaço urbano, tornando cada vez mais cara e deseconômica. Essa fragmentação do espaço, além de produzir áreas de especulação, incentiva o uso do transporte privado afetando a mobilidade entre e dentro esses municípios e com a capital, e conseqüentemente a qualidade de vida de seus moradores. Na próxima seção esse assunto será melhor explorado.

3.3 – Dinâmicas urbanas na atualidade de São José e Palhoça

3.3.1 – *Os fluxos populacionais*

Os deslocamentos espaciais da população são processos inerentes à constituição do espaço urbano, pois, fazem parte do modo como ele se estruturou. Dentro desse espaço estão concentradas as atividades econômicas, os grupos sociais e os serviços públicos, sendo esses fluxos reveladores da forma com que a sociedade tem acesso aos bens e serviços produzidos pela coletividade. Isso demonstra, assim, as injustiças quanto ao acesso às diversas porções do espaço urbano e metropolitano.

Nesse mesmo sentido, a cidade é composta por fixos, o que está sendo construído e desconstruído continuamente, e pelos fluxos, que são os deslocamentos diários de pessoas, capitais, veículos, dentre outros. Os fluxos dão vida a esse conjunto, que nos evidencia através da paisagem urbana. Enquanto esses fluxos constroem o

espaço urbano, são por ele modificados. Logo, o que ocorre é um espaço em constante mudança, pois, o que vemos hoje não estará da mesma forma amanhã.

Em qualquer espaço metropolitano, esses fluxos diários vão mostrar, ainda, os laços de dependência que existem entre a cidade polo e as demais e também entre estas e dentro destas, colocando em evidência a articulação e a fragmentação entre os diversos setores da metrópole.

Cada região metropolitana é única em seu processo de constituição. Por isso, há regiões em que a cidade polo exerce maior influência sobre as cidades satélites e, por outro lado, regiões em que a essa “divide” seu poder de influência com outra(s). Isso se materializa nos diversos deslocamentos diários entre as distintas porções urbanas ou na metrópole na sua totalidade.

Em seu processo de formação, o espaço urbano foi moldado segundo os interesses dos seus agentes produtores/consumidores: o Estado, proprietários fundiários, promotores imobiliários, proprietários dos meios de produção e os grupos sociais excluídos¹²². Portanto, esses produziram e produzem um espaço urbano fragmentado, articulado e desarticulado, e, muitas vezes, dissociado. Isto quer dizer que o local de moradia, geralmente, não é o de trabalho, compras, estudo e/ou lazer. Isso ocorre segundo Colla, 2018, p.50, porque: “Os preços altos e a escassez de terras e habitação nos lugares mais centrais são fatores impeditivos para a compra de uma residência próxima ao local de trabalho, já que o maior volume de empregos encontram-se no núcleo metropolitano.”

Consequentemente, as pessoas no seu fazer diário, trabalho e/ou estudo e, periodicamente, lazer são obrigadas a se deslocarem no espaço urbano do município e/ou metropolitano, principalmente, para a cidade polo da metrópole.

Há, quase sempre, a mobilidade da força de trabalho, das áreas menos dinâmicas para áreas mais dinâmicas do espaço metropolitano. Desse modo, há um deslocamento maior das áreas periféricas para as centralidades da metrópole e, especialmente, para a cidade polo. Nesta cidade, se existe uma forte concentração das atividades econômicas em relação aos demais municípios da região metropolitana, os movimentos cotidianos terão uma natureza mais unidirecional. Contudo, se o desenvolvimento econômico nesses municípios enseja uma dinâmica própria, os deslocamentos para a cidade polo serão menores.

¹²²cf. Corrêa (2005).

Na região metropolitana de Florianópolis, sobretudo nos municípios conurbados, a grande relevância da participação das atividades terciárias no PIB (cerca de 70%, 2016) está associada ao grau de urbanização desses municípios (mais de 97%, de acordo com o censo de 2010). A maioria dos serviços está concentrada em Florianópolis (cerca de 60% em 2010, de acordo com o IBGE), especialmente na ilha. Por isso, os fluxos diários de veículos dos municípios da região metropolitana em direção a ilha é um dos motivos dos congestionamentos na entrada e saída da mesma todos os dias.

De acordo com o censo de 2010, no que diz respeito à população pendular que se deslocava de São José e Palhoça a Florianópolis por motivo de trabalho, a maioria (91,8% e 84,5%, respectivamente) tinha nas atividades terciárias suas funções laborais. Esse movimento ainda está ligado à importância econômica que a capital representa na região metropolitana. No entanto, essa preponderância econômica vem mudando, conforme mostram os dados referentes ao Valor Adicionado Fiscal de Florianópolis, São José, Palhoça e região metropolitana da tabela 4.

Com base nos dados da SEF/SC referentes aos anos de 2006, 2010 e 2018 do Valor Adicionado Fiscal (VAF)¹²³ e constantes na tabela 7, abaixo, é evidente a concentração econômica em Florianópolis, seguida por São José e Palhoça. Juntos, esses três municípios conurbados respondiam por 78,2% das atividades econômicas em 2006, aumentando para 83,2% em 2018. Nesse período, houve aumento dessa concentração nesses três municípios, mas, internamente, existe uma desconcentração relativa de Florianópolis em benefício de São José e Palhoça.

Concomitantemente a uma desconcentração relativa da cidade-polo, há um ambiente dinâmico gestado em São José e, principalmente, em Palhoça. No período 2006-2018, o município de Palhoça quase triplicou sua participação no Valor Adicionado Fiscal da economia da região metropolitana, passando de 6,3% para 15,7%, enquanto São José cresceu 2,7%.

Ao analisar o acréscimo do VAF nesses três municípios, em valores absolutos, no período mencionado, evidencia a maior dinamicidade da economia palhocense se comparado a São José e Florianópolis. O Valor adicionado Fiscal de Palhoça cresceu quase seis vezes (580%), enquanto a de São José dobrou (202%) e em Florianópolis foi

¹²³O Valor Adicionado Fiscal (VAF) segundo o manual elaborado pela prefeitura de Monte Carmelo/MG se refere a diferença havida entre a compra e venda de mercadorias e serviços tributáveis pelo ICMS. Ele demonstra o movimento econômico real de uma dada localidade. Serve ainda para calcular o índice de participação municipal no repasse do ICMS.

de 130%. Portanto, é necessário reiterar que essa maior dinamicidade em Palhoça é fruto de políticas públicas de estímulo econômico, combinado com fatores locais.

Apesar de ainda exercer o papel de polo econômico da região metropolitana, a capital vem perdendo espaço econômico para São José e Palhoça. Estes dois municípios juntos já superam Florianópolis na participação da VAF (45,4%) em relação à região e também em termos absolutos: R\$ 7.976.646.550,94 contra R\$ 6.656.415.681,3 da capital.

Já a participação dos demais municípios da região metropolitana no Valor Adicionado vem diminuindo. Entre 2006 e 2018, os municípios restantes perderam 4,8% na participação do Valor Adicionado da metrópole. À semelhança disso, como anteriormente evidenciado pela tabela 3, a participação desses na população total da região metropolitana de Florianópolis também vem reduzindo.

Tabela 7: Valor Adicionado Fiscal de Florianópolis, São José, Palhoça e região metropolitana

Valor Adicionado Fiscal em Florianópolis, São José e Palhoça/Grande Florianópolis (em R\$)						
Cidades	Ano			Participação em relação a região metropolitana (%)		
	2006	2010	2018	2006	2010	2018
Florianópolis	2.894.774.549,00	4.023.185.984,89	6.656.415.681,30	45,1%	40,6%	37,8%
São José	1.727.029.616,05	2.792.910.977,76	5.221.355.840,33	27%	28,2%	29,7%
Palhoça	405.143.122,46	1.145.744.145,88	2.755.290.710,61	6,3%	11,6%	15,7%
Resto da RM	1.385.227.713,18	1.930.429.892,00	2.944.990.124,30	21,6%	19,6%	16,8%
Região Metropolitana	6.412.175.000,70	9.892.271.000,80	17.578.052.356,54	100%	100%	100%

Fonte: elaborado pelo autor de acordo com dados constante no site:http://www.sef.sc.gov.br/servicos/servico/92/Valor_adicionado_por_munic%C3%ADpio_e_atividade

Em números absolutos, ao se comparar os dados do censo de 2000 com os de 1980, do IBGE, houve crescimento da população que se desloca para trabalho ou estudo fora da circunscrição de seu município. Em 1980, no estado de Santa Catarina, havia 85 mil pessoas que se deslocavam, aumentando para 263.109 pessoas em 2000, uma

elevação de 209,5% em duas décadas. Nesse período, houve, também, aumento nos deslocamentos intra metropolitanos, de 30.530 pessoas para 90.101 pessoas, um acréscimo de 195,1%. Entretanto, a representatividade desses em relação aos do estado diminuiu, pois, em 1980 era próximo de 36%, decaindo para 34,2%, em 2000. Portanto, há uma distribuição desses fluxos com outras localidades.

Segundo dados do censo de 2000 do IBGE que consta no PMISB/FPOLIS, havia, naquele ano, 90.101 pessoas que se deslocavam na metrópole por motivo de trabalho e/ou estudo na região metropolitana de Florianópolis. A maior parte desses fluxos, assim como em qualquer metrópole, tinha como destino a cidade-polo, Florianópolis, o que compreendia 64.112 pessoas (71,1%). O segundo destino era a cidade de São José, com 15.970 pessoas (17,7%). O terceiro lugar era Palhoça com 3.430 pessoas (3,8%) e os demais municípios da metrópole ficavam com 6.589 (7,4%). Somente a capital e São José absorviam 88,8% desses deslocamentos. Há, desse modo, uma forte concentração dos fluxos pendulares nesses dois núcleos conurbados, acompanhando a polarização econômica, sobretudo no setor terciário.

O maior desenvolvimento econômico da capital, principalmente no setor terciário: comércio, serviços e turismo, polarizou a geração de empregos. Segundo dados de 2016 do Sebrae relativos à região metropolitana, de 449.088 empregos gerados, 256.376 foram na capital, isso equivale cerca de 58% dos empregos no comércio e serviços da metrópole. Ademais, de acordo com o censo de 2010 do IBGE, Florianópolis possuía, naquele momento, a melhor relação emprego/morador da região metropolitana, de 119,89, seguida por São José, de 85,83, e Palhoça, 71,41. Isso explica o afluxo diário de trabalhadores de outros municípios da região metropolitana, principalmente de São José e de Palhoça.

Por outro lado, a valorização imobiliária nas regiões centrais vai determinar a localização da residência dos trabalhadores, principalmente, nas áreas periféricas da região metropolitana. Portanto, a concentração econômica e a periferização da localização da residência da classe trabalhadora explicam esses fluxos pendulares de diferentes lugares da metrópole em direção a Florianópolis. Além disso, Souza e Sugai (2018, p.81) evidencia a concentração de instituições públicas e privadas de saúde e educação e centros de compras na área central de Florianópolis, gerando, assim, empregos e atraindo demandantes desses serviços.

Um exemplo dessa concentração é a que ocorre no setor educacional. Em 2019, do total de 115 instituições de ensino superiores cadastradas no MEC na região

metropolitana de Florianópolis, 58 estavam na capital (50,43%), 22 em São José (19,13%), 14 em Palhoça (12,19%), 7 em Biguaçu (6,08%) e nos demais municípios 14 (12,19%). Somente em Florianópolis e São José, essa concentração representava a maioria absoluta, 80 instituições, com um percentual de 69,54%, conforme a tabela 8.

Em 2000, ainda de acordo com o censo do IBGE, o fluxo para Florianópolis por razão de trabalho era cerca de 67%, vindo de dois municípios: São José (49%) e Palhoça (18%), já os demais respondiam juntos por 33%. Em 1980, o movimento desses dois municípios para a capital representava 17.413 (57%) e 6.640 (21,7%), respectivamente.

Tabela 8: Instituições de Ensino Superior na Região Metropolitana de Florianópolis

Instituições de Ensino Superior na Região Metropolitana de Florianópolis (2019)			
Municípios	Privadas	Públicas	Percentual (%)
Florianópolis	52	6	50,43%
São José	20	2	19,11%
Palhoça	12	2	12,19%
Biguaçu	7	0	6,08%
Demais municípios	14	0	12,19%
Região Metropolitana	105	10	100%

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com dados constante no site: <http://serieweb.sed.sc.gov.br/cadiesportal.aspx>

Ao conjugar os dados elencados na tabela 10 do censo de 2010, referentes aos fluxos pendulares, com a relação de habitante por emprego de 2016 dos municípios de São José e Palhoça (1,5 e 2,9, respectivamente), percebe-se que o fluxo pendular continuava significativo em termos absolutos, tendo inclusive aumentado. No entanto, a participação desses deslocamentos em relação aos totais desses municípios que trabalham e/ou estudam continuava sendo a minoria.

É notório o crescimento urbano bastante significativo de Palhoça nas últimas décadas (de 1991-2010, 100,7%), tanto que passou a ser chamada de “a cidade que mais cresce em Santa Catarina”. Isso trouxe um aumento nos fluxos diários, principalmente para Florianópolis. Mesmo as políticas municipais e estaduais de desenvolvimento econômico, com ampliação da renda e do emprego local, não foram suficientes para diminuir, em termos absolutos esses fluxos.

A capital e, mais recentemente, a cidade de São José têm recebido esses fluxos pendulares. Mesmo com a participação de trabalhadores e estudantes de outros municípios nesses fluxos para Florianópolis, ainda há uma preponderância dos deslocamentos de São José e Palhoça. Tomando isoladamente os fluxos pendulares que saem desses dois municípios, fica evidente que os direcionados à capital correspondiam à maioria (89,3% e 60,3%, respectivamente), conforme sugere a tabela 9.

Apesar dessa polarização exercida pela capital sobre os fluxos pendulares da região metropolitana e, especialmente, sobre São José e Palhoça, essas cidades não poderiam mais serem chamadas tipicamente de cidades-dormitórios, uma vez que os fluxos de deslocamentos destas representavam 27,6% e 27,7%, respectivamente, sobre o total dos que exercem as atividades de trabalho ou estudo no ano de 2000, de acordo com a tabela 9.

Tabela 9: Deslocamentos intra metropolitanos referentes a São José e Palhoça, 2000

Deslocamentos intra metropolitanos (2000)					
Município	Estuda ou Trabalha (total)	População que se desloca	População que se desloca (%) do total	Deslocamento para Florianópolis	Deslocamento para Florianópolis (%)
São José	138.668	35.356	27,6%	31.606	89,3%
Palhoça	70.898	19.626	27,7%	11.835	60,3%
Região metropolitana de Florianópolis	570.979	90.101	34,2%	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do censo do IBGE de 2000 que consta no PMISB/ Florianópolis, 2010.

No censo de 2000, embora os dados referentes às atividades de trabalho ou estudo tenham sido coletados juntos, fica claro que a maioria das pessoas que estudavam ou trabalhavam em São José e Palhoça permaneciam no mesmo município, 72,4% e 72,3%, respectivamente. Assim, ainda que a capital continue atraindo grandes fluxos de pessoas e capitais, as cidades do entorno vêm buscando se desenvolver cada vez mais e de forma autônoma.

De acordo com o censo de 2010, os deslocamentos na região metropolitana continuaram aumentando em termos absolutos, passando para 119.852, um crescimento de 33% em relação a 2000. Todavia, esse processo progrediu em ritmo menor do que no período de 1980-2000, 195,12%, o que contabiliza uma média de 97,5% por década.

Houve, também, uma diminuição da representatividade dos deslocamentos pendulares da região metropolitana de Florianópolis sobre os deslocamentos pendulares totais do estado de cerca de 20,7%, no período de 2000-2010.

Segundo Deschamps et al. (2014), esse declínio na participação da região metropolitana nos deslocamentos pendulares do estado se deve ao aumento de mais cidades nesses movimentos. No estado, eram 30 cidades com movimentos acima de 1.000 pessoas em 2000, passando para 71 cidades em 2010. É possível concluir que houve uma dispersão geográfica desses movimentos, englobando mais municípios das regiões metropolitanas.

A capital continuava como receptora da maior parte dos fluxos pendulares da região metropolitana Florianópolis de acordo com o censo de 2010, recebendo 86.724 pessoas (72,3%). Em segundo lugar, São José continuava muito atrativo para esses deslocamentos, haja vista seu grande crescimento e desenvolvimento econômico, principalmente no setor terciário. Sua participação na recepção desses fluxos quase dobrou em relação ao censo de 2000, passando de 15.970 pessoas (17,7%) para 33.659 (28,1%).

Um dado que torna evidente esse desenvolvimento econômico josefense é o relativo à relação emprego/habitante. Segundo dados do Sebrae referentes a 2016, entre os três maiores municípios da região metropolitana (Florianópolis, São José e Palhoça), São José possuía a melhor relação emprego/PEA¹²⁴: 1,5, seguido pela capital, 1,7, e Palhoça, 2,9. Essa maior dinamicidade da economia josefense já vinha se desenhando desde o início dos anos 2000.

Conforme os dados de 2010 do censo do IBGE relativos a São José e Palhoça, mesmo que as atividades de trabalho e estudos apareçam separados, é notável o aumento dos deslocamentos em números absolutos para essas atividades rumo à capital. De acordo com o mesmo censo, os movimentos pendulares de Florianópolis para outros municípios da região eram insignificantes: 6,9%.

Em 2010, a população que se deslocava desses dois municípios por motivo de trabalho, conforme a tabela 10, era de 41.449 e 28.666, respectivamente, o que representava 37,6% e 41,7%. Enquanto para estudo era de 13.152 e 5.818, representando 21% e 14%, respectivamente. Em relação ao total de estudantes, essa parcela que se desloca não representa muito, mas se houvesse dados específicos de

¹²⁴Esse dado indica uma relativa autonomia da economia josefense e palhocense.

estudantes do ensino superior que se deslocam, ter-se-ia outra realidade, haja vista que a maior parte dessas instituições se localizam na capital.

Tabela 10: Deslocamentos Intra Metropolitanos Referentes a São José e Palhoça, 2010
Deslocamentos Intra Metropolitanos (2010)

Motivo do Deslocamento	São José				Palhoça			
	Município de Residência	(%)	Outro Município	(%)	Município de Residência	(%)	Outro Município	(%)
Local de Trabalho	73.180	62,4	41.449	37,6	43.556	58,3	28.666	41,7
Local da Escola	50.353	79	13.152	21	35.534	86	5.818	14

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com dados do censo do IBGE de 2010

O crescimento espraiado da população da região metropolitana, que leva à periferização, aumenta os deslocamentos diários daqueles que não trabalham no mesmo local de moradia. Isso ocorre nos limites municipais, como também de um município para outro, acarretando grande ônus privado¹²⁵ e público¹²⁶ às áreas emissoras e receptoras desses fluxos diários.

De acordo com os dados do censo do IBGE citados no relatório do Plamus (2014), o tempo gasto durante os deslocamentos pendulares diários da população residente em São José e Palhoça era bastante significativa: cerca de 82% e 76%, respectivamente, gastava de 6 minutos a 1 hora. Enquanto para cerca de 9% e 14%, respectivamente, o tempo gasto variava de 1 hora e mais de 2 horas. Os deslocamentos de curta distância, em um mesmo bairro ou mesmo para um bairro vizinho, representavam a minoria: cerca de 9% e 10%, respectivamente.

Apesar de a minoria dos que se deslocam a trabalho ou a estudo perfazerem distâncias curtas, o uso de transportes alternativos, como a bicicleta, desafogaria de maneira significativa o trânsito nas áreas estranguladas. Isso diminuiria o tempo de

¹²⁵Dentre os custos a serem suportados pelo trabalhador e empresariado podem ser citados aqueles relativos ao transporte, a produção sacrificada, custo da alimentação.

¹²⁶Os custos públicos se referem, principalmente, a levar cada vez mais distante uma série de Infraestruturas e serviços a essas comunidades periféricas.

deslocamento daqueles que usam o transporte coletivo para perfazer distâncias mais longas. Porém, antes disso, é necessária a expansão da malha cicloviária¹²⁷, principalmente nas áreas com maior fluxo de veículos, indiferentemente se estão ou não na zona central da região metropolitana.

À medida que o espaço urbano de São José e Palhoça se expande a partir das vias principais sem diversificação dos sistemas de transporte e de ações integradas de transporte e ordenamento territorial, os acessos principais à cidade-polo passam a sobrecarregar cada vez mais, aumentando o tempo nos deslocamentos diários e, com isso, elevando a produtividade sacrificada.

Segundo dados da FIRJAN referentes a um estudo de custos de deslocamentos nas principais áreas urbanas do Brasil publicado em 2015, o distanciamento entre o local de residência e de trabalho tem trazido enormes custos de produção sacrificada, ou seja, o que deixa de ser produzido devido ao tempo perdido nos deslocamentos diários. De acordo com o mesmo estudo, em 2012, a região metropolitana de Florianópolis deixou de produzir 2,4% do PIB, chegando a ter uma produção sacrificada de cerca de 632 milhões de reais. No ano anterior tinha sido de 618 milhões de reais, uma variação de 2,2%.

Ainda no que diz respeito a mobilidade da população, e em especial da trabalhadora foram feitas coletas de dados em algumas empresas de São José e Palhoça de modo a evidenciar a residência dos trabalhadores. Os dados constantes na tabela 11 deixa claro que, com exceção da Intelbras, há mobilidade dos trabalhadores majoritariamente no município onde se situa a empresa.

Tabela 11: Local de residência dos trabalhadores de algumas empresas de São José e Palhoça

Local de residência dos funcionários de algumas empresas de São José e Palhoça												
Empresa	Local onde está situada a empresa	Municípios de residência										Total
		São José	%	Palhoça	%	Florianópolis	%	Biguaçu	%	Outros	%	
Intelbras	São José	733	34.6	958	45.3	292	13.8	57	2.7	76	3.6	2116
Welle	Palhoça	-	-	40	66.7	15	25	-	-	5	8.3	60

¹²⁷Atualmente, a malha cicloviária da área conurbada está concentrada em alguns locais da capital. Em São José e Palhoça ela está restrita a alguns trechos de áreas privilegiadas do espaço urbano.

Koerich	Palhoça	2	10	16	80	-	-	-	-	2	10	20
Colombo	Palhoça	4	40	6	60	-	-	-	-	-	-	10
Magazine Luiza	Palhoça	1	0.5	21	95.5	-	-	-	-	-	-	22
Feirão de móveis	Palhoça	-	-	12	100	-	-	-	-	-	-	12
Imperatriz	Palhoça	-	-	43	100	-	-	-	-	-	-	43

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com dados fornecidos pelas empresas.

Nesse sentido, essas informações vão ao encontro do que já foi mencionado em relação à relativa pendularidade da população palhocense e josefense em direção à capital e a uma maior dinamicidade e autonomia de crescimento e desenvolvimento econômico.

Enfim, os fluxos diários que ocorrem entre São José e Palhoça com a capital é resultado de como se estruturou o espaço, os fixos. Este se constituiu de forma fragmentada, local de moradia e de trabalho estão separados. A concentração econômica na capital continua determinando a direção da maior parte dos fluxos pendulares diários que ocorrem na região metropolitana de Florianópolis. Apesar disso, nas últimas décadas, políticas de incentivos, principalmente ao nível municipal, instigam o desenvolvimento local da economia josefense e palhocense, reduzindo a dependência em relação à capital. Dados de Valor Adicionado Fiscal, referentes aos anos 2006, 2010 e 2018 da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina mostrou um crescimento de quase três vezes na participação de Palhoça e acréscimo de 3% de São José em relação ao VAF total região metropolitana, enquanto a participação da capital no mesmo período teve um decréscimo de cerca de 8%, tornando, explícito a dinamicidade das economias josefense e palhocense e a desconcentração econômica da capital em favor de São José e Palhoça. Também se apurou, a partir dos dados de deslocamento para trabalho/estudo dos censos de 1980, 2000 e 2010 do IBGE, que São José vem atraindo cada vez mais parte dos fluxos pendulares da região metropolitana. Ainda nesses dados ficou evidente que os movimentos pendulares representam uma pequena parcela dos trabalhadores e estudantes de São José e Palhoça. Diante disso, é possível afirmar que estes dois núcleos urbanos vêm se desenvolvendo de forma mais autônoma influenciando diretamente nos fluxos e nos fixos, reestruturando o espaço urbano, local.

4 – Conclusão

Ao longo da dissertação, procurou-se analisar a expansão urbana de São José e Palhoça, sobretudo a partir dos anos 1970, com destaque para o período de 2003-2020. Para tanto, buscou-se investigar os processos geoeconômicos e políticos ocorrentes nestas áreas que foram contribuintes para esta expansão. Engloba-se nessa contribuição o papel das políticas fiscais e creditícias nos níveis, federal, estadual e municipal e do setor privado para essa expansão.

Desde sua fundação até princípios do século XX, os núcleos de São José e Palhoça estiveram direta e indiretamente polarizados pela capital. Os interesses dos capitais comerciais do Rio de Janeiro e de Desterro subordinaram as atividades econômicas locais e o desenvolvimento urbano local. Apesar disso, uma colonização diversificada em São José contribuiu para uma diversificação produtiva maior que no município de Palhoça, logo as condições para a formação de um mercado interno e para a urbanização foram anteriores em território josefense que em Palhoça.

Embora a construção da ponte Hercílio Luz nos anos 1920 tenha implicado em perdas aos municípios do entorno da capital, alguns bairros de São José despertaram interesse do Capital imobiliário antes dos anos 1970, pois a construção dessa ligação continente ilha trouxe valorização, principalmente do bairro do Estreito. Em muitas porções deste bairro, e em outros lugares nas proximidades da ponte, em direção norte, abriram-se loteamentos nas enormes chácaras, como atestam fotos aéreas de 1938, disponíveis no site da prefeitura de Florianópolis. Nas décadas seguintes, 1940 a 1970, há uma densificação do espaço urbano, central continental e expansão urbana em Campinas e Barreiros. Desse modo, há um transbordamento do crescimento urbano da capital rumo às proximidades. O fato de São José estar contíguo à capital se torna fundamental para explicar sua expansão urbana mais precoce e mais rápido que Palhoça.

Essa localização geográfica continuou sendo importante para a expansão urbana nas décadas de 1960 e 1970. Porém, nesta década, a finalização da BR 101 no trecho norte e os maciços investimentos em infraestrutura e instalação de inúmeros órgãos estaduais e federais em Florianópolis contribuiriam de sobremaneira nessa expansão e para o seu direcionamento.

Na medida em que o tecido urbano se expandiu rumo à periferia, foi se formando espaços segregados, rodeados por bairros periféricos, que muitas vezes são carentes de

infraestruturas. É o caso do bairro, Cidade Universitária Pedra Branca, em Palhoça e o Bosque das Mansões, em São José.

Recentemente, a construção do anel viário da grande Florianópolis estimula a especulação imobiliária em suas imediações, fazendo surgir na direção oeste novos loteamentos, em Palhoça e São José, conforme já foi previsto no prognóstico apresentado no Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA do contorno viário de 2013.

Além disso, políticas de incentivos fiscais e creditícias, estadual e municipais, a partir dos anos 1970, foram importantes para gerar um desenvolvimento econômico local mais autônomo. Ao instigar o desenvolvimento local, como foi no caso da instalação dos Distritos industriais de São José (em 1977) e Palhoça (1989) colaborou para a expansão e o adensamento, urbanos.

No período pós 1990, se verificou que as políticas fiscais e creditícias ao nível municipal, principalmente em Palhoça, demonstraram serem mais significativas tanto quantitativamente quanto qualitativamente para o desenvolvimento econômico local, sobretudo no setor terciário, instigando um ambiente de atração aos negócios e, conseqüentemente à urbanização. Além de novos negócios, muitas empresas de Florianópolis e de São José tem se instalado em Palhoça.

A grande dinamicidade das economias de São José e Palhoça foi constatado através de vários indicadores, dentre os quais, o aumento significativo na arrecadação de impostos municipais, a relação emprego/PEA e o Valor Adicionado Fiscal. Muitos destes se apresentaram melhores do que para Florianópolis.

Ainda, cabe destacar o enorme papel dos programas habitacionais federais e estaduais na urbanização da área conurbada, sobretudo na área de estudo. Com a institucionalização de um sistema de financiamento, criação do SFH e do BNH em 1964, Cohab/SC em 1966, e recentemente, o MCMV, em 2009, os municípios do entorno da capital expandiram e densificaram sua mancha urbana rumo às áreas periféricas. No entanto, não houve crescimento no mesmo ritmo, no fornecimento de serviços e infraestruturas a essas demandas periféricas, que são obrigadas, muitas vezes, a se deslocarem a outros bairros ou a capital na busca dos mesmos.

Apesar desses programas terem possibilitado o acesso ao sonho da casa própria a milhares de famílias josefenses e palhocenses, o deficit habitacional tem aumentado, de acordo com dados das secretarias municipais, citados no trabalho de Vera (2014). Por outro lado, conforme constatado durante saídas a campo e conversas informais, essa

realidade contrasta com o grande número de unidades habitacionais construídas pelo programa MCMV que estão desocupadas, alugadas, sendo vendidas de maneira irregular e até mesmo obras que estão paradas.

O problema do deficit habitacional é comum a todos os municípios da área conurbada de Florianópolis, porém não há um projeto integrado de habitação entre eles, nem mesmo na habitação de interesse social. Durante visita à secretaria de habitação do município de Palhoça se percebeu que, além dessa falta de integração, o cadastro da prefeitura não era digitalizado e que as ações da prefeitura no que diz respeito a habitação se restringia ao programa de legalização fundiária “Lar legal”.

Semelhantemente, as ações municipais de São José no tocante a habitação são muito tímidas se limitando a doação de terrenos para consecução de projetos habitacionais da Cohab ou da Caixa Econômica e à legação fundiária. Não há uma ação efetiva de buscar soluções conjuntas entre os municípios conurbados da região metropolitana de Florianópolis.

Na medida em que as áreas urbanas de São José e Palhoça crescem de forma, esparramadas, se tornam cada vez mais caro para uma parcela significativa da população, que são obrigadas a se deslocarem entre e/ou dentre essas áreas urbanas e também dessas rumo à capital. Junto a isso, há uma perda significativa do tempo de deslocamentos que são suportados pelo poder público e empresariado, na forma daquilo que deixou de ser produzido, e conseqüentemente arrecadado em forma de impostos.

Apesar de os deslocamentos por motivo de trabalho de Palhocenses e josefenses rumo à capital serem significativos em termos absolutos, como consta em levantamentos do IBGE de 2000 e 2010, citados no trabalho, em termos relativos a PEA desses municípios representa cerca de um quarto. Isso reflete a certa autonomia que esses municípios conquistaram através de políticas de estímulo ao desenvolvimento local.

Desse modo, é possível afirmar que mesmo sendo espaços relativamente polarizados pela capital, eles têm vida própria. Além disso, São José vem atraindo cada vez mais parte do fluxo pendular que antes se destinava a Florianópolis, quase dobrando entre os censos de 2000 e 2010 em termos absolutos como foi dito no último capítulo. Isso se torna evidente a grande dinamicidade da economia josefense baseada principalmente do setor terciário. Outro dado demonstrado no final do trabalho que reafirma essa situação positiva de São José ante os demais municípios do entorno metropolitano foi um levantamento feito pelo Sebrae em 2016, que demonstrou que este município possui a melhor relação emprego/PEA da região metropolitana, 1,5.

Ainda se apurou que dentre a população pendular que se desloca de São José e Palhoça a maioria absoluta continua trabalhando e estudando em Florianópolis, e que a maioria dos pendulares desta vem desses dois municípios. No sentido inverso, o movimento é insignificante.

Em levantamentos a campo para determinar a residência de trabalhadores de algumas empresas desses dois municípios notou-se que em casos como a Intelbras, com duas unidades em São José, há mobilidades significativas de seus trabalhadores, pois, a maioria deles residem no município de Palhoça (45,3%). No entanto, a maioria absoluta mora nesses dois municípios (79,9%). Porém, na maioria absoluta das empresas pesquisadas, os trabalhadores moram majoritariamente no mesmo município onde está a empresa. Havendo mobilidade no próprio município.

BIBLIOGRAFIA

ALBINO, Guilherme. *Impactos socioespaciais do processo de urbanização do bairro Kobrasol, do município de São José/SC*, 2017. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ÁVILA, Héctor Sánchez. *Ideas y planteamientos teóricos sobre los territorios periurbanos: las relaciones campo-ciudad en algunos países de Europa y América. Ciudad de México: Investigaciones Geográficas - Boletín del Instituto de Geografía, UNAM, n. 45, p.108-127, 2001.*

AMARAL, Raquel Fontes do. *Expansão Urbana e turismo no litoral de Santa Catarina: o caso das microrregiões de Itajaí e Florianópolis*. Campo Grande: Interações, v. 12, nº 1, p. 101-111, jan./jun.2011.

BARBOSA, Luciana Antunes. *Enclaves e tempo da vida cotidiana nos “enclaves residenciais fortificados” em Limeira-SP*. Ourinhos: Revista Geografia e Pesquisa, v. 8, n. 1, p. 110-141, 2014.

BASTOS, José Messias de. *O Comércio de múltiplas filiais em FLORIANÓPOLIS-SC*. 1997. 111 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BERTELLI, Edilane. *Consensos e dissensos da indústria da construção civil: os rumos da representação política empresarial na ilha da magia*. 1995. 158 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BIANCARELLI, André M. *A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p. 263-288, 2014.

BILÉSSIMO, Angelo Renato. *Grandes fortunas em Santa Catarina entre os anos de 1850 e 1888*. 2010. 167f. Dissertação (Mestrado em História dos Descobrimentos e da

Expansão) – Universidade de Lisboa, Lisboa. BRANDT, M. *Agricultura e urbanização na paisagem do município de São José-SC (Séculos XVIII A XX)*. São José: Fronteiras - Revista Catarinense de História, n. 23, p. 7, 6 jun. 2018.

Brasil. Lei n.º 13.089, de 12 de janeiro de 2015. *Estatuto da Metrôpole*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm. Acesso em: 27 de dez. De 2020.

BREMAEKER, François E. J. *As principais aglomerações urbanas do Brasil: crescimento demográfico no período de 2000-2014*. Rio de Janeiro: Observatório de Informações Municipais, 2014.

CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego. Base de dados online. Disponível em: <<https://www.caged.gov.br/index.html>>. Acesso em 05/12/2019.

CAMPOS, Edson Telê. *A expansão urbana na região metropolitana de Florianópolis e a dinâmica da indústria da construção civil*. 2009. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CAMPOS, Nazareno José de. *Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina*. 1989. 235 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CAMPOS, Vanessa. *Fundadores do Kobrasol contam como criaram um dos bairros mais pulsantes de São José*. NSC Total. 2 nov. 2012. Disponível em: <<https://www.nscotal.com.br/noticias/fundadores-do-kobrasol-contam-como-criaram-um-dos-bairros-mais-pulsantes-de-sao-jose>> . Acesso em: 11 Jul. 2019.

CALDAS, Mariella. *261 anos de São José da Terra Firme – histórias e imagens que falam da cidade*. NSC total. 19 mar. 2011. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/261-anos-de-sao-jose-da-terra-firme-historias-e-imagens-que-falam-da-cidade>> . Acesso em: 30 jul 2019.

CALVETE, Alexandre dos Santos. *O papel das cidades médias na urbanização brasileira: um estudo de caso sobre a cidade de Palhoça-SC*, 2011. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Centro socioeconômico. Curso de Ciências Econômicas UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis, 2011.

CARVALHO, Jackeline. *Chinesa Dahua Technology compra 10% do capital da Intelbras*. IP News. 27 ago. 2019. Disponível em: <<https://ipnews.com.br/chinesa-dahua-technology-compra-10-do-capital-da-intelbras/>>. Acesso em: 13 set. 2019.

COLLA, Crislaine. *Migração e pendularidade na Região Metropolitana de Curitiba entre 2000 e 2010: Complementaridade ou substituição?*. 2018. 273 f. Tese (Doutorado em Demografia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CONCEIÇÃO, Milton luz da. *O porto de Florianópolis: desenvolvimento econômico de uma estratégia*. Florianópolis, Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v. 21, nº 29, 2º sem. De 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

CORRÊA, Walquíria Kruguer. *Considerações sobre a formação territorial e econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Geosul, v. 14, nº 27, p. 25-44, jan./jun.1999.

CRUZ, Karina Martins da. *A contribuição de alemães e descendentes para a formação socioespacial catarinense: o caso da região metropolitana de Florianópolis*. 2008. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CUNHA, José Marcos Pinto da. *Aglomerções urbanas e mobilidade populacional: o caso da região metropolitana de Campinas*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 33, nº 1, p. 99-127, jan.-abr. De 2016.

CUNHA, R. C. C.; FARIAS, F. R. *Dinâmica produtiva e ordenamento territorial dos agronegócios do Mato Grosso do Sul pós-2003*. Geosul, Florianópolis, v. 34, n. 71, p.130-153, mai 2019.

DALBERTO, Cassiano Ricardo; Staduto, Jefferson Andrônio. *Uma análise das economias de aglomeração sobre os salários industriais brasileiros*. Rio de Janeiro: Revista de Economia Contemporânea, v. 17, nº 3, p. 539-569, set-dez de 2013.

DESCHAMPS Marley Vanice. *Análise dos movimentos pendulares nos municípios de Santa Catarina: uma abordagem regional*. Curitiba: UNC/IPARDES, 2. ed., 2008.

DESCHAMPS, M. V. ; SIEBERT, Claudia ; MOURA, R. *Movimentos pendulares da população: o adensamento da comutação no leste catarinense*. In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais - População, Governança e Bem-Estar, 2014, São Pedro. In: Anais XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais: População, Governança e Bem-Estar. Belo Horizonte: ABEP, 2014. v. 1. p. 1-22.

ESPÍNDOLA, Carlos. J. *Notas sobre formação sócio espacial catarinense*. Revista Tecnologia e Ambiente. V. 5 n. 2. 1999b.

ESPÍNDOLA, Carlos. J.. *A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS PÓS-2003*. revista americana de empreendedorismo e inovação, v. 2, p. 25-37, 2020.

ESPÍNDOLA, Carlos; Cunha, Roberto César. *Os agronegócios brasileiros de carnes-soja: uma leitura da dinâmica recente*. 2020. No prelo.

FARIAS, V. F. *São José 250 anos: natureza, história e cultura*. São José: edição do autor, 1999.

FARIA, Luiz Augusto E. *Sobre o conceito do Valor Agregado: uma interpretação* in: Ensaio FEE, Porto Alegre, 3(2) 1983.

FILHO, Alcides Goularti. *Formação econômica de Santa Catarina*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 23, nº2, p. 977-1007, 2002.

FILHO, Fernando de Holanda Barbosa. *A crise econômica de 2014/2017*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, v. 31, nº 89, 2017.

FIRJAN – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *O custo dos deslocamentos nas principais áreas urbanas do Brasil*. Rio de Janeiro: Sistema Firjan, setembro de 2015.

FOLTRAN, Mônica. *Programa do Estado incentiva R\$ 73 milhões de investimentos privados na Grande Florianópolis*. Ago. de 2019. Disponível em: <<https://www.sc.gov.br/index.php/noticias/temas/desenvolvimento-economico/programa-do-estado-incentiva-r-73-milhoes-de-investimentos-privados-na-grande-florianopolis>> acesso em: 01 set.2019.

FRAGA, Angelo Martins. *Água mineral: captação, envasamento, distribuição e consumo na microrregião de Florianópolis – SC*. 2013. 187 f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GALVAN, Cláudia Terezinha Gagliotto; FLÁVIO, Luís Carlos. *Estudo bibliográfico sobre o processo de industrialização, a urbanização e o desenvolvimento da habitação no Brasil*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2006.

GALVÃO, M. V. et al. *Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia, ano 31, n. 4, p. 53-127, out./dez. 1969.

GOMES, Pedro Martins. *Análise do papel da Caixa Econômica Federal como agente modelador do espaço urbano do município de Palhoça-SC, entre os anos 2000-2010*. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

GONÇALVES, Reinaldo. *Governo Bolsonaro 2019-2022: Cenários*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, nº 16, nov. De 2018.

GUALBERTO, Caio Lauth; CARIO, Sílvio Antônio Ferraz; DIAS, Taisa. *ESTADO E PLANEJAMENTO: o Plano de Metas do governo de Santa Catarina (1961 – 1970) – PLAMEG I E II – enquanto instrumento de política desenvolvimentista*. Revista eletrônica de estratégias e negócios, Florianópolis, v.5, n.3, p. 199-232, set./dez. 2012.

GUILARDI, Livia. *Garopaba (SC): Economia colonial, complexo rural e acumulação flexível do capital*. 2014. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

HENRIQUE, Wendel. *A recente metropolização em Santa Catarina: Processo geográfico-territorial ou apenas um limite político-administrativo?* Salvador: Geotextos, v. 3, nº 1 e 2, p. 47-65, 2008.

HILDEBRANDT, Margaux. *As dinâmicas de metropolização e a atuação dos agentes produtores do espaço urbano na área conurbada de Florianópolis*. 2018. 331 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

HUBENER, Laura Machado. *O movimento comercial no porto de Nossa Senhora do Desterro*. 1979. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo de 2000 e 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 20 mar. 2019.

IBGE. Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Vol. I. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf. Acesso em: 4 mar. 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Glossário do censo de 2010. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209_213_Glossario_ATLASDEMO202010.pdf f. Acesso em: 28 dez. 2020.

ISOPPO, Keity et al. *Urbanização de modernização do território em São José, Santa Catarina, Brasil*. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 20 a 26 de março de 2005, São Paulo. Anais. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 1-19.

JACOBS, Jane. *Vida e Morte das grandes cidades*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JESUS, Denise Almeida de. *Tropas e tropeiros: Influências socioeconômica e cultural no Recôncavo Sul*, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Feira de Santana, Centro de Ciências e Filosofia, Feira de Santana, 2008.

JÚNIOR, João Batista Carmo. *A forma do privilégio: renda, acessibilidade e densidade em Natal – RN*. 2014. 306 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

KOITI, V.; MAGON, A. *O processo de aglomeração urbana: um estudo sobre Presidente Prudente e Álvares Machado no Estado de São Paulo, Brasil*. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, v. IX, nº 194 (110). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-110.htm>>

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. *O Espaço dividido nas cidades do século XXI*. Florianópolis: Geosul, v. 26, nº 51, 2011.

LOGIT Engenharia, Strategy e MACHADO Meyer (2014). *Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis (Plamus)*. Florianópolis.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; TONIN, Vitor Hugo. *Segregação socioespacial na Grande Florianópolis: Alguns apontamentos históricos e estatísticos*. Florianópolis: Revista Necat, ano 4, nº 7, jan-jun de 2015.

MAMIGONIAN, Armen. *Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel*. Florianópolis: Geosul, nº 3, 1º sem. de 1987.

MARCHI, Márcio. *A produção contemporânea do espaço urbano e o direito à cidade: um estudo sobre a inserção do programa minha casa minha vida na área conurbada de Florianópolis*. 2015. 267 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MARCONDES, Tabajara. *A agropecuária em Santa Catarina: cenário atual e tendências*. Florianópolis: Revista Necat, ano 5, nº9, jan-jun de 2016.

MARIANTE, Eugênio. *Uma proposta de critérios de implantação de condomínio logístico para a cidade do Rio de Janeiro 2017*. 76 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental) – Pontifícia Universidade Católica – PUC, Rio de Janeiro.

MATA, Daniel da. *Favelas e dinâmicas das cidades brasileiras*. In: Carvalho, Alexandre Xavier Ywata (org.). *Ensaio de economia regional e urbana*. Brasília: IPEA, 2007.

MATOS, Patrícia de Oliveira. *Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND*. 2002. 203 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade de São Paulo -USP, Piracicaba, SP.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. *Biografia Fúlvio Aducci*. 2020. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/331-Fulvio_Aducci>. Acesso em: 29 de mar. 2020.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Dados e estatísticas – perfil do município*. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php.

MIRANDA, Rogério. *Habitação Popular e favelas em Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José*. Florianópolis: Edição do autor, 2001.

MORAES, Sérgio Torres; Guarda, Antônio; Zacchi, Gabriela Stein. *A caracterização das regiões metropolitanas catarinenses e o estatuto da metrópole*. Florianópolis: Geosul, v.33, nº 67, p. 38-60, maio-ago de 2018.

MPB Engenharia. *Estudo de Impacto Ambiental do Contorno Rodoviário da Grande Florianópolis*. Florianópolis, 2013. 6 volumes.

NUNES, Izidro Tomaz. *A BR 101 e a migração para o litoral de Santa Catarina, 2008*. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Curso de Ciências Econômicas, Florianópolis, 2008.

OLIVEIRA, Israel Montesuma. *A região metropolitana de Florianópolis e a dinâmica das áreas de Pobreza: O caso da comunidade Frei Damião*. 2011. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PAESE, Dalva Natália Gomes. *Mobilidade no aglomerado metropolitano de Curitiba: governança e interação*. 2015. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PALHOÇA. *Leis municipais*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 18 out. 2019. PAULA, Luiz Fernando de; Pires, Manoel. *Crise e perspectivas para a economia brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, v. 31, nº 89, 2017.

PAULO, Luiz Fernando de; Oreiro, José Luiz. *Macro economia da estagnação*. Inssight inteligência, 87ª ed., ano XXII, out-dez de 2019.

PERES. Jackson Alexsandro. *Entre as matas de araucárias: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914)*. 2009. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PRATES, Daniela; Fritz, Bárbara; Paula, Luiz Fernando de. *Uma Avaliação das políticas desenvolvimentistas nos governos do PT*. Rio de Janeiro: Cadernos de Desenvolvimento, v. 12, nº 21, p. 187-215, jul-dez de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. *Plano Municipal de habitação de Interesse Social do Município de São José*. Iguatemi Consultoria e Serviços de Engenharia, São José, 2011.

Rangel, Ignácio. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, 2 v.

RIBEIRO, Júlia. *Prefeitura entrega mais prêmios pelo programa Nota Fiscal Palhocense*. Informe Floripa. Disponível em: < <http://www.informefloripa.com/2019/11/08/prefeitura-entrega-mais-premios-pelo-programa-nota-fiscal-palhocense/> >. Acesso em: 20 no. 2019.

ROCHA, Geisa Silveira da. *Política habitacional e mercado: as estratégias das construtoras no PMCMV na área conurbada de Florianópolis*. 2016. 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ROCHA, Geisa Silveira da; MOTTA, Caio Noguerol. *Infraestrutura urbana no entorno dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida na área conurbada de Florianópolis*. XVI ENANPUR – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2015.

ROSSI, Pedro; Mello, Guilherme. *Choque recessivo e a maior crise da história: a economia brasileira em marcha ré*. Campinas: IE/UNICAMP, nº 1, abril de 2020.

SABOYA, Renato Tibiriça de; et al. *Continuidades e Descontinuidades urbanas à Beira Mar: uma leitura morfológica e configuracional da área conurbada de Florianópolis*. Campinas: Oculum Ensaios, v. 13, nº 1, jan-jun de 2016, p. 129-152.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. 5ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

São José. *Leis municipais*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 10 out. 2019.

SCHMIDT, Vitor Klein; ZEN, Aurora Carneiro. *Desenvolvimento regional e resiliência de cluster: uma proposta teórica*. Rio de Janeiro: Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 13, nº1, jan-mar de 2019.

SCHURHAUS, Moacir. *A Colônia de São Pedro de Alcântara (SC): suas origens*. Florianópolis: Revista Santa Catarina em História, v. 1, n. 2, 2007.

SILVA, Tatiana Cristina da. *Centro Histórico de São José (SC): patrimônio e memória urbana*. 2006. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, Maurício Oliveira. *Experiências de planejamento de longo prazo no Brasil: uma análise comparativa entre PAEG, I PND e II PND*. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Curso de Ciências Econômicas, Florianópolis, 2017.

SIMAS, Daniel. *Dinâmica socioespacial do município de São José/SC: uma abordagem Geográfica*. 2016. 274 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOARES, Paulo Roberto. *Regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas? Contribuições para o debate no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ensaio FEE, v. 36, nº 2, p. 323-342, set. 2015.

SOUZA, Eduardo Leite. *A periferização dos empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida e suas consequências na dinâmica socioespacial e na mobilidade urbana da área conurbada de Florianópolis*. 2016. 199 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOUZA, Geraldo Aldair. *A Inserção de Palhoça na Região Metropolitana de Florianópolis: Sua Reestruturação Econômica e Urbana na Atual Divisão Territorial do Trabalho*. 2011.

196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOUZA, Leandro de; MOECKE, Elisa Helena Siegel. *Qualidade das águas superficiais do rio Maruim/SC*. In: IX Seminário de Pesquisa Interdisciplinar, Unisul, Florianópolis, outubro de 2017.

SUGAI, Maria Inês. *Segregação Silenciosa: investimentos públicos e distribuição Socioespacial na área conurbada de Florianópolis*. 2002. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo). Faculdade de arquitetura e urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo.

SUGAI, Maria Inês; Souza, Eduardo Leite de. *Minha Casa Minha Vida: periferação, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis*. Cadernos metropolitanos, São Paulo, v. 20, n. 41, p. 75-98, jan/abr de 2018.

THIBES, Mariana Medeiros. *Conflitos socioambientais e áreas de preservação permanente em meio urbano: o caso da vila do Arvoredo, município de Florianópolis, SC*. Dissertação (Mestrado Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis: Editora da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993.

VERA, Margaux Hildebrandt. *O Programa Minha Casa Minha Vida e as repercussões na dinâmica socioespacial e a inserção no contexto urbano na área conurbada de Florianópolis*. 2014. 261 f. Dissertação (Mestrado Urbanismo, História e Arquitetura da cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VERA, Margaux Hildebrandt. *As dinâmicas de metropolização e a atuação dos agentes produtores do espaço urbano na área conurbada de Florianópolis*. 2018. 331 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VERA, Margaux Hildebrandt; Silveira, Márcio Rogério. *O Capital imobiliário e seu papel no processo de formação de novas centralidades e de verticalização na região metropolitana de Florianópolis/SC*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia, v. 64, nº 1, p. 258-284, jan-jun de 2019.

VERSANI, Flávio R.; Suzigan, Wilson. *O processo Brasileiro de Industrialização: uma visão geral*. In: X Congresso Internacional de História Econômica, Louvain, agosto de 1990.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VILLAÇA, Flávio. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

WILL, Mário. *A dinâmica Industrial de Palhoça: 2000-2016*. In: III Congreso de Geografía Económica, 2018, Mar del Plata, 13 al 15 de junio de 2018.